



KARLA MARIA FREDEL

ARQUEOLOGIA DE GÊNERO NAS CIDADES DE PELOTAS – RS – BRASIL E
HABANA VIEJA – HABANA – CUBA/SÉCULO XIX

CAMPINAS

2012



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

KARLA MARIA FREDEL

ARQUEOLOGIA DE GÊNERO NAS CIDADES DE PELOTAS – RS – BRASIL E
HABANA VIEJA – HABANA – CUBA/SÉCULO XIX

Professor Orientador: Dr. Pedro Paulo Abreu Funari

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutora em História, na área de Concentração em História Cultural.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA KARLA MARIA FREDEL, E ORIENTADA PELO PROFESSOR DR. PEDRO PAULO
ABREU FUNARI.
CPG, 04/10/2012.

CAMPINAS

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

K872a	<p>Fredel, Karla Maria, 1967- Arqueologia de gênero nas cidades de Pelotas-RS- Brasil e Habana Vieja-Habana-Cuba - século XIX / Karla Maria Fredel. -- Campinas, SP : [s. n.], 2012.</p> <p>Orientador: Pedro Paulo Abreu Funari Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Arqueologia. 2. Gênero. 3. Louças. 4. Homem. 5. Mulheres. 6. Cidades e vilas – Pelotas (RS) – Séc. XIX. 7. Cidades e vilas – Habana Vieja (Havana, Cuba) – Séc. XIX. I. Funari, Pedro Paulo Abreu, 1959- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------	---

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Gender in archaeology in cities of Pelotas-RS-Brazil
and Habana Vieja-Habana-Cuba – century XIX

Palavras-chave em inglês:

Archaeology

Gender

Dishes

Man

Women

Cities and towns – Pelotas (RS) – 19th century

Cities and towns – Habana Vieja (Havana, Cuba) – 19th century

Área de concentração: História Cultural

Titulação: Doutora em História

Banca examinadora:

Pedro Paulo Abreu Funari [Orientador]

Raquel dos Santos Funari

Lourdes Domingues

Aline Vieira Carvalho

Lúcio Menezes Ferreira

Data da defesa: 04-10-2012

Programa de Pós-Graduação: História

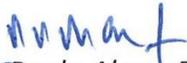
KARLA MARIA FREDEL

Arqueologia de gênero nas cidades de Pelotas/RS - Brasil e Habana Vieja/Habana - Cuba - Século XIX

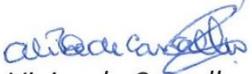
Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA KARLA MARIA FREDEL, ORIENTADA PELO PROF. DR PEDRO PAULO ABREU FUNARI E APROVADA PELA COMISSÃO JULGADORA EM 04/10/2012.

BANCA


Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari - (orientador)


Profa. Dra. Raquel dos Santos Funari - Pós-Doc/UNICAMP


Profa. Dra. Aline Vieira de Carvalho - DH/IFCH/UNICAMP


Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira - UFPEL


Prof. Dr. Flavio Rizzi Calippo - UFPI

Prof. Dr. Cláudio Umpierre Carlan - Universidade Federal de Alfenas

Profa. Dra. Solange Nunes Schiavetto - UEMG

Profa. Dra. Lourdes Sarah Dominguez Gonzalez – Oficina Del Historiador, Havana - Cuba

CAMPINAS

2012

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari, meu orientador, pela confiança, amizade, credibilidade e liberdade para expor minhas ideias durante o curso.

Aos meus co-orientadores, Profa. Dra. Lourdes Domingues, que não só confiou na minha pesquisa, mas me ajudou a ampliar seus horizontes, no caso, estendendo a mesma até Habana Vieja, em Habana-Cuba. Prof. Dr. Lúcio Menezes, que além da orientação in loco, acompanhou de perto todo o período de análise do material arqueológico em Pelotas.

Ao Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira e ao Prof. Dr. Claudio Baptista Carle, responsáveis pela coordenação do Leparq-UFPEL, na época da pesquisa do material arqueológico de Pelotas.

Ao Restaurador Fábio Galli, pelo material gráfico e fotográfico fornecido.

Ao Prof. Aluízio, pela fotografia das louças analisadas em Pelotas.

Aos amigos Luciana, Priscila, Rafaela e Jorge pela atenção e colaboração na realização de meu trabalho em Pelotas.

A equipe do Gabinete de Arqueologia de Habana Vieja, Gabino, Lisete, Tony, Anícia, Ivalú, Roger, Alejandro, Rolando e principalmente a historiadora Rosalía e ao Escritório de Arqueologia também de Habana, representado pelo meu grande amigo que mesmo de longe continuou a me fornecer material para complementação do trabalho, Yoao Hidalgo.

Ao Prof. Dr. José Otávio Catafesto de Souza, que me ensinou os primeiros mandamentos desta ciência, a Arqueologia. Aos amigos Edivânia O. L. Ferreira e Francisco Silva Noelli, pelo apoio, carinho e incentivo.

Aos Professores Leandro Karnal, Eliane Moura, Margareth Rago e Cristina Meneguello, da UNICAMP.

Aos colegas e amigos da UNICAMP, Renato, Dilene, Gabi, Luciano, Nati, Roberta, Natália Monseff, Marina Fontolan, Marina Cavicchioli e Pedro Sanches.

Aos funcionários do IFCH e do NEE, da UNICAMP, Júnior, Ana Jaqueline, Ziara, Jonatah e Wagner.

À Professora Maria Alice, como corretora da minha tese e à Diego que a formatou, também aos professores Antônio e Maurício, de italiano e inglês.

Ao meu pai, meu irmão André, minha cunhada Karina, minha tia Colorinda, minha querida família e amigos, que me deram apoio, confiança, carinho e pela paciência nestes anos.

Finalmente, dedico esta tese a minha querida e amada mãe, que mesmo não estando mais presente entre nós, nunca deixou de influenciar meus pensamentos.

RESUMO

O presente estudo baseia-se na análise da cultura material (louça histórica colonial) para comparar e exemplificar as relações de gênero existentes nas sociedades oitocentistas residentes em Pelotas, Rio Grande do Sul, e Habana Vieja, Cuba. Tais relações são exemplificadas de duas maneiras: o masculino e o feminino, e a estratificação social no relacionamento senhor e escravo.

Palavras-chave: Arqueologia Histórica; Casa colonial; Urbanização; Arquitetura; Restauração.

ABSTRACT

This study analyses the archaeological material culture (crockery) to compare and exemplify the gender relations in 1800's societies of Pelotas, Brazil, Rio Grande do Sul/Brazil, and Habana Vieja, in Cuba. Such relations are specified in two manners: the masculine and the feminine, and the behaviors in the master/servant social stratifications.

Key words: Historical Archeology; Households; Urbanization; Architecture; Restoration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ARQUEOLOGIA HISTÓRICA, CULTURA E RELAÇÕES COM AS SOCIEDADES MODERNAS	21
1.1 CAPITALISMO E CULTURA MATERIAL	21
1.2 CAPITALISMO E SOCIEDADE EDIFICADA	27
1.3 CULTURA MATERIAL, ETNICIDADE E DIVERSIDADE SOCIAL	31
1.4 CULTURA E CÓDIGOS SOCIAIS	37
1.5 SUJEITOS SOCIAIS E SUA INTERAÇÃO COM OS CONTEXTOS PAISAGÍSTICOS	43
1.6 PAISAGEM – DIVERSIDADE SOCIAL – PATRIMÔNIO	47
2. CONTEXTUALIZAÇÃO BRASIL – CUBA – SÉCULO XIX	61
2.1 BRASIL – SÉCULO XIX	61
2.1.1 Sistema econômico e consumismo	61
2.1.2 Cultura oitocentista	68
2.1.3 Província de São Pedro – século XIX	69
2.1.4 Senhor – terra – escravo – gado	73
2.2 CUBA – SÉCULO XIX	78
2.2.1 A história	79
2.2.2 Estratificação Socioeconômica e Cultura	84
2.2.3 Sociedades Contemporâneas – arqueologia histórica	87
3. UNIDADES DOMÉSTICAS	97
3.1 CONTEXTO DOMÉSTICO: ESPACIALIDADE E CULTURA MATERIAL	97
3.2 ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E A REALIDADE SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA	105
3.3 ASPECTOS RELEVANTES DA HISTÓRIA DE CUBA NO SÉCULO XIX	111
3.3.1 Arqueologia Histórica contemporânea	111
3.4 PELOTAS	113
3.4.1 Contextualização histórica	113
3.4.2 Espaço urbano (arquitetura/arqueologia)	120
3.4.3 Redes sociais – produção – economia	131
3.4.4 A mulher	136
3.5 HAVANA	143
3.5.1 Contextualização histórica	143
3.5.2 Havana Vieja	144
3.5.3 Arquitetura	154
3.5.4 Arquitetura doméstica	156
3.5.5 Geografia de Havana Vieja	158
3.5.6 Mulher – século XIX	159
CONCLUSÃO	165

BIBLIOGRAFIA	171
ANEXOS	187

INTRODUÇÃO

O enfoque principal da minha tese tem como base a arqueologia de gênero. Este foi trabalhado sob dois aspectos, status social e o sexo, o feminino e o masculino, através da cultura material no século XIX. Dentro do contexto arqueológico, o material utilizado constituiu-se da louça colonial oriunda de duas unidades domésticas. Uma localizada no Brasil e outra em Cuba, no Brasil, a cidade de Pelotas e em Cuba, a cidade de Habana Vieja.

Apesar de estas duas localidades possuírem um enredo histórico próprio, moldam-se perfeitamente aos propósitos da minha pesquisa. Também, ambas ganham destaque especial no período oitocentista, quando outro aspecto da pesquisa é abordado com ênfase, a situação feminina dentro do contexto histórico.

Por que Pelotas? Dentre as cidades pertencentes à Província de São Pedro que prosperaram no século XIX com a comercialização da produção agrícola, Pelotas aparece com o charque ao mesmo tempo que nesta região, tem início o processo de urbanização.

Tais mudanças deram impulso aos negócios de exportação e importação. Com o lucro da exportação para outros mercados, os comerciantes, agora, senhores da “elite pelotense”, importavam artigos, produtos da Europa, mercadorias que variavam em louça doméstica (meu estudo de caso), peças do vestuário feminino e masculino, mobília, artefatos decorativos e até materiais construtivos. Tais medidas eram necessárias, pois a cidade e a nova sociedade que se formava, buscava o refino e o luxo, bem como as influências nos respectivos campos, nos países europeus.

Nesta cidade, portanto, a unidade doméstica é o solar pertencente à família Maciel, que fazia parte dos grupos familiares tradicionais e foi projetada por José Izella Merote edificada no ano de 1878. Hoje, a residência integra um grupo de edificações que passaram e ainda passam por processos de restauração, tanto no seu interior, quanto em seu exterior. Estes processos de restauração, integraram o Programa Monumenta, um programa federal patrocinado pelo BID¹, cujo objetivo era o restauro e

¹ Banco Internacional de Desenvolvimento

a conservação de edificações, monumentos históricos, assim como o resgate da cultura das áreas urbanas em que este programa atuou.

O perfil do material arqueológico analisado por mim, demonstra a força do poder econômico que as exportações proporcionaram a “alta sociedade urbana pelotense”.

Ainda, dentro do contexto da pesquisa, onde a cultura material é o foco principal e sendo a louça colonial o “carro chefe”, foram realizados parâmetros e analogias entre o material pelotense e o material habaneiro na busca de semelhanças. Neste sentido, a história “encarregou-se” de cumprir este papel, mas remeteu-se para um período mais remoto, para os séculos XV e XVI, quando o mundo europeu iniciou suas conquistas na América.

Por que Habana Vieja? Neste momento, remeto-me ao início de meu doutorado, no ano de 2008 quando realizava minhas aulas presenciais na UNICAMP². Minha pesquisa, ainda insipiente, tinha como o objetivo sim, trabalhar com a arqueologia de gênero, porém, em unidades domésticas localizadas dentro da Província de São Pedro, Pelotas, é claro, mais as cidades de Rio Grande e Porto Alegre.

Em novembro deste ano, meu orientador Professor Dr. Pedro Paulo Funari e minha, hoje, co-orientadora Professora Dr. Lourdes Domingues participavam com conferências da Semana Acadêmica da UFPEL³, bem como ministravam cursos sobre arqueologia. Tive oportunidade de estar presente na assistência destes, como também, visitar o LEEPARQ⁴, para conhecer o material arqueológico com que eu ia trabalhar. Durante este período a professora Lourdes em visita ao laboratório identificou nas peças muitas semelhanças com a louça colonial de Habana Vieja.

Deste momento em diante, os meus três mentores, Professor Pedro Paulo Funari, Professora Lourdes Domingues, o Professor Dr. Lúcio Ferreira, meu também co-orientador, e eu chegamos a conclusão que minha pesquisa deveria ser direcionada para Havana Vieja. Assim, no mês de janeiro de 2009, fui para Cuba, pesquisar tal material arqueológico.

Em Habana Vieja a unidade doméstica é uma “vivenda” construída no século XVII, precisamente na década de 1650, mas que manteve suas atividades de moradia,

² Universidade de Campinas

³ Universidade Federal de Pelotas

⁴ Laboratório de Arqueologia da UFPEL

“*tienda comercial*” até o século XIX. A residência possui uma particularidade: é denominada de *Prat Puigpor*, por ter sido estudada pelo pesquisador com o mesmo nome (1947).

Em ambas as localidades, Pelotas e Habana Vieja, trabalhei com artefatos já catalogados pelas equipes dos respectivos laboratórios de arqueologia e mesmo não tendo trabalhado nas intervenções arqueológicas nas unidades domésticas, tive total apoio e auxílio na busca de informações sobre as mesmas das equipes executoras. Em Pelotas, onde os trabalhos tiveram a coordenação do Professor Dr. – arqueólogo Fábio Cerqueira e em Habana Vieja, da arqueóloga Lisette Roura. Nas duas cidades tive livre acesso ao material coletado, ou seja, a louça colonial, bem como aos locais de onde saíram.

Dando suporte para tais argumentos, o trabalho conta com três capítulos introdutórios e teóricos que contém informações sobre os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais dos enredos históricos. Os dois primeiros capítulos trazem as trajetórias dos países envolvidos, especificando a temporalidade e as peculiaridades das respectivas sociedades, as ideologias vigentes na época, as mudanças, a formação das hierarquias formadoras de classes, tanto étnicas, quanto de gênero.

Dentro dos enredos, como o trabalho se desenvolve através da arqueologia, no caso, da arqueologia histórica, apontamentos pertinentes à esta também são abordados, desde a metodologia utilizada nas análises do material arqueológico até as conclusões e resultados destas.

Ainda, abordagens sobre a teoria arqueológica empregada no trabalho, o pós-processualismo, são apresentados apontamentos consistentes desenvolvidos por nomes expressivos, como, Ian Hodder, Charles Orser Jr., Andrés Zarankin, Maria Ximena Senatori, Pedro Paulo Funari, Scott Allen e outros. De acordo com esta teoria, o sentido da arqueologia é inserido dentro dos contextos históricos, quando o indivíduo passa a ser um personagem ativo dentro dos distintos sistemas sociais.

Já o terceiro capítulo, apresenta os contextos históricos e espaciais das unidades domésticas em Pelotas e Habana Vieja, bem como as mudanças ocorridas, influências estrangeiras e demais transformações por que passaram as sociedades locais. Para um maior esclarecimento, serão discriminados os assuntos pertinentes aos três capítulos:

No primeiro capítulo, são colocados apontamentos sobre a arqueologia histórica e suas relações com as sociedades locais, discriminação de aspectos tipológicos utilizados para o entendimento da cultura material recolhida nos sítios arqueológicos, diversidades sociais e culturais e o reconhecimento do poder ideológico existente através dos artefatos arqueológicos. Ainda, a sociedade edificada como ferramenta de controle, políticas culturais e suas relações com a modernidade e a pós-modernidade, colonialismo e pós-colonialismo, códigos sociais (símbolos como construtores de realidades), noções de espaço/tempo dentro das sociedades brasileira e cubana no século XIX. Dentro destas novas realidades, as influências exteriores, de que maneira foram encaradas? A situação feminina dentro deste contexto? São questionamentos que tentei esclarecer durante minhas pesquisa, análises e leituras. Neste sentido, também são abordados temas relacionados com a arqueologia da paisagem, o patrimônio cultural e suas interações com os indivíduos.

O segundo capítulo contém informações e considerações mais direcionadas com as sociedades citadas no trabalho, ou seja, traz algumas respostas aos questionamentos feitos no capítulo anterior. Dentro das realidades econômicas ideológicas, a substituição “abrupta” do mercantilismo pelo capitalismo, o colonialismo e suas “derivações”, como a escravidão, as submissões e demais estratégias pertencentes a este sistema. Dentro dos lares familiares, os novos valores, como a organização do trabalho, o poder, uma nova visão global, características da vida moderna.

A cultura oitocentista, onde se encaixam os breves históricos da Província de São Pedro (divisão geográfica do Brasil no século XIX), hoje estado do Rio Grande do Sul, onde fica Pelotas, lugar de uma das unidades domésticas e Habana Vieja , onde está localizada a outra unidade doméstica. Nestes, são apresentados os critérios e interesses coloniais que as respectivas coroas europeias, assim como, as localizações estratégicas para o recolhimento das mercadorias ou riquezas, as relações dos governos com os comerciantes locais, a estratificação social e particularidades específicas dos contextos. Ainda, as relações entre as sociedades modernas e a arqueologia histórica.

O terceiro capítulo traz abordagens diretas das unidades domésticas de Pelotas e Habana Vieja, com um breve historio de ambas as cidades. Mas traz principalmente, o desenvolvimento da vida dentro destas, a rotina cotidiana, quem vivia nelas, os discursos partilhados, experiências e práticas diferenciadas. Dentro deste contexto, o histórico das intervenções arqueológicas nas duas cidades, a importância da cultura material como mediador no meio social. Não menos importante é uma grande característica observada em Pelotas e Habana Vieja, a arquitetura que se modifica acompanhando as novas mudanças influências ocorridas no período.

Na sequência do trabalho, estão os resultados das análises realizadas com o material arqueológico, a louça doméstica da residência Conselheiro Antunes Maciel, localizada na cidade de Pelotas e da residência Prat Puig, localizada em Habana Vieja.

As peças estudadas e da residência Conselheiro Maciel em Pelotas e as peças da casa Prat Puig de Habana Vieja, foram divididas através da sua tipologia e identificadas ao mesmo tempo à que gênero pertenciam, ou seja, quais eram utilizados por homens e quais eram utilizados por mulheres. Durante a análise distinguiram-se também, os artefatos importados que serviam aos “donos da casa e sua família” e os artefatos dos serviçais. Só por esta separação fica claro o status hierárquico existente dentro dos lares oitocentistas, primeiro, do chefe da família, depois o restante da família encabeçado pela esposa, a figura feminina secundária e muito depois, o “resto”. Tal situação exemplifica-se pelos artefatos, no momento em que os utensílios pertencentes à cozinha, à dispensa, para o armazenamento e guarda de alimentos e afins, pertenciam à mulher, pois tais lugares eram lugar do domínio feminino; os destinados ao consumo de alimentos pertenciam aos dois sexos, assim como do consumo de bebida⁵. Ainda, os artefatos utilizados para higiene pessoal, que dependendo, poderia ser de um sexo ou de outro, ou ainda para uso de ambos.

Ao escolher o tema gênero, busquei exemplos concretos através do estudo da louça colonial das unidades domésticas de Pelotas e Habana Vieja para comprovar que através dos artefatos arqueológicos é possível diagnosticarmos as mentes, as ideologias vigentes das sociedades passadas. Cada peça analisada vinha com uma

⁵ Entre os artefatos analisados, apareceram xícaras e canecas, provavelmente para beber café ou chá.

“bagagem” significativa e trazia consigo sua importância dentro do contexto do século XIX nos respectivos cotidianos.

1. ARQUEOLOGIA HISTÓRICA, CULTURA E RELAÇÕES COM ASSOCIEDADES MODERNAS

1.1 CAPITALISMO E CULTURA MATERIAL: INTERAÇÕES SOCIAIS

De acordo com Funari (2007) a Arqueologia Histórica, ainda “mal interpretada” por muitos que a consideram como o estudo das sociedades com registros escritos, objetiva na verdade dar ênfase ao objeto, à evidência arqueológica e não apenas “preencher buracos do conhecimento histórico”, mas propõe uma arqueologia voltada para o estudo dos modos de vida e dos processos sociais do passado. A partir destas preocupações, arqueólogos históricos têm focado seus estudos na expansão europeia e no colonialismo, nos mecanismos relacionados com a dominação e da resistência, bem como, das formas econômicas e políticas geradas pelo avanço do capitalismo.

Conforme Zarankin/Senatore (2002, 9) “centrar a atenção na utilização da cultura material na construção de identidades exige estudos que explorem a singularidade e a particularidade de cada contexto social dentro do processo de expansão capitalista”. Robrahn González (2006) afirma que os pesquisadores da arqueologia histórica necessitam considerar as diferenças fundamentais entre grupos humanos no que se refere à própria compreensão da dimensão do tempo. Assim, será possível conduzir os trabalhos a partir de uma “arqueologia democrática”, compreendendo a realização de trabalhos com base nas comunidades de forma não excludente e não hierárquica.

De acordo com Albuquerque (1992) a arqueologia histórica, por intervir em áreas já povoadas, por conceitos pré-estabelecidos, está intimamente vinculada à memória coletiva, ou com ideologias já prontas. Outra vantagem, é que boa parte dos sítios históricos atualmente encontram-se em áreas que continuam povoadas e despertam curiosidade de boa parte da população. Este aspecto possibilita que o desenvolvimento dos trabalhos investigativos se estendam, proporcionando um intercâmbio entre as duas modalidades: a informação documental e a informação oral. Zarankin/Salerno (2007) afirmam que na arqueologia histórica, o estudo de um grupo ou período

histórico, requer o conhecimento e a identificação dos materiais recuperados. Para isto, existem várias tipologias e classificações.

No caso dos materiais coloniais, os investigadores contam com o auxílio de diferentes documentos, incluindo inventários, pinturas e fotografias. Neste contexto, Funari (2000, 41-42) ilustra que:

(...) a tipologia, enquanto agrupamentos de artefatos por suas semelhanças e diferenças, varia conforme o critério de diferenciação adotado, sendo os mais correntes a função, a forma externa e a composição material (...) a tipologia em arqueologia é essencial para verificar constâncias ou recorrências não casuais que permitem ao arqueólogo reconstruir sequências artefatuais diacrônicas (cronologia relativa), padrões de consumo, ocupações dos espaços e ações semelhantes. A partir de sucessivas tipologias e com o concurso de outros processos analíticos, formula-se explicações referentes à organização social dos grupos humanos e às suas transformações com o passar do tempo”.

Orser Jr. (2000, 33-35) também explica:

(...) algunos documentos usados por arqueólogos históricos usados con frecuencia son los registros oficiales (certificados de nacimiento, de defunción, materiales de diversos relevamientos, estadísticas oficiales, entre otros), y los registros personales (cartas, diarios y memorias). Estos registros son importantes, ya que brindan informaciones sobre el pasado que generalmente no está disponibles en ninguna otra fuente (...) la información oral puede ser usada en sitios arqueológicos de dos maneras: como complemento y como suplemento. Como suplemento, sobre detalles previamente conocidos del pasado, en relación con artefatos, detalles de estilos arquitectónicos. Como complemento, o entendimiento de como era la vida en el pasado a partir de la perspectiva de un agente social concreto (...) la información pictórica puede ser dividida en tres clases: MAPAS (estudio de contactos), DIBUJOS E PINTURAS (decoraciones, imágenes gráficas). Tais informaciones brindam ainda por reconhecer cronologias sobre o uso dos artefatos, dan tambien datos sobre la vida y las transformaciones culturales) e FOTOGRAFIAS, podem ser geradas por cualquier persona que posea uma câmara, podendo ser halladas em cualquier parte do sitio... Resumiendo, la arqueología histórica dispone de una serie diversa de fuentes de información. Todas estas fuentes están disponibles por la especificidad de la arqueología histórica(...)

E ainda South (2007, 135) expõe a premissa que “O delineamento de padrões classificatórios para comparação de dados arqueológicos em sítios históricos, voltados a entender mais sobre o registro arqueológico e os processos que os produziram adquire importância no momento em que este contribui nas explicações dos processos culturais”.

Neste sentido, South (2007, 133) cita exemplos de padrões classificatórios:

(...) padrão Brunski, de descarte de restos (unidades domésticas e comerciais), Padrão Carolina, onde a relação de artefatos é inferido a partir da frequência relativa de grupos de artefatos recuperados em contextos secundários ao redor da estrutura (unidades domésticas e comerciais, fortes), o Padrão de Fronteira, grande densidade de artefatos de arquitetura (unidades domésticas e fortes)".

Funari (2003, 99) menciona a conferência ministrada pelo arqueólogo alemão Joachim Herman:

Monumentos Arqueológicos e seu papel no quadro histórico e na Cultura Nacional", quando este afirma não haver sociedade ou homem sem consciência histórica. A humanidade não pode compreender-se, nem delinear seu futuro, sem apreciar e acolher seu passado.

Hernman (2000) afirma ainda que a arqueologia histórica, ao resgatar os vestígios materiais de pessoas comuns e não somente das elites, permite ao cidadão avaliar o papel de ambos os grupos. O reconhecimento da significação político-ideológica neste ramo da arqueologia, não se restringe a apenas alguns grupos de tendências. De acordo com Pedro Funari (2000), a ligação entre a arqueologia e a política apresenta-se sempre mediatizadora. Não se trata apenas de justificar certas relações de poder, ou de fortalecer certas ideologias, mas de legitimá-las pela presença de testemunhos materiais que lhe deem sustentação. "A criação e valorização de uma identidade nacional ou cultural, relaciona-se muitas vezes com a arqueologia" (FUNARI, 2000, 69). Neste contexto, a pesquisa faz uso da metodologia teórica relativa à arqueologia pós-processual. Segundo Orser Jr. (2005, 61) os preceitos desta teoria baseiam-se na tentativa de entender os significados por trás das experiências das pessoas. A corrente sustenta que as variáveis sociais e suas consequentes mudanças só podem ser entendidas dentro de uma perspectiva histórica.

Toda a interpretação do passado deve considerar a ideia de que as ações humanas ocorrem em um contexto cultural e histórico inteligível pelos seus próprios agentes sociais. Os indivíduos criam seu mundo através de suas ações dentro dos limites culturais que existem em sua época. Desta forma, os elementos essenciais da

arqueologia pós-processual incorporam os conceitos de ação (indivíduo e sociedade), sentido (estrutura), contexto, história (tempo e espaço), símbolos (linguagem, regras) e vinculação entre passado e presente.

De acordo com Hodder (1995, 197) existe uma relação dialética entre o passado e o presente: “se interpreta o passado em función Del presente, pero puede también utilizar-se el pasado para criticar y desafiar al presente”.

Ian Hodder (1995) afirma ser possível determinar criticamente os contextos do passado e do presente em função de possibilitar uma melhor compreensão de ambos. Existe uma capacidade mental humana para conceber mais de um contexto e analisar criticamente as diferentes perspectivas. A arqueologia pós-processual implica na superação de dicotomias estabelecidas, abrindo assim caminhos para o estudo das relações entre as normas e o indivíduo, entre processos e estruturas, entre o ideal e o material, entre o objeto e o sujeito. Dentro desta corrente, encontra-se a Razão ou a Teoria Crítica que busca a libertação de todas as forças de domínio. Afirma que os ideais de objetividade e a ‘ausência de juízos de valor estão em si mesmos, cheios de juízos de valor’.

Esta vertente acredita poder colocar em ‘cheque’ as questões antagônicas da realidade e colocar em ‘exposição’ as ações ideológicas, para libertar os seres humanos da dominação de classe. Funari (2003, 51) afirma que a proposta pós-processualista inseriu a disciplina na sociedade, ao preocupar-se com os interesses e inserções sociais da arqueologia e dos arqueólogos, no passado e no presente, por isso foi chamada, também, de contextual, preocupada com o contexto histórico e social da produção do conhecimento, com a subjetividade e o comprometimento do arqueólogo com os grupos sociais. Daí surgiram, por exemplo, a arqueologia feminista, ligada ao movimento feminista, a arqueologia da etnicidade, preocupada com os movimentos de afirmação étnica e racial.

Zarankin (2002, 26) dá continuidade à premissa ao afirmar:

(...) segundo esta corrente, a prática arqueológica implica em uma postura ativada do pesquisador. O arqueólogo transforma-se no mediador entre os traços de um passado que não existe mais e o presente. Como toda interpretação, o trabalho do arqueólogo é uma visão a mais, mudando de profissional para profissional e de período para período. Desta maneira, as interpretações encontram-se num contínuo processo de transformação e mudança (...).

Ainda, Zarankin (2002) aborda as narrativas e normas e chama a atenção para a importância de que estas sejam respeitadas como por exemplo, a coerência lógica na ordem em que se dispõe a narrativa, ou ainda, o uso de conceitos aceitos pelo poder-saber. De acordo com Shanks e Hodder (1995) a arqueologia como uma forma de interpretação, possibilita jogar com as evidências para formar diferentes visões de como se acredita ser o passado. A pluralidade de leituras, mostra que nem sempre uma interpretação poderia ter sido criada de forma distinta. Pedro Funari (2000) em seu livro *Identities, discurso e poder: Estudos da arqueologia contemporânea*, afirma que no contexto de uma arqueologia mundial, esta passou a tratar da pluralidade, da heterogeneidade, dos conflitos, das identidades sociais. Ao adotarem perspectivas multifacetadas, inúmeros arqueólogos sociais começaram a examinar os depósitos arqueológicos com o reconhecimento da importância de dois contextos históricos, o que existia no passado e foi experimentado pelos indivíduos estudados e os ambientes que eles/nós, como arqueólogos vivenciaram e trabalharam. É dentro deste enfoque que os trabalhos de investigação desta pesquisa serão desenvolvidos. A diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Torna-se indispensável, portanto, garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas. O pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras. A cultura está situada no centro dos debates contemporâneos sobre identidades. Vista como fundamento das identidades e das ideias criativas dos povos, a cultura é fator de desenvolvimento mundial (UNESCO, 1998).

Conforme Scott (2005), os processos envolvidos na construção de identidades étnicas e a seleção de características culturais e linguísticas particulares como símbolos relevantes de identidade frente aos outros. Em muitos exemplos, a construção ativa de identidades está embutida na negociação dos interesses econômicos e políticos ou pode

ser amplamente denominado de relação de poder. Bourdieu (1977) argumenta que os povos possuem disposições duráveis, relativas a certas práticas, como divisão sexual do trabalho, moralidade, gostos e semelhantes. A esta totalidade de disposições, o autor chama de *habitus*:

(...) transformações econômicas e sociais correlatas à urbanização, atividades profissionais relativamente independentes dos imprevistos naturais e, por isso, relativamente racionalizadas, seja o desenvolvimento do individualismo intelectual e espiritual favorecido pela reunião de indivíduos libertos das tradições envolventes das antigas estruturas sociais (...) um *habitus* compartilhado gera sentimento de identificação entre as pessoas e estes são conscientemente apropriados e dão forma por meios de recursos simbólicos existentes (BOURDIEU, 1977, 77).

Scott (2005) continua o pensamento, quando enfoca a Arqueologia Histórica e aborda sobre sua contribuição no desenvolvimento de um enredo centrado na utilização de fontes históricas e arqueológicas. Enquanto há lugar para a análise de processos econômicos e sociais de longa duração, há também um considerável campo para a arqueologia da práxis social das identidades. Segundo Orser Jr. (2005, 610): “Estudos da Arqueologia Histórica que atribuem, por meio da cultura material, uma certa afiliação étnica a determinados grupos, começam com a busca por ‘marcos étnicos’, ou por artefatos específicos que podem ser associados com certos indivíduos, ou por certas ‘identidades étnicas’”.

Charles Orser (2005) afirma que, tendo o conhecimento básico das fontes escritas, os pesquisadores da Arqueologia Histórica tem estruturado seus estudos em termos de etnicidade, partindo da ideia de que os objetos materiais são indícios dos grupos sociais do passado. De acordo com Funari (1998) a Arqueologia Histórica liga-se de forma umbilical às noções de identidade, tratando de sociedades, de uma forma ou de outra, relacionadas ao arqueólogo. O estudo da cultura material permite conhecer as tensões sociais, a variedade de situações sociais vivenciadas, estudos sobre relações de poder. Robrahn González (2006) afirma que os estudos da Arqueologia Histórica trazem ferramentas importantes para entender o mundo. Pode desenvolver elos entre o presente e passado. Nesse sentido, o conhecimento de diferentes formas de vida, experiências e perspectivas da humanidade pode contribuir em criar cidadãos

mais pacientes e respeitosos, especialmente com grupos excluídos ou minorias étnicas em nossa sociedade crescentemente pluralista. Essa compreensão da diversidade leva à tolerância que permite a inserção de diversos segmentos da sociedade, tornando todos os indivíduos sujeitos plenos de direitos e deveres: cidadãos. Neste sentido, González (2006) alerta para a importância da preservação e manutenção dos vestígios do passado, sejam artefatos, sítios arqueológicos, paisagens ou qualquer tipo de estrutura.

1.2 CAPITALISMO E SOCIEDADE EDIFICADA: FERRAMENTA DE CONTROLE

Souza (2000) afirma que dentro da perspectiva moderna, a paisagem é analisada por abordagens que vão além da ideia de que ela se resume apenas em um recurso para abrigo, aquisição de matérias-primas e subsistência. Souza cita Thomas (1996) quando este afirma que as paisagens humanas são constituídas de caminhos que se traçam e se cruzam a enquanto as pessoas se movem em padrões cíclicos em suas rotinas, voltam ao mesmo lugar, repetidamente, sincronizando sua presença com outros. Dessa forma, os lugares assumem uma característica temporal, ligando-se às identidades e histórias individuais. Na continuidade da abordagem, Zarankin (2002) utiliza o pensamento de Blanton (1994), quando este aborda sobre a domesticação do espaço e sua relação com a história da humanidade; como grupos e suas culturas diferentes se organizam e transformam seu entorno de acordo com suas cosmovisões particulares. Neste contexto, Zarankin (2002) afirma que o resultado de tais “mudanças/transformações”, traduz-se em uma heterogeneidade de lugares, ou paisagens cultural. “A ocupação do espaço, sua utilização, o ‘salto qualitativo’ que leva do espaço ao lugar é, pois, uma construção. O espaço se projeta ou se imagina, o lugar se constrói; *todo espaço é um lugar percebido*” (FRAGO, 1988, 61).

Ainda, comenta sobre a sociedade ocidental no século XVIII, início do século XIX, quando afirma que foi um período marcado pelo surgimento do capitalismo e o fim do sistema mercantil, quando surgem os *grupos de poder* e tomam consciência da importância da utilidade de exercer o controle sobre a construção material do espaço

humano. O planejamento das cidades e as estruturas dentro destas passam a ser políticas de Estado. A mudança estrutural e social implicou que cada vez mais as atividades fossem realizadas dentro de estruturas construídas. Similarmente, a maioria das atividades e práticas cotidianas passaram a desenvolver-se dentro dos prédios. Estes, os prédios, são objetos sociais e como tais são carregados de valores e sentidos próprios de cada sociedade. No entanto, não são um simples reflexo passivo desta, pelo contrário, são partícipes ativos na formação das pessoas, ou seja, a arquitetura denota uma ideologia e possui a particularidade de transformá-la em “real”⁶. Assim, se considerarmos que os prédios são formas de comunicação não-verbal, então, estes podem ser lidos. Na sociedade moderna, muitos edifícios tornam-se relações de poder assimétricas ‘materiais’, por meio de uma organização autoritária, hierárquica e não-distributiva no espaço. “If architecture is analogous to a text, it follows that the act of writing, is analogous to production of an architecture order” (GRAHAME, 1995, 60).

Uma das razões que permitem que as questões sociais sejam plausíveis de abordar a partir de estruturas arquitetônicas se relacionam com o descobrimento pelos arqueólogos de que estas podem ser lidas da mesma forma que os níveis arqueológicos dos solos. Os pesquisadores estudam os solos em busca de informações sobre artefatos, quando foram depositados e quais forças naturais (vento, chuva, inundações), atuaram depois do “enterramento” original. Continua o pensamento afirmando que:

(...) las paredes pueden ser ‘escavadas’ como se fuesen niveles de sentimiento, para descubrir colores o dibujos que estaban en moda o eram accesibles a los habitantes em determinados momentos Del pasado. Identificar que ventanas y puertas foram cerradas ou agregadas puede permitir descubrir e discutir cuando fueran construídas, o para documentar aumentos em el tamaño de la familia y posiblemente de la riqueza (ORSER JR. 2000, 31-32).

Michel Foucault (1977) ressalta que o sistema usa diferentes estratégias, quase sempre imperceptíveis para o comum da população, para formar indivíduos disciplinados e úteis, sendo uma delas a manipulação da cultura material. Desta forma, a arquitetura pode ser usada como um meio efetivo para controlar e ‘disciplinar’ o

⁶ Desta forma, transmite seus valores e significados por meio de um discurso material.

indivíduo. Foucault (1977, 47) utiliza o exemplo dentro de suas investigações, o panóptico.

(...) de ahí o efecto Del panóptico: incurrir el detenido um estado consciente y permanente de visibilidad que garantiza el funcionamiento automático Del poder. Hacer que la vigilancia sea permanente em sus efectos incluso si es discontinua em su ocasión.

Charles Orser (2005) aborda a visão do arqueólogo e afirma que uma edificação analisada por ele pode indicar vestígios do passado das sociedades que de outra forma muitas vezes passariam despercebidas. Continuando a premissa, Zarankin (2002), utiliza-se do pensamento de King (1980), quando este afirma que entre os temas investigatórios da Arqueologia, encontra-se a Arqueologia da Arquitetura, onde as construções são vistas como elementos ativos, produtos culturais que interatuam de forma dinâmica com o homem. Conforme Funari (2003) as histórias da arte e da arquitetura também são áreas importantes para estudo arqueológico das sociedades históricas. A arqueologia da Arquitetura tem mostrado como as plantas dos edifícios podem nos dizer, de várias maneiras, como as pessoas viviam, fundamentadas no princípio da facilidade ou dificuldade de acesso ao interior e aos aposentos. Em qualquer construção, as portas e corredores têm a função essencial de permitir ou negar acesso aos locais em diferentes espaços e épocas. O estilo arquitetônico, a decoração, a forma das pinturas e estátuas, constituem elementos adicionais a serem considerados.

(...) uma relevante contribuição arquitetônica provém dos estudos sobre como os edifícios modernos podem controlar visualmente as pessoas, com base no chamado modelo panóptico, aquele no qual tudo se pode ver de um ponto de controle... ... muitos edifícios baseando-se no desenvolvimento do capitalismo, no século XIX, passaram a privilegiar o controle visual de vigilância das pessoas. O controle e a vigilância da sociedade capitalista foram incorporadas na arquitetura, a partir de fins do século XVIII. De acordo com Foucault, a sociedade, a partir do século XIX, tornou-se cada vez mais controladora e vigilante do comportamento das pessoas, o que afetou, inclusive, a cultura material e não apenas os edifícios (FUNARI, 2003, 92).

Foucault (1977) afirma que o poder vigilante / disciplinar é com efeito um poder que tem como função maior “adestrar”. Adestra as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células

separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios.

A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. O sucesso do poder disciplinar se deve ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico. O panóptico de Jeremy Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia de uma construção em anel; no centro, uma torre, esta é vazada por largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em “celas”, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permitindo que a luz atravesse a “cela” de lado a lado. O efeito mais importante do panóptico é induzir no indivíduo um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder.

(...) os sistemas simbólicos devem a sua força ao fato de que as relações de força que nele se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido. O poder simbólico como poder de construir o dado pela anunciação, de fazer ver e fazer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2009, 14-15).

Pierre Bourdieu (2009) afirma ainda, que entre os que exercem o poder e os que lhes são sujeitos, ou seja, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz tal *crença*, define-se em uma relação determinada. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia. Neste sentido, Funari (2003, 24-25) faz uma abordagem “**arqueológica**” relativa ao assunto quando se reporta às tradições arqueológicas que vigoram na América Latina, a norte-americana e a europeia:

(...) o influxo da arqueologia antropológica norte-americana sempre foi muito claro, tanto pela importância política, econômica e cultural dos Estados Unidos na região como pela atração que o modelo norte-americano produziu nas elites intelectuais latinas, tornando-se compreensível a separação que se faz em nosso continente entre a história, voltada para o período de colonização europeia, estudada com base nos documentos escritos e a antropologia, encarregada do estudo dos indígenas, povos sem escrita e que também foram encarados como 'outros'. Todavia, a influência europeia não deixou de fazer-se sentir por aqui, pois a construção das identidades nacionais latino-americanas não deixou de incluir, em diversos países, os ameríndios e por isso, as origens históricas, à maneira europeia, foi bem recebida entre nossos pensadores.

Funari (2003) afirma que a arqueologia praticada atualmente, tem servido para aguçar o pensamento crítico, para diminuir as desigualdades e para o respeito à diversidade étnica e cultural. “(...) la cultura material no existe porque si. Alguien la produce. Y es producida para algo. Por lo tanto no refleja pasivamente la sociedad – más bien crea la sociedad por meio de las acciones de los individuos” (HODDER, 1995, 19). Ian Hodder (1995, 23) ainda aborda a cultura material, seus significados e suas especificidades, ao afirmar que é necessário examinar as sociedades e contextos, na medida em que estes se desenvolvem e existe uma continuidade cultural juntamente com a continuidade social.

Deagan (2008) aborda a reconstrução dos estilos de vida passada quando “aproxima” a arqueologia histórica de tais realidades – estudos investigatórios de processos culturais que operaram em tempos e lugares específicos. Muitos estudos de Arqueologia Histórica tem tentado demonstrar as formas em que as variáveis socioculturais aparecem nos registros arqueológicos, dentre eles, o reflexo das diferenças de status e a variabilidade comportamental dos indivíduos pertencentes aos grupos específicos.

1.3 CULTURA MATERIAL, ETNICIDADE E DIVERSIDADE SOCIAL

Deagan cita Deetz (1977) quando este afirma que a tarefa do arqueólogo consiste em revelar estruturas que refletem uma série de unidades básicas, orientações compartilhadas pelos membros de um grupo. Continuando a premissa, Deagan afirma

que o acesso simultâneo das fontes informativas, também permite unir os padrões arqueológicos de uma unidade com seus atributos sociais, econômicos e ideológicos documentados. De acordo com Jones (2005), a interpretação dos grupos étnicos na Arqueologia Histórica, tem acontecido dentro de uma estrutura narrativa derivada de fontes escritas e reflete a condição privilegiada tradicionalmente concedida à palavra escrita sobre a cultura material no estudo dos “períodos históricos”. Jones cita Hall (1992, 168) quando este aborda sobre os vestígios arqueológicos vistos como um texto literário:

Vendo o passado como um conjunto de textos complexos, entrelaçados para formar um curso, podemos privilegiar documentos escritos sobre o registro arqueológico, ou por agrupamentos de artefatos sobre relatos de viajantes, registros legais e pinturas.

Jones (2005, 27) dá continuidade à premissa, ao abordar sobre a contextualização da etnicidade e a relação com as diferenças sociais: “(...) a práxis da etnicidade resulta em múltiplas realizações transitórias das diferenças étnicas em contextos particulares. Essas realizações práticas da etnicidade envolvem a produção e consumo de distintos estilos de cultura material (...)”.

Os arqueólogos podem não ter fácil acesso as maneiras pelas quais os povos viveram no passado, mas eles podem certamente procurar explorar a práxis da etnicidade, e como ela se cruza com os sistemas discursivos de diferença representados nas fontes históricas.

(...) se o passado pode ser mesmo lido como um trânsito infinito de interesses e estilos, então isso se aplica não apenas às leituras que são dominantes, como também, aquelas que são alternativas. Isso porque, embora em certo sentido todo mundo esteja no mesmo barco, nem todos ocupantes do barco estão na mesma posição (JENKINS,2005,103).

Ainda nesta linha, Beaudry (2007) afirma que os contextos históricos e culturais permitem aos seres humanos desempenharem um papel ativo na criação de significados e na moldagem do mundo e formação do que o cerca, sendo vistos interagindo com seu ambiente, ao contrário de simplesmente reagir a ele. A cultura material é vista como um meio de comunicação e expressão que pode condicionar e, eventualmente, controlar a ação social. Quando o mundo material e as ações daqueles

que o criam entram em contato com ele e o usam para uma dada finalidade, esses são todos vistos como afirmações em um discurso.

De acordo com Schiffer (1987) e Binford (1979) os sítios arqueológicos urbanos que geralmente estão localizados em áreas transacionais de nível doméstico, ou de mudanças nas instalações dos gerenciamentos do lixo ou água na comunidade, são matrizes complexas. Compreender suas estruturas internas e formação, assim como as relações entre sedimentos de sítios, processos deposicionais e artefatos na matriz, são um componente vital na pesquisa arqueológica. Mary Beaudry (2007, 54) continua ao abordar a ligação “comportamental” dos artefatos. Uma análise contextual severa destes vestígios fornece um contraponto ou subtexto para escritas de observadores e reformadores da classe média e alta, levantando, subitamente, o volume das vozes dos trabalhadores: “(...) uma arqueologia centrada em classes e baseada na hegemonia cultural nos permite interpretar nossos materiais em seus aspectos comunicativos e simbólicos, abrindo novas avenidas de investigação”.

Jenkins (2005, 103) afirma que tais procedimentos caracterizam o mundo pós-moderno, onde estas comunicações podem estabelecer limites da “história como deve ser lida”, ou seja, tal visão hegemônica permite ver além dos discursos dominantes que procuram encerrar (isolar ou findar) as leituras/ interpretações que consideram indesejáveis.

Silva (2005) afirma que como objeto de diferentes interpretações para a História do Ocidente, a Antiguidade Clássica sempre esteve presente, principalmente como exemplo da legitimação e constituição das identidades nacionais.

Exemplos de direitos e de relações de poder: de acordo com Silva (2005), tais “conceitos” foram utilizados por diversos países que utilizaram-se dos mesmos como uma espécie de herança, preocupados em definir-se em relação aos selvagens e europeus dos séculos XVII e XVIII. Uma ascendência étnica gloriosa antiga, garantiria àqueles que a reivindicam um parentesco racial com os gregos e romanos e lhes garantiria o *poder*. A essência dessa dinâmica de oposições residirá na interpretação da *diversidade como inferioridade*, etará como corolário, como consequência, como pretexto de civilizar o outro, práticas imperiais e colonialistas, bem como justificativas de cunho classistas. Presente na formação das identidades étnicas das mais diferentes

nações, os mitos de origem vão perdurar suas perspectivas e suas especificidades em torno de Estados Nacionais. Silva (2005, 91) ilustra o pensamento, ao falar da formação de Roma: “Roma foi imaginada e construída de diferentes maneiras, nos mais distintos lugares e épocas, legitimando ou desautorizando grupos, práticas e políticas”.

(...) instrumento ideológico da História e da Arqueologia, esse passado apropriado, essa memória fabricada, exercem grande papel na definição de propósitos colonizadores, atuando na construção discursiva de fatos e eventos de um passado desdobrado por europeus e povos do mundo ocidental em geral, para esculpir identidades que se opõe e criar uma ascendência cultural (HINGLEY, 2002, 28).

Gláydson Silva (2005) dá continuidade à premissa, quando afirma que a utilização da imagem do Império Romano permite, além de veicular a ideia de direito imperialista das nações emergentes, a ideia de pertencimento à nação, atuando no fabrico das identidades nacionais, em universo de empréstimos simbólicos, sentidos construídos e interpretações falseadas nas tentativas das nações europeias de estabelecer passados apropriados. Funari (2003, 99) traz uma passagem escrita pelo poeta alemão Goethe, escrita no ano de 1788 e onde ele expressa seus sentimentos quando de sua primeira visita à Roma:

Também as antiguidades romanas começaram a me agradar, história, inscrições, museus, dos quais antes nada queria saber, tudo se abria diante de mim. O que se passara comigo quanto à história natural, aconteceu também aqui, pois neste lugar condensava-se toda a história do mundo e, desde o dia que fui para Roma, contei um segundo nascimento, um verdadeiro renascimento.

Funari (2003) continua sua abordagem quando afirma que as impressões de Goethe ressaltam que a constituição de uma identidade depende da preservação de lugares com suas evocações à nossa memória, sendo o caso de Roma muito claro, com seus tantos monumentos de fama internacional: diante de tais monumentos o poeta acabou desenvolvendo uma admiração por aquela civilização e reconhecendo-se, como ser humano, herdeiro das realizações daqueles antepassados. Conforme Rago e Funari (2008) o passado foi usado para naturalizar as relações sociais modernas, como se, por naturais, estivessem presentes desde a Antiguidade. A construção do conceito

moderno de cidadania passa pela estranha apropriação (distorção)do que se entendia por política e cidadania na Grécia Antiga, tendo em vista legitimar a racionalidade burguesa. Na modernidade, ser cidadão passou a significar possuir determinadas características, como ser homem branco, proprietário, alfabetizado, obediente às regras, trabalhador e cumpridor dos deveres, ou seja, seguidor dos preceitos da moral burguesa. Tratava-se de um ideal de subjetividade imposto pela moral dominante como a “verdade” do indivíduo, estabelecida universalmente como padrão de normalidade.

Connor (2000) aborda a política cultural relacionada a pós-modernidade, o colonialismo e o pós-colonialismo. Nesse sentido, afirma que a condenação pós-moderna das meta-narrativas universalizantes oferece uma réplica à história opressiva do desenvolvimento de um destino unificado para o Homem (como figura-álibi da civilização ocidental), história que elimina as histórias particulares, locais ou nacionais, em seu ímpeto de racionalização universal, progresso industrial e expansão global de mercados. Steven Connor (2000) utiliza o pensamento de Lyotard (1974), quando este coloca que a razão e a justiça só podem sobreviver na abertura deslegitimada da pós-modernidade.

Nos termos do imperialismo da representação, esse domínio da narrativa universal pode produzir a projeção de imagens fetichizadas (África, Oriente e América Latina), de maneira que, a um só tempo, tornam essas regiões (colônias) existentes para a Europa “ouvidos atentos” à sua necessidade de centralização psicológica e política, silenciando qualquer tentativa de auto-representação desses povos e seus descendentes pós-coloniais. Connor (2000) continua, ao afirmar que a reação a isto na teoria cultural pós-moderna é assistir à explosão do mito metropolitano centrista da história universal ao franquear teorias do discurso às vozes daqueles constituídos como *outro*⁷.

(...) os estudos feministas, negros e étnicos, estudos socialistas e anti-imperialistas apoiam-se, do mesmo modo num dado princípio étnico-discursivo, o direito de grupos humanos antes não representados ou erroneamente representados falarem por si mesmo e se auto-representarem em domínios normalmente definidos em termos políticos e intelectuais para usurpar as funções de significação e representação, passando por cima de sua realidade histórica (SAID, 1990, 81).

⁷ Grupos marginalizados

Nelly Richard (1987, 7) coloca que “O pós-modernismo defende-se da ameaça desestabilizadora do “outro” ao integrá-lo outra vez a uma estrutura que absorve todas as diferenças e contradições”.

Bourdieu (1995) afirma que levar a sério a noção de que estrutura social supõe que cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui propriedades de posição relativamente independentes de propriedades intrínsecas. Nesse sentido, o sistema de critérios utilizados para definir ou esta ou aquela classe social numa pequena comunidade, determinará uma categoria bem diferente. Exemplifica a premissa:

(...) a classe superior de uma cidade pequena apresenta a maioria das características das classes médias de uma cidade grande; isto não significa que os membros dos círculos mais fechados das sociedades da província seriam frequentemente excluídos dos círculos equivalentes de uma cidade grande, mas quer dizer que distinguem por inúmeras condutas e atitudes dos indivíduos com os quais podem partilhar certas características econômicas, sociais e culturais (BOURDIEU, 1995, 7).

Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição em uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em distinções significantes. A autonomia que torna possível a instauração das *relações simbólicas* é apenas relativa.

Continuando o pensamento, o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica⁸, ou seja, a causa que torna possível a concorrência entre “inteligências”. As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas em uma luta simbólica para impor a definição do mundo social, conforme seus interesses. Nesse sentido, Velho (2008) afirma que a possibilidade da formação de grupos de indivíduos com um projeto social, que englobe, sintetize ou incorpore os diferentes projetos individuais, depende de uma percepção e

⁸ Conhecimento do sentido do mundo: tempo, espaço, números.

vivência de *interesses comuns* que podem ser os mais variados: classe social, grupo étnico, grupo de status, família, religião, vizinhança, ocupação, partido político.

A estabilidade destes projetos supra-individuais dependerão de sua eficácia simbólica e política propriamente dita. Os projetos constituem-se em dimensões culturais, na medida em que sempre são expressões simbólicas. Sendo conscientes e potencialmente públicos, estão diretamente ligados à organização social. Assim, implicando relações de poder, são sempre políticos. Um projeto social só pode ser compreendido através do conjunto de símbolos a qual está associado.

1.4 CULTURA E CÓDIGOS SOCIAIS

Funari e Oliveira (2008) abordam a investigação arqueológica (estudo da cultura material) e a utilização desta para o entendimento dos conflitos e lutas de classes no Brasil, bem como as interpretações atuais sobre o passado. Afirmam que as sociedades divididas em classes implicam o estudo da apropriação dos excedentes, assim como da exploração que “engendra” contradições internas na sociedade e das formas de dominação e resistência. O estudo da cultura material pode ser um poderoso instrumento na análise das histórias subalternas e na transferência de poder para os próprios agentes sociais. Interpretar o conflito social depende de maneira direta de como se entende a própria sociedade.

Funari e Oliveira citam Gordon Childe (2008): “A cultura é uma herança social, corresponde a uma comunidade que compartilha Instituições e modo de vida em comuns”.

Dentro desta visão, Eagleton (2003) afirma que devemos nossa visão moderna de cultura em grande parte ao nacionalismo e ao colonialismo, juntamente com o desenvolvimento de uma Antropologia a serviço do poder imperialista. À medida que a nação pré-moderna dá lugar ao Estado-nação moderno, a estrutura de papéis tradicionais já não pode manter a sociedade unida e é a cultura, no sentido de ter em comum uma linguagem, herança, sistemas educacionais, políticas, ou seja, valores compartilhados, que intervém como princípio da *unidade social*. Com seus ecos de

processo orgânico, a cultura é o conhecimento implícito do mundo pelo qual as pessoas negociam maneiras apropriadas de agir em contextos específicos.

Neste sentido, a cultura é o infinito que assume uma encarnação local. Ela é o ponto imóvel do mundo em rotação no qual se intersectam tempo e espaço, o movimento e a imobilidade.

Oliven (2007) aborda as formas de sociabilidade nos contextos urbanos, quando fala que dentro da teoria da modernização, se prevê o surgimento de novos comportamentos e orientações culturais nas elites e nas massas como pré-condição e como decorrência do desenvolvimento econômico, encarando este processo como ocorrendo de um modo relativamente linear no *continuum* tradicional moderno.

Conforme Zarankin e Senatore (2002) a sociedade moderna é definida como uma nova ordem com a inclusão de novas práticas, fazendo-se necessária a análise dos fundamentos teóricos dessa nova ordem, bem como o cenário desta transformação social. Nesse sentido, a compreensão das novas práticas só torna-se possível atendendo à particularidade dos contextos em que estas se manifestam dentro de suas múltiplas significações levando em conta a pluralidade de grupos dentro do cenário social. Tal estudo voltado para a modernidade sul-americana. Os autores chamam atenção para a importância da busca de conexões históricas que nos forneçam o contexto dentro do qual seja possível interpretar as mudanças nas práticas sociais através do estudo da cultura material, para isto, faz-se necessário construir modelos explicativos, levando em conta os contextos de significação da cultura material e os processos particulares de construção de identidades sociais e relações de poder. Ilustrando a premissa, Zarankin e Salerno (2007, 31), afirmam que tais mudanças expressam novas hierarquias e relações de poder: "(...) resulta fundamental, contribuir con la desconstrucción de macro-identidades generadas por discursos hegemônicos – principalmente, aquéllos de mundo blanco occidental y rescatar las múltiples identidades sobre las que se construyo y aún funciona la sociedad moderna".

Na continuidade do pensamento, Zarankin (2000) aborda o "comportamento da arqueologia pós-modernista", quando afirma que de acordo com esta corrente, a prática arqueológica implica em uma postura ativa do pesquisador. O arqueólogo transforma-se no mediador entre os traços de um passado que não existe mais e o presente. Como

toda interpretação, o trabalho do arqueólogo é uma visão a mais, mudando de profissional para profissional e de período em período. Na arqueologia, existem contínuas traduções de objetos, palavras e discursos que obrigam o profissional a realizar uma escolha da narrativa a utilizar. De acordo com Hodder (1995, 21-23) a cultura material e os significados ligados a ela se traduzem como parte de estratégias sociais. Os indivíduos não seguem “leis determinadas”:

“(...) no somos simples peones de un tablero, determinados por un sistema, sino que usamos centenas de miles de médios, incluindo el simbologismo de la cultura material para crear novos roles, redefinir los ya existentes y negar la existência de otros”.

Schiavetto (2005) afirma que apesar da supracitada impossibilidade da apreensão do universo étnico por meio da cultura material, um outro nível arqueológico pode ser apreendido, este reside nos discursos proferidos pelos arqueólogos. Desta forma, a ciência arqueológica torna-se crucial para o estudo das identidades. De acordo com a autora no estudo das identidades é comum a utilização das expressões engajamento e militância, ambas com o mesmo sentido. No seu ponto de vista, o entendimento da palavra “engajamento social” pressupõe um “fazer científico”, ligado à sociedade, agindo com e para ela. A palavra “militância” identifica-se com movimentos fechados étnica, racial e culturalmente, que julgam e são julgados como estando totalmente separados da sociedade “envolvente”.

O estudo da cultura material feita dentro dos limites brasileiros deve ser encarado como o estudo da identidade brasileira, valorizando sua multiplicidade quase sempre atestada nas manifestações mais sutis do cotidiano, inclusive materiais, admitindo sempre que os indivíduos que vivem em sociedade são dotados de múltiplas identidades. Em especial neste trabalho “a questão étnica no discurso arqueológico”, enfatiza a importância dos estudos dedicados a uma das identidades múltiplas sem voz “envolvente”: a identidade indígena. “Há a necessidade de se construir uma Arqueologia indígena que seja relevante para as pessoas que vivem nas regiões anteriormente pertencentes aos seus antepassados, verificando as situações pré-pós ‘contato/encontro’” (SCHIAVETTO, 2005, 77). Nesse caso, admitindo que pode ter havido mudanças na cultura material, mas que não significam descontinuidade, nem

reflita uma mudança no sentimento de pertença étnica” Schiavetto (2005) direcionou suas pesquisas às regiões próximas à Araraquara, onde viveram grupos indígenas (Tupinambás, Jê, Borôro, Cayapós, Guayanases, descritos por viajantes, enfim, um quadro múltiplo). As identificações foram realizadas através das fontes históricas e das confrontações com a cultura material, - *urnas funerárias*. Na mesma direção, Monticelli (1999) realizou pesquisas/ entrevistas com integrantes de uma das parcelas em que se divide atualmente a sociedade Guarani (segundo a literatura, a mais conservadora), os Mbyá estabelecidos na Aldeia de Pacheca, no município de Camaquã no Rio Grande do Sul. Segundo Monticelli (1999), os Mbyá ainda se utilizam de argila para a confecção de cachimbos de cerâmica, no piso e nas paredes de suas casas.

Na entrevista feita com o casal de meia-idade, Félix e Catarina, apesar de falarem a língua guarani e entender o português, foram testemunhos da produção e utilização de recipientes até um passado pouco remoto, sendo que a informante Catarina chegou a experimentar a elaboração de vasilhas de cerâmica na infância, ensinada pela mãe. No período das visitas, Gislene Monticelli (1999) afirma que os informantes elaboraram “modelos” destes utensílios. Tais “demonstrações” de confecção diferem das técnicas de manufatura guarani do passado. Mesmo não utilizando-os, mostraram conhecimento de outras técnicas de confecção, como o roletado, o acordelado, o modelado e outros métodos antigos. “Considerando que entre os Mbyá, a *descrição oral* obtida de cada um dos informantes, ainda que em conjunto, não foi em momento algum contraditória e sim, consensual.

Assim, por mais conservadora que tenha sido a produção cerâmica entre os Guarani, ela foi passível de influência ao longo do tempo. Possivelmente tenha sido influenciados pelas vasilhas usadas recentemente, com as quais mantiveram e mantém contato direto/estrito. As práticas antigas foram sendo abandonadas na medida em que tiveram acesso à vasilhas industrializadas, que pudessem substituí-las com atendimento às suas necessidades e não ao inverso, ou seja, na medida em que tivessem abandonado a produção de suas próprias vasilhas e tivessem procurando outros similares para substituição. Monticelli (1999) continua, quando afirma que a constatação mais surpreendente, é que os termos do dialeto Mbyá-Guarani atribuídos às vasilhas cerâmicas produzidas no passado, são os mesmos utilizados na

identificação e denominação das vasilhas industrializadas usadas atualmente. Desta forma, ficou constatada a transposição nos conceitos e imagens mentais, de forma que hoje a palavra yapepó, denomina tanto a vasilha do passado (cuja imagem está gravada na memória, a partir da tradição oral, da observação e ensinamentos), como a atual panela de ferro, com que seguem cozinhando na fogueira, os mesmos tipos de alimentos...).

Ainda dentro da vertente Guarani, agora fazendo uso de uma visão e constatação antropológica, Souza (2002) traz considerações sobre o sistema doméstico guarani dentro dos contextos pré e pós-colonial. Assim, utilizando as colocações de Marshal Sahlins (1966, 100):

(...) nas sociedades primitivas, a unidade doméstica recebe o peso da produção, junto com a aplicação e a organização da capacidade de trabalho, além de determinar o objetivo econômico. Suas próprias relações internas, tal como ocorre entre esposo e esposa, entre pais e filhos, são as relações principais da produção na sociedade.

Continuando, José Otávio (2002) afirma que originalmente tal consideração é válida ao se aplicar ao Guarani, pois a organização do trabalho prevalecia a divisão sexual, onde aparecia a combinação do trabalho dos dois elementos socialmente primordiais, as atividades do homem adulto e da mulher adulta, traduzindo a combinação perfeita dos elementos socialmente primordiais da produção. Os Guarani reproduziam o padrão dos cultivadores de floresta, onde o homem detinha o *status* de caçador pescador e a mulher, o papel de cultivar a terra. A partir das informações etnografadas em grupos recentes, a sociedade Guarani ainda conserva a família “alicerçada” à autoridade paterna, onde a personalidade masculina é importante à manutenção do padrão tradicional. O grupo doméstico vive sob a égide de um varão, vigorando a patrilinearidade em contraste a matrilinearidade. As informações arqueológicas e etno-históricas indicam serem estas propriedades típicas do sistema econômico dos Guarani pré-coloniais.

Outro exemplo neste sentido, é exposto por Robhran-Gonzalez (2006, 77-78), nos trabalhos realizados no interior de São Paulo:

(...) a participação da comunidade do Barro Branco, bairro rural localizado no município de Ribeirão Grande, nas pesquisas de levantamento arqueológico criou um vínculo inicialmente tímido, foi dando lugar à uma relação de curiosidade e descobertas tanto por parte dos pesquisadores quanto dos moradores. As lendas, as histórias das famílias, da fauna e da flora, o registro material da presença dos antigos índios.....as pesquisas revelaram elementos de continuidade da cultura indígena (técnicas de traçado na produção de cestos, áreas de captação de argila e espécies vegetais, técnicas construtivas, técnicas de preparo do campo e do roçado) que encontram analogias em modelos indígenas antigos e atuais de apropriação do espaço”.

De acordo com Hobsbawm (2008) o termo “tradição inventada” é utilizada num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quando as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo. Entende-se por um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas (silenciosas) ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam “inspirar” certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado.

Eric Hobsbawm (2008) aponta para a importância de que sempre que possível deve-se tentar o estabelecimento de uma continuidade com um passado histórico apropriado. Nesse sentido, a tradição deve ser nitidamente diferenciada do “costume” vigente nas sociedades ditas “tradicionais”. O objetivo e a característica das tradições é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que referem, impõe práticas fixas, tais como repetição. O “costume” nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de *motor e volante*, não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ao precedente. É natural que qualquer prática social que tenha que ser muito repetida tenda, por conveniência e para maior eficiência, a gerar um certo número de convenções e rotinas formalizadas de direito ou de fato, com o fim de facilitar a transmissão do costume

As sociedades que se desenvolveram a partir da Revolução Industrial foram naturalmente obrigadas a inventar, instituir ou desenvolver novas redes de convenções e rotinas com uma frequência maior do que antes. Na medida em que essas rotinas são transformadas em hábito, em procedimentos automáticos ou até mesmo em reflexos, elas necessitam ser imutáveis, o que pode afetar outra exigência necessária da prática, a capacidade de lidar com situações imprevistas ou originais. As redes são criadas para facilitar operações práticas imediatamente definíveis e podem ser prontamente modificadas ou abandonadas de acordo com as transformações das necessidades práticas, permitindo sempre que existam a inércia, que qualquer costume adquire com o tempo e a resistência às inovações por parte das pessoas que adotaram esse costume (HOBBSAW, 2006, 271).

O mesmo acontece com as regras reconhecidas dos jogos ou de outros padrões de integração social, ou com qualquer outra norma de origem pragmática. Na teoria da modernização, a ideia de que as transformações não se cingem às chamadas sociedades “tradicionais”, mas que também ocorrem nas sociedades modernas. Houve adaptação quando foi necessário conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins. Assim, é interessante observar a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais. Sempre poder-se-á encontrar no passado de qualquer sociedade um amplo repertório destes elementos.

1.5 SUJEITOS SOCIAIS E SUA INTERAÇÃO COM OS CONTEXTOS PAISAGÍSTICOS

De acordo com Hall (2006) o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “EU” coerente. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Na medida em que os sistemas de significações e representações culturais se multiplicam, o indivíduo é confrontado por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais o sujeito possa identificar-se. Continua ao afirmar que a questão da identidade está relacionada com as mudanças sofridas pela sociedade moderna. Conforme Guiddens (1990, 37-38) as sociedades modernas são, por definição, sociedades de mudanças constantes, rápidas e permanentes:

(...) nas sociedades tradicionais, o passado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes.

Stuart Hall (2006) afirma ainda, que era possível observar-se no final do século XVIII, os grandes processos da vida moderna como estando centrados no indivíduo “sujeito-da-razão”. Mas a medida em que as sociedades modernas tornaram-se mais complexas, adquiriram uma forma mais coletiva e social. As teorias clássicas liberais de governos baseadas nos direitos e consentimentos individuais, foram obrigadas a dar conta das estruturas do estado-nação e das grandes massas que fazem a democracia moderna, As leis da economia política da propriedade, do contrato e da troca tinham que atuar depois da industrialização entre as grandes formações do capitalismo moderno, conseqüentemente, o cidadão individual tornou-se enredado nas maquinarias burocráticas e administrativas do estado moderno. Nesta direção, o indivíduo passou a ser visto como mais localizado e definido no interior dessas grandes estruturas e formações sustentadoras da sociedade moderna.

Hall (2006) faz uso dos pensamentos de Lacan (1977), quando este faz “leituras” dos escritos de Freud a respeito da imagem do sujeito como indivíduo: “(...) aparece como inteiro e unificado a partir do aprendizado quando criança e sua relação com os outros, começando nas complexas negociações psíquicas inconscientes entre a criança e as poderosas fantasias que ela tem de suas figuras paterna e materna”. Por sua vez, Lacan (1977) define esta fase como “fase do espelho”, onde a criança que não está ainda coordenada e não possui qualquer autoimagem como uma *pessoa inteira*. Saindo dos “psicanalismos” para o trabalho de Ferdinand de Saussure, linguista estrutural que tem seus trabalhos baseados na teoria que na formação do indivíduo a “língua” traduz a significação de determinadas culturas e define seu sistema social. Ilustra a premissa, exemplificando através das relações de similaridades e diferenças: sabe-se que é noite, porque não é dia. De acordo com tal pensamento, as palavras são “multimoduladas”. Ainda, dentro deste descentralização da identidade do indivíduo, cita o trabalho do filósofo e historiador francês, Michel de Foucault (1977) quando este produz uma espécie de “genealogia do sujeito moderno”, destacando um tipo de poder, o poder

disciplinar, que funciona através do controle, da regulação, da vigilância. Consiste em manter as vidas, as atividades, o trabalho, as infelicidades e os prazeres, todos sob controle dos regimes administrativos.

Na continuidade da descentralização da identidade social, os movimentos revolucionários, onde se destaca o movimento feminista, que começou como movimento social e político contra a posição submissa das mulheres e expandiu-se para incluir-se na formação das identidades sexuais e de gênero. Também, colocou em questão, a noção de que homens e mulheres são parte de uma mesma identidade, a humanidade. Ainda, nesta direção, Harvey (1989) afirma que todo meio de representação, escrita, pintura, desenho, fotografia e semelhantes, deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais. Assim, a narrativa traduz os eventos em uma sequência temporal, começo-meio-fim, onde diferentes épocas culturais adquirem diferentes formas de combinar essas coordenadas – espaço – tempo.

Desta forma, a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação tem efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas. Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos. De acordo com Said (1990) suas paisagens características, seu senso de lugar, de “casa/lar”, bem como localizações no tempo – nas tradições inventadas que ligam passado e presente, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas de noção que conectam o indivíduo e eventos históricos nacionais mais amplos e mais importantes.

Vieira (2006) faz uma abordagem sobre as relações sociais e espaços, quando coloca o espaço em sua concepção formal: a paisagem. De acordo com Santos (1986, 83): “(...) a paisagem é o conjunto de formas que num dado momento, exprimem as heranças representativas das sucessivas relações localizadas entre o homem e natureza”. Ainda Santos (1986, 83) diz que:

A arqueologia da paisagem é hoje um componente importante dos estudos realizados por arqueólogos para compreensão dos povos e culturas do passado. Na perspectiva pós-moderna, a paisagem tem sido analisada como mais uma variante que possui atribuições sócio-culturais.

Um aspecto também importante do ser – no mundo diz respeito ao fato de que esse conceito permite que se dissolvam as divisões entre espaço e tempo, que são categorias, muitas vezes, consideradas como independentes, sobretudo na arqueologia. Conforme assinalou Thomas (1996), as temporalidades não são, necessariamente, externas ao social. As paisagens humanas são constituídas de caminhos que se trançam e se cruzam e enquanto as pessoas se movem em padrões cíclicos em suas rotinas, voltam ao mesmo lugar, repetidamente, sincronizando sua presença com outros. Desta forma, os lugares assumem uma característica temporal, ligando-se às identidades e histórias individuais (SOUZA, 2007).

Conforme Silveira (2009, 72-73) deve-se considerar o fenômeno “paisagem” em dois níveis distintos, mas indissociáveis. No primeiro caso, há necessidade de entender que a ação modeladora do mundo natural pelos grupos humanos indica uma experiência ético-estética relacionada a um estar junto, manifestando um sentimento comum acerca do meio social e o ambiente em que os sujeitos interagem. Daí, que na interação com o entorno, ou com o cenário, o homem experimenta um “duplo vínculo”, uma vez que diz respeito a uma recursividade ligada ao ato de modificá-lo (o ambiente; o cenário) ao mesmo tempo em que é modificado (o ser humano) por ele. Na segunda perspectiva é preciso tomar o fenômeno cultural “paisagem” como um tema interdisciplinar e, por isso, complexo. As implicações, no caso da paisagem, conduzem a reflexões teórico-conceituais cotejadas por diversas disciplinas do conhecimento. As transformações das paisagens através das forças modeladoras impressas pelo gesto humano (LEROI-GOURHAN, 1972) sobre a matéria, resultam de assimilações acomodadoras das ações técnicas por parte do ser humano no mundo social, as quais são colocadas em prática no corpo de um ambiente, ou seja, na sua superfície maleável, alterando-o de maneira a imprimir uma grafia no mesmo. Flávio Silveira (2009) continua ao abordar a diversidade de interações dos grupos humanos com os ambientes, quando relaciona as experiências culturais, a noção de habitat ou de lugar habitado com o entorno, bem como com tudo o que diz respeito aos elos intra e interespecíficos, são fundamentais na configuração dos vínculos entre o que provém da cultura e aquilo que é da ordem da natureza.

A paisagem é um fenômeno do ser porque tem relação com o sujeito que sonha, recebe e representa. Ao permitir-se o repouso e o mergulho para o interior das coisas, dos elementos que a constituem e que abarcam sentidos, torna-se capaz de organizá-la numa totalidade que é a sua própria representação. A paisagem atua diante dos grupos humanos, exigindo respostas adaptativas que passam por processos de construção de conhecimentos, que definem singularidades culturais e identitárias entre as diversas populações humanas em seus lugares de pertença. Envolve determinadas visões e sentidos atribuídos aos naturais que são comuns a uma sociedade em particular, considerando suas complexidades internas (divisões de classes, hierarquias, etc).

1.6 PAISAGEM, DIVERSIDADE SOCIAL E PATRIMÔNIO

De acordo com Funari/Pelegrini (2006) as coletividades são constituídas por grupos diversos, em constante mutação, com interesses distintos e, não raro, conflitantes. Uma pessoa pode pertencer a vários grupos e, no decorrer do tempo, mudar para outros. Inevitavelmente, essa diversidade leva à multiplicidade de pontos de vista, de interesses e de ações no mundo. O conceito de patrimônio, surgido no âmbito privado do direito de propriedade, estava intimamente ligado aos pontos de vista e interesses aristocráticos. Entre os romanos, a maioria da população não era proprietária, não possuía escravos; logo, não era possuidora de *patrimonium* (palavra de origem latina, usada pelos romanos). O patrimônio era um valor aristocrático e privado, não havendo o conceito de patrimônio público.

O Estado era apropriado pelos pais de família e os magistrados romanos colecionavam esculturas gregas em suas casas, sendo assim, o patrimônio era patriarcal, individual e privativo da *aristocracia*. Afirmam ainda, que o patrimônio moderno deriva do Antiquariado⁹, que, aliás, nunca deixou de existir e continua até hoje, na forma de colecionadores de antiguidades. No entanto, a preocupação com o patrimônio rompe com as próprias bases aristocráticas e privadas do colecionismo, e

⁹ Épocas antiga e moderna

resulta de uma transformação profunda nas sociedades modernas, com o surgimento do Estado Nacional.

Funari e Pelegrini (2008) ilustram tal premissa ao afirmar que a França coloca-se como melhor exemplo de criação de um Estado Nacional após a Revolução. No reino falavam-se diversas línguas e os súditos espalhavam-se para além do continente europeu. A realeza era de origem germânica, os francos eram de origem variada, gaulesa e romana. Havia uma pletora (excesso de linhagens) e de estados jurídicos que separavam os súditos.

Com a república, criou-se a igualdade, refletida nos homens, a criação e o fornecimento de meios para que compartilhassem valores e costumes, para que pudessem se comunicar entre si, para que tivessem um solo “supostamente” comum. Funari/Pelegrini (2008, 30) colocam que: “O patrimônio, antes restrito ao excepcional, aproximou-se, cada vez mais, das ações quotidianas, em sua imensa e riquíssima heterogeneidade, mais do que nunca, os estudiosos se voltam para ‘as energias e correntes não europeias, descolonizadas, descentradas, de relações de gênero de nossa época”.

Neste sentido, os autores também fazem abordagens sobre o patrimônio cultural imaterial, ao alertar para a importância da “unificação” da eclosão das reivindicações do reconhecimento do valor de identidades sociais e, portanto, da contestação dos conceitos de cultura monolítica e homogênea.

As pessoas possuem múltiplas auto-representações, elas se comportam de diversas maneiras em diversos contextos, em constante mutação, a diversidade cultural não pode ser desvinculada da noção de diversidade da vida. A genética das populações humanas descobriu que os grupos humanos não são unidades biológicas. As diferentes genéticas são tão grandes de uma tribo a outra, quanto de uma aldeia a outra de uma mesma tribo (FUNARI / PELEGRINI, 2008, 24-25).

Pelegrini (2009) na obra intitulada *Patrimônio Cultural: Consciência e Preservação*, faz uso das definições e dos estatutos instituídos pelo IPHAN¹⁰, para organizar um pensamento conjunto sobre o patrimônio cultural nacional.

¹⁰ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

De acordo com Sandra Pelegrini (2009, 35) os sítios patrimoniais podem ser naturais (formações biológicas ou geológicas), habitats animais ou vegetais e áreas que tenham valor científico ou estético/cultural, com suas representações da memória social, meio ambiente, produção intelectual humana e bens culturais.

Pelegrini (2009) continua a premissa, quando afirma que estes itens analisados individualmente ou juntos, identificam, reforçam e mantêm os elementos de identidade e memória urbana. Neste sentido, a retomada de emoções, costumes, modos de viver e formas de entender as reminiscências do tempo passado são essenciais na construção das identidades individuais e coletivas do presente. A preservação dos espaços de sociabilidade e do patrimônio material (áreas arqueológicas, paisagísticas, etnográficas e históricas, coleções arqueológicas acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos), bem como do patrimônio imaterial (tradições, costumes junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados), contribuí para aflorar sentimentos de pertencimento da comunidade.

Morais (2005) ilustra a premissa quando relaciona o patrimônio com outro benefício para as localidades onde estão situados os sítios arqueológicos: o turismo. José Luiz (2005, 97) afirma que o patrimônio cultural, ambiental e paisagístico pode ser a “mola propulsora” de iniciativas turísticas e o patrimônio arqueológico entendido como bem de uso especial, torna-se presente no universo patrimonial das comunidades. Estas, por sua vez, entrarão com o comprometimento no sentido da tomada de consciência da preservação, valorização e divulgação do patrimônio arqueológico como fator de atração turística. Procedimentos semelhantes devem ser realizados com artefatos expostos em museus ou coleções de artefatos de sociedades do passado, ou seja, manter permanentemente a conexão e a compreensão de suas vivências, costumes, bem como a utilização dos respectivos artefatos.

Castells (2000) afirma que a preservação das raízes vinculadas aos cidadãos e seu passado, bem como a acepção de seu patrimônio cultural abrangem principalmente as experiências vividas, condensadas nas formas e expressões diversificadas, juízos de valores, maneiras distintas de utilizar os bens, os espaços e o meio ambiente. Canclini

(1990, 64) ilustra um objetivo da minha pesquisa, ao falar da educação patrimonial e sua importância:

A noção de patrimônio abrange os bens simbólicos de todos grupos da sociedade, inclusive os subalternos, devendo estender cotidianamente o direito de usufruir dos bens preservados. Desta forma, a educação patrimonial objetiva equacionar as questões da diversidade cultural dos povos.

Dentro do contexto que abrange este trabalho, as informações sobre a valorização do patrimônio cubano são bastante pertinentes. Neste sentido, trago abordagens sobre o tema, feitas por pesquisadores cubanos.

Conforme Menéndez (2009), em Cuba, precisamente em Havana, os motivos da preservação do patrimônio existem não só para conservação e valorização do mesmo, mas, também para possibilitar que as pessoas menos favorecidas economicamente tenham acesso e direito à moradia.

El reemplazo de algunos usos y funciones tradicionales de los edificios de los centros históricos por otros de mayor atracción social o retabilidad económica, es una condición básica para permitir su subsistencia como asentamientos vivos. \por lo tanto, no debe verse como um aspecto distanciante sino como generador de una nueva vitalidade (GUTMAN, 1992, 19).

Dentro da cidade de Havana, as transformações nos centros urbanos, ou seja, as reformas / restaurações nas vivendas, ocorrem desde o final do século XIX. Estas modificações eram e ainda são “respostas” para a criação de espaços adicionais feitas para sua população. O tipo de “arquitetura doméstica” de Havana Vieja, constitui-se em um grande recurso econômico, além de facilitar sua adequação às necessidades das famílias que nela habitam, ou seja, o tamanho destas.

Ainda, tais habitações contribuem no controle e orientação dos novos processos que demandam, sobretudo, os imóveis que se deseja conservar, seja com o bem social ou como um patrimônio ligado a razões socioeconômicas. Na compartimentação dos espaços, ou melhor, para obtenção de duas moradias em uma, implica na divisão da vivenda, portanto, as modificações são mais frequentes em casas de dois pisos. Neste caso, a transformação ocorre desde a fachada, que agora conta com dois frontões independentes, sendo que durante a divisão, uma delas somente ganha a escada de acesso ao piso superior e a outra passa a ser térrea.

Ainda de acordo com Nestor Canclini (1990), as mudanças culturais referentes às distintas identidades, aos conflitos e solidariedades entre os segmentos sociais, tornam-se eficientes se forem capazes de promover a formação e a informação de um processo de construção de identidades plurais e do desenvolvimento de reflexões em torno do significado coletivo da história e das políticas de preservação.

A despeito da expansão do conceito de patrimônio e da significativa contribuição dos objetos de interesse de distintas áreas do conhecimento, história, geografia, antropologia, arqueologia, entre outras, os estudos preservacionistas precisam ser interpretados como manifestos perceptivos das ações humanas, inseridas no âmbito de práticas e representações culturais, políticas e ideológicas (FUNARI, 2005, 47).

Neste sentido Oosterbeek (2007) afirma que o patrimônio cultural tem a faculdade de despertar emoções que ajudam a construir nossa identidade, em nível individual ou coletivo. As peças que compõem o universo do patrimônio cultural, constituem um complexo de sinais que vão sendo assimilados e situados pelos indivíduos em uma rede que não é estável e que se modifica, por vezes, de forma impressionante, ao longo de suas vidas.

Coloca ainda, que o patrimônio cultural é a âncora fundamental da identidade, mas é uma âncora flexível e em permanente reconstrução. O passado não é algo de imutável, algo como um livro que se possa virar as páginas uma após a outra. O passado de cada um é o legitimador do respectivo presente.

(...) talvez o mais importante ganho da Arqueologia, nos últimos anos, tenha sido o engajamento dos seus profissionais com o público. O ato de examinar a evidência material dos grupos subordinados, oferece uma oportunidade de se ter um acesso mais abrangente a comunidades (grupos) que tradicionalmente não são representadas. Se a sociedade é caracterizada por contradições sociais, lutas e conflitos de interesse, ou seja, os membros dos grupos subalternos e dos grupos dominantes estarão sempre em oposição, e cada arqueólogo terá de decidir do lado de qual se colocará. Neste contexto, o engajamento com a sociedade é um aspecto definidor do trabalho do arqueólogo, principalmente daquele que busca manter uma posição crítica no que concerne às condições sociais do país onde trabalha (FUNARI, 2007, 18).

Novamente, Rago e Funari (2008, 18-19) fazem uso dos pensamentos de Foucault (1977) quando este “deixa claro” que a mecânica do poder entra em cena com

o capitalismo, capturando tanto o indivíduo como a população, o corpo e a gestão da própria vida. No caso, os “corpos dóceis”, tal como aparece em *Vigiar e Punir*, são caracterizados como efeitos dos saberes e dos micropoderes, de práticas discursivas e das disciplinas que generalizam, tendo em vista desfazer as confusões, individualizar e esquadrihar, domesticar os gestos, adestrar os corpos e instituir as identidades normais e anormais.

(...) pode-se compreender o caráter de óbvia evidência que a prisão-punição adquiriu muito cedo. Desde os primeiros anos do século XIX, ainda se tinha consciência de sua novidade; e, contudo ela pareceu de tal modo ligada, e de forma profunda, com o funcionamento mesmo da sociedade, que ela relegou ao esquecimento todas as outras punições que os reformadores do século XVIII haviam imaginado (FOUCAULT, 2001, 195).

Na mesma direção, Foucault (2006) faz abordagens sobre as cronologias históricas ao mesmo tempo em que as critica. Para ele, o rompimento com os modelos universalistas trouxe em seu bojo uma crítica contundente às origens, ao desejo de verdade histórica e a todos os essencialismos, ao postularem a desnaturalização de sujeitos e identidades fixas. Essas novas bases tem contribuído para uma melhor compreensão da pluralidade das experiências, principalmente ao reconhecerem a elaboração de sujeitos e identidades como produtos de forças culturais conflitantes, que operam em meio a jogos de relações de poder. Daí as diferenças serem percebidas pela genealogia foucaultiana como plurais, móveis, diversas, versáteis, descentradas, desunificadas, contrárias à existência de um núcleo interior imutável no qual se partia do princípio de que as experiências e os valores sempre foram os mesmos.

Ainda, dentro desta visão, Orser Jr. (2000) afirma que a arqueologia histórica oferece uma via material para o conhecimento dos indivíduos e suas ações, bem como suas mobilidades dentro dos contextos históricos.

De acordo com Jenkins (2005) o pós-modernismo é o exemplo de ideologia que se encaixa perfeitamente nesta situação, porque rediscute e reinterpreta fatos e acontecimentos históricos. As condições pós-modernas produzem uma multiplicidade de relatos históricos que se encontram por toda parte em nossas sociedades democráticas / consumistas. Nelas, uma massa de gêneros, relatos de negros, brancos, mulheres, feministas, homem, relatos de herança cultural, relatos de reacionários, elites

e marginais. Todos estes diversos constructos são influenciados por perspectivas locais, regionais, nacionais e internacionais: “Todos estes gêneros têm fronteiras irregulares e sobrepostas, e todos se apoiam uns nos outros” (JEIKINS, 2005, 101).

Neste contexto, Perrot (2007) afirma que a história das mulheres possui sua cronologia nem sempre fácil de estabelecer. Segundo a autora, sua história tem acontecimentos próprios, diferentes muitas vezes da história política, da história cultural, religiosa, jurídica e biológica. Os homens e as mulheres vivem juntos os grandes acontecimentos, as rupturas do tempo. Juntos, e diferentemente, em razão de sua situação na sociedade do momento, mas sem dúvida, de todas as fronteiras, a mais difícil de transpor, é a da política. Como a política é o centro da decisão e do poder, era considerada o apanágio e o negócio dos homens. A *polis* grega excluí as mulheres, tal como os escravos e bárbaros, mas de maneira diferente. As mulheres podem intervir em caso de crise aguda na qual a existência da *polis* é posta em risco. Tal atitude, para Loraux (1989), é uma sedição.

A sacralização do poder dos clérigos, na Idade Média, não é favorável. A Idade Média é “ máscula”. A aristocracia efetua a troca dos bens e das mulheres segundo o interesse da linhagem e pelo viés dos casamentos abençoados pela Igreja. Em casos excepcionais, admite o poder das damas e confia a regência às rainhas: parêntese a que o Renascimento dá novos matizes pelo retorno do neoplatonismo, prelúdio da “querela dos sexos”. Catarina de Médicis dispõe a contribuir, pelo seu “coração elevado” e sua “suavidade”, por suas qualidades propriamente femininas, para a consolidação do absolutismo real, mais másculo do que nunca.

A Revolução Francesa prossegue, nesse ponto, fazendo o que fazia o Antigo Regime, pois reconduz a lei sálica, que excluí as mulheres da linha de sucessão, e acrescenta suas razões, todas romanas, para sua exclusão política, “são passivas”, as mulheres tem direito à proteção de sua pessoa e de seus bens, elas são feitas para serem protegidas. São quase inimputáveis, por serem desprovidas de responsabilidades e de estatuto jurídico. Para sair dessa situação de assistidas, as mulheres devem passar por provas, mostrar que são indivíduos responsáveis.

Perrot (2007) conclui a premissa, afirmando que foi necessária a modernização dos espíritos, a evolução dos costumes e a reação das mulheres, para modificar sua situação.

De acordo com Saffioti (2004) o conceito de gênero não se resume a uma categoria de análise, gênero também diz respeito a uma história que pode ser concebido em várias instâncias, como aparelho semiótico, símbolos culturais, símbolos “evocadores” de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, bem como, identidades subjetivas. Um sistema de sexo/gênero consiste em uma gramática segundo a qual a sexualidade biológica é transformada pela atividade humana. Gramática esta, que torna disponível os mecanismos de satisfação das necessidades sexuais transformadas. Rubin (1975, 157) admite “relações de gêneros igualitários”, de acordo com a manutenção da diferença entre a necessidade e a capacidade humana de organizar de forma opressiva, empiricamente os mundos sexuais imaginários ou reais que cria. Sendo assim, o conceito de sistema sexo/gênero é neutro, servindo a objetivos econômicos e políticos distintos daqueles aos quais originalmente atendia.

Golçalves (2006, 73) afirma que Freud muitas vezes admitiu que o vocabulário que utilizava para definir “masculino” e “feminino” era impreciso e enganador: “os termos ‘masculino’ e ‘feminino’ significam coisas diferentes para cada autor. Como seres sexuais, conforme o pai da psicanálise via a questão, os homens e mulheres são mais ou menos espelhos uns dos outros. Continua, abordando sobre as premissas baseadas nas interpretações de Lacan (1977) sobre a psicanálise de Freud, onde esta estabelece que a masculinidade e a feminilidade são encaradas como posições de sujeito, não necessariamente restritas a machos ou fêmeas biológicos”. Ainda, de acordo com Andréa Gonçalves, “historiadores de mulheres”, como Michelle Perrot (2007), a introdução da categoria gênero colocaria em segundo plano o sexo biológico ao incluir a ideia de que as diferenças entre os sexos seriam uma construção cultural. Evidência do peso da cultura na definição dessas diferenças é o fato de que o fenômeno que depreendia as mulheres como extensão ou resultado da confirmação do corpo, de sua medicina. A introdução da categoria gênero, relacionada ao contexto social, levou à consideração da diferença na diferença, não cabendo mais, assim, a

utilização do termo mulher com adjetivos: mulheres mestiças, negras, judias, trabalhadoras, camponesas, homossexuais, enfim, o termo feminino sem a criação de estereótipos.

Do ponto de vista metodológico, considerar o conteúdo relacional da história das mulheres significou a ampliação das fontes disponíveis ao historiador, acentuando um processo já em andamento, uma vez que não se trata mais apenas de localizar aquela documentação na qual a mulher figura como “protagonista”. Passou-se a conferir especial atenção às lacunas, às omissões existentes em fontes consideradas oficiais, realçando-se à medida que tais conteúdos “velados”, contribuem para esclarecer sobre o papel desempenhado pelas mulheres em determinados contextos.

Feitosa (2000) afirma que na temática das relações de gênero, são desenvolvidas abordagens analíticas e interpretativas, fundamentadas nas diferenças percebidas entre os sexos e como um modo fundamental de significar as relações de poder. Não se trata de uma categoria nova somada às anteriores; o que a noção de gênero apresenta de diferente em relação a elas é, justamente a atenção para a formação cultural entre homens e mulheres, marcada por conflitos, diversidade e pluralidades. Tal perspectiva coloca em questão o aspecto de identidade, do sujeito humano como algo estático e uniforme, semelhante para todas as sociedades e tempos históricos. Não existe a mulher ou o homem, tomados como categorias fixas e atemporais e esta percepção é extensiva para todo e qualquer conceito, seja gênero, raça, classe social, proletariado, feminino e outros, o importante é compreender como cada conceito é engendrado nos diferentes contextos históricos. Lurdes Feitosa utiliza-se da premissa de Rago (2000) quando esta afirma que seu objetivo não é uma história particular sobre mulheres, mas a inserção e reflexão sobre mulheres e homens em uma história relacional e não mais identitária.

Para Scott (2005), o estudo sobre a questão do gênero vai além das diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres, diz respeito também, às diferenças culturais. Isto significa redimensionar o significado de ser homem ou mulher em uma determinada cultura e em um momento histórico, bem como reavaliar as relações concebidas entre eles. Butler (2003) aborda as possibilidades interpretativas de gênero socialmente instituído. A circularidade, problemática da investigação feminina sobre o

gênero é sublinhada pela presença por um lado, de posições que argumentam ser este, uma característica secundária das pessoas e por outro lado, de posições que argumentam ser a própria noção de pessoa posicionada como “sujeito”, uma constituição masculinista e uma prerrogativa que excluí efetivamente a possibilidade semântica e estrutural de um gênero feminino.

Freitas (1997) cita Costa (1994) quando este expõe o paradigma do gênero relacional, que situa a problemática tangível à arqueologia de gênero, porque considera relevante os condicionamentos de poder, práticas sexuais, relações hierárquicas, ou seja, o sistema social como um todo dinâmico. Este “todo dinâmico” como descreve Costa (1994), vem ao encontro a uma das temáticas da minha pesquisa, o papel das mulheres nos diferentes contextos sociais, culturais dentro da história. Na continuidade do pensamento, afirma que a concepção dinâmica sexo/gênero, trabalha com a construção simbólica e histórico-social das diferenças, permitindo, assim, que conjunturas sociais, períodos específicos e representações político-sociais desapareçam do discurso.

Continua a premissa, quando fala que tais representações aparecem “elaborando” o gênero, a partir das práticas semânticas, materiais e das experiências sociais cotidianas dos indivíduos. De acordo com Rago (2000, 12-13):

(...) desnaturalizar o homem e desconstruir as verdades do passado, questionando os mitos correlatos da natureza humana, da identidade do sujeito e da objetividade histórica, revelando os jogos de saber – poder que lhes são construtivos, resultam de um deslocamento anterior, pois implicam em instalar-se na temporalidade do outro, em busca da abertura e da interconectividade.

Margareth Rago (2000) continua a abordagem, ao alertar ser de grande importância a releitura e a reinterpretação do passado através da criação de novos mundos imaginários, ampliando os cenários, repertórios e enriquecendo as experiências. Para ilustrar tal panorama, coloca que para além da desconstrução de configurações ideológicas, conceituais, políticas, sociais e sexuais que organizam nosso mundo, os feminismos deram visibilidade às formas perversas de exclusão que operam no mundo público. Ao mesmo tempo, propuseram formas alternativas de organização social e sexual fundamentadas para a construção de relações mais

igualitárias não apenas entre os gêneros, já que se trata de um novo conceito de cidadania, em um campo de constante mutação. Ainda, destaca a grande contribuição feminista à ciência, introduzindo as discussões não apenas relativas às mulheres, mas ampliadas às questões de gênero, e mais do que isto, transformando radicalmente o modo de pensamento, com suas problematizações diferenciadas.

Burke (1992) afirma que através da estrutura da nossa linguagem, onde estão “embutidos” pontos de comparação não estabelecidos no interior de categorias que ocultam sua perspectiva e implicam erroneamente em um ajustamento natural com o mundo. O “universal” implica uma em uma comparação com o específico ou o particular, homens brancos com outros que não são brancos, homens com mulheres. Mas estas comparações são mais frequentemente estabelecidas e compreendidas como categorias naturais, entidades separadas, do que como termos relacionais. Por isso, reivindicar a importância das mulheres na história, é lutar contra padrões já consolidados. Em sua obra *História para Mulheres*, Michelle Perrot (2007, 21) no capítulo intitulado “As mulheres representadas: discursos e imagens”, traz contribuições preciosas e ímpares no desenvolvimento deste trabalho, o resgate da voz feminina, pouco presente das narrativas históricas. Neste sentido foram elencados por mim, alguns trechos significativos do referido capítulo: “(...) inicialmente, por falta de registro. Na própria língua, a gramática contribuí para isso. Quando há mistura de gêneros, usa-se o masculino plural – eles, dissimila (diferencia) elas”.

Perrot (1988,89) faz uso da antologia grega: Aristóteles é quem estabelece de maneira mais radical a superioridade masculina:

(...) as mulheres se movem na fronteira da civilidade e da selvageria, do humano ao animal. São uma ameaça potencial para a vida harmoniosa da coletividade. As mulheres não são apenas diferentes, sua modelagem é inacabada, faltam-lhes coisas, são defeituosas. A frieza da mulher se opõe ao calor do homem. Ela é noturna, ele, o solar. Ela é passiva, ele, o ativo. Na geração, a mulher não passa de um vaso do qual se pode esperar que seja apenas um bom receptáculo(...).

Para Bossuet, existe uma homologia entre o absolutismo conjugal e o absolutismo real; ela é infeliz e maldita em todo seu sexo e a título de consolação, cabe às mulheres lembrar-se de suas origens, não vangloriar-se de sua delicadeza e pensar,

afinal. Que tem origem num osso acessório, cuja beleza se limita à que Deus houve por bem lhe conferir.

Na filosofia e medicina “das luzes”, com Rosseau / Comtenão se pode hoje, contestar seriamente a evidência da inferioridade relativa da mulher, muito mais imprópria do que o homem à alta intensidade do trabalho mental, seja em virtude da menor força intrínseca de sua inteligência, seja em razão de sua maior suscetibilidade moral e física.

No terreno das imagens, George Duby (1990), no prefácio do livro *Images de femmes*, sublinha o que se constituía para ele, uma observação enigmática: a força da iniciativa masculina que reduz as mulheres a espectadoras, mais ou menos submissas de si mesmas. “*As mulheres não representam a si mesmas*”, escreve ele. Ainda hoje, é um olhar do homem que se lança sobre a mulher. Nesta perspectiva, de acordo com Perrot (2007), as mulheres sempre trabalharam, trabalhos diversos, desde a origem doméstica até conseguirem trabalhos fora da esfera do lar, mas sempre também não valorizado, não remunerado.

As sociedades jamais poderiam ter vivido ou ter se reproduzido e se desenvolvido sem o trabalho doméstico feminino, que é invisível. É o regime assalariado, principalmente com a industrialização, a partir dos séculos XVIII e XIX nas sociedades ocidentais, que coloca em questão, o “trabalho das mulheres”.

Freyre (1977) argumenta sobre a subordinação, redes de poder e ordem, quando afirma que o estigma da “mulher submissa” foi ditada pelo desejo do homem de eliminar a sua concorrência no jogo econômico e político. Este panorama é explicável, em função do padrão de moralidade que regulava as relações dos sexos e dos grupos sociais. As mulheres de posses ficavam circunscritas as suas relações de casamento e filhos, passando desta forma, da tutela do pai para a tutela do marido, dentro desta realidade, estariam menos expostas às relações consideradas ilícitas. Aquelas de camadas mais pobres, as mestiças, negras ou mesmo brancas, viviam menos protegidas e suas relações se desenvolviam dentro de um outro padrão de moralidade, relacionadas principalmente às dificuldades econômicas e de raça. “(...) aparecem como ‘poder oculto’, por trás do trono, rainha da noite, oposição ao homem diurno, digno exemplo da ordem e da razão lúcida” (PERROT, 1988, 89).

Samara (1990) e Dias (1984) trazem, respectivamente, uma visão mais “amena” da realidade feminina já no decorrer do período em estudo. De acordo com a pesquisadora, a leitura de autores que estudaram as mulheres nas sociedades ocidentais, precisamente nas áreas de influência da cultura ibérica, desvendam, revelam várias imagens de representação do poder ou de poderes do sexo feminino, contribuindo para isto o meio urbano, no qual as mulheres no exercício de papéis ainda improvisados foram aos poucos desmistificando o sistema patriarcal.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO: BRASIL – CUBA – SÉCULO XIX

Dentro do enfoque deste capítulo, na contextualização dos países que abrigam as cidades de Pelotas no Brasil e Havana em Cuba, procuro trazer para o presente, momentos importantes ocorridos na vida social, política e econômica do período em questão, século XIX. A metodologia utilizada para retratar tais contextos foi diferenciada, pois ambas não participam do mesmo tipo de história, até mesmo por suas origens temporais e espaciais. Todo o processo estudado relaciona-se com o legado arqueológico deixado por tais grupos.

2.1 BRASIL – SÉCULO XIX

2.1.1 Sistema econômico e consumismo

Pode-se enquadrar o Brasil do século XIX no grupo dos “aprendizes de feiticeiro”, ou seja, mais um território inundado por ideias, modismos, linguagem, culturas denominadas modernas, novas, provenientes da “bagagem” tanto humana, quanto material, dos navios que chegavam da Europa. Neste contexto também, a economia brasileira deu um salto de um sistema mercantil¹¹ para o sistema capitalista¹², uma mudança extremamente radical em um território ainda em formação, sem preparo para um salto de tamanha dimensão. Uma das primeiras e principais consequências

¹¹ Conjunto de práticas e ideias econômicas desenvolvidas na Europa entre os séculos XV e XVIII. Tinha por objetivo fortalecer o Estado e dar poder à burguesia, para isso, era preciso ampliar a economia para dar mais lucro afim de que a população pudesse pagar mais impostos. Consideravam, seus idealista, que a exportação (na linguagem atual) é que traria riquezas e vantagens, foi criada então a **COMPETIÇÃO COMERCIAL**.

¹² Sistema de mercado tendo como princípios: propriedade privada dos meios de produção, transformação das forças de trabalho em mercadorias, acumulação de capital, o mercado que orienta a economia, a **LIVRE CONCORRÊNCIA**.

deste “atropelo” foi a formação de uma sociedade desigual que perdura até os dias de hoje.

Na realidade material da moeda, fundam-se duas funções de medida comum entre as mercadorias e de substituto no mecanismo de troca. Uma medida é estável, reconhecida por todos e válida em todos os lugares, se tiver por estalão uma realidade assinalável que se possa comparar com a diversidade das coisas que se quer medir (FOUCAULT, 2006, 238).

Lima (1996) analisa a penetração da lógica capitalista no Brasil através de produtos, bens de consumo industrializados, imbuídos em novas práticas e atitudes. Sendo assim, o domicílio não é refratário às transformações advindas da construção da modernidade, associados aos princípios capitalistas, valores estes, que passaram a penetrar sutilmente dentro das casas. Lima (2002) coloca que profundas alterações foram sendo introduzidas nas relações interpessoais, nas relações sociais, nas relações com a natureza, na estrutura da família, na organização do trabalho, aí incluído o doméstico.

O fato é que a lógica do capitalismo penetrou fundo nas sociedades, na vida cotidiana dos indivíduos, nos seus corpos, corações e mentes e causou sérias mudanças. Esses novos valores não surgiram naturalmente das condições internas da sociedade, como um realinhamento de suas próprias tensões, mas foram introduzidos por pressões externas, exercidas pelos interesses do capital. A penetração dos produtos foi muito mais rápida que a dos valores que justificam sua utilização. Tânia Andrade Lima (2002) ilustra tal premissa, citando um exemplo retirado do diário íntimo de Helena Morley – Diamantina/Minas Gerais: ela, acompanhada de sua mãe em visita a uma de suas amigas, asseada e excelente dona de casa, foi servida de uma deliciosa canjica com amendoim em um reluzente urinol retirado orgulhosamente da cristaleira da sala, supondo a senhora tratar-se de uma sopeira. Lima (2002) continua ao afirmar que estas eram as formas, não raro insólitas e patéticas pelas quais sociedades *periféricas* conseguiam digerir a avalanche de produtos desconectados da sua realidade e caudalosamente despejada sobre elas. Já no início dos oitocentos, os fabricantes de louça despejavam nos quatro cantos do mundo a produção inglesa, fazendo com que um mesmo produto fosse simultaneamente consumido em todo globo, no que veio a se constituir como expressão pioneira e prematura da produção e consumo de massa. A

Arqueologia Histórica vem mostrando concretamente, em elementos da cultura material que recupera, que este processo começou bem cedo, e as louças oitocentistas vêm dando um eloquente testemunho, com o ímpeto com que brotam do terreno nas escavações históricas.

Sempre as mesmas, nos mais diferentes tipos de sítios, em todo mundo. Tocchetto (2004, 161-162) afirma que as cidades, como foco primeiro do processo modernizador, são importantes por terem sido irradiadoras de uma nova concepção de mundo em favor dos valores impessoais da modernidade, contrapondo-as ao conjunto de valores personalistas, rurais e tradicionais:

Chauí (2000, 9) ilustra o pensamento de Tocchetto ao mencionar o “mito fundador”. Este, segundo Marilena Chauí, impõe um vínculo interno com o passado como origem, ou seja, um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente no presente. Ainda, o mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo. Assim as ideologias que necessariamente acompanham o movimento histórico, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, sob novas “roupagens”, o mito pode repetir-se indefinidamente.

Fernanda Tocchetto (2001) continua ao afirmar que a ascendência da cultura cidadina no Brasil do século XIX, foi consolidada com a vinda da família real portuguesa, estrategicamente vinculada à decadência do patriarcado rural, “trocado” pela figura maior do imperador como “pai de todos”. A oposição entre os valores europeus burgueses e os anti-europeus do interior, os valores universais, modernos e os do familismo do patriarcado rural, marcam a hierarquia social com a intensificação da importância e vida nas cidades. De acordo com Alencastro (1997), desde a Colônia e com a influência estrangeira manifestando-se continuamente com a abertura dos portos em 1808, o Rio de Janeiro funcionou como grande eclusa. No plano econômico, concentrava alta densidade de atividades, tanto de caráter externo através do porto fluminense, como interno, constituindo-se como ponto de encontro e distribuição da economia nacional.

Ortiz (1995) afirma que o mundo colonial é compartimentado e dividido em partes excludentes. Nos países agora capitalistas, entre o explorado e o explorador se interpõem uma gama diferenciada de “professores” de moral, de conselheiros que controlam a infraestrutura super estruturada. Não são as usinas, nem as propriedades, nem as contas bancárias que caracterizam a classe dominante. A espécie dirigente é aquela que vem de fora, aquela que não se assemelha aos autóctones, aos outros.

De acordo com Funari (1995) houve uma demora considerável na afirmação da identidade brasileira, problema sanado parcialmente pela voz de José de Alencar ao lançar ideias verdadeiramente brasileiras e não mais “receitas prontas” vindas do Império.

A corte real era portuguesa, as elites eram luso-brasileiras e juntava-se a elas o mito das origens indígenas do Brasil, o indivíduo “resultante” da união entre o branco e o índio. Os negros estavam ausentes deste discurso, trabalhavam como escravos nas fazendas das elites provinciais. Mais tarde, o negro foi incorporado como uma das raças componentes do povo brasileiro. Ideias racistas, importadas da Europa, foram usadas para estudar o povo brasileiro. Segundo Funari (1995), as elites, por outro lado, continuaram a pensar-se como um grupo não afetado pelo populacho: europeus, os intelectuais brasileiros sempre consideraram mais natural discutir as raízes do país à beira do Tâmis ou do Sena, do que à beira do Tietê. Continua a premissa afirmando que intelectuais que estavam fora deste sistema, estavam fora, também, dos acessos aos meios de comunicação.

Ainda nesta direção, Sodré (1998) afirma que esta era a nobreza e a elite do Império. Grande parte destes indivíduos estudavam na Inglaterra, na França; nestas novas realidades, amadureciam, ultimavam casamentos estabelecidos para a perpetuação e o fortalecimento do poder provincial. Neste Contexto, uma senão a mais grave consequência moral e, ao mesmo tempo nefasta desta nova sociedade, foi a escravidão que transmitiu para o homem branco a ideia de que o trabalho físico e o trabalho com a terra eram aviltantes.

Após 1850, com o fim do tráfico de escravos e um redirecionamento econômico com relação ao comércio externo brasileiro, houve um grande acréscimo nas importações de bens de consumo e supérfluos transformando a vida na corte e do

Império: importação de cavalos, joias, pianos, relógios de algibeira e outros. Um novo tom de modernidade instala-se na segunda metade do século no Brasil, quando configura-se o Segundo Império na França. Aqui, acontece o “francesismo” das elites brasileiras através da apropriação das modas parisienses.

(...) ao se pensar no sentido da influência europeizante moderna, as imagens e discursos se desterritorializam no tempo e no espaço do Contexto de origem, e são ressignificados pelos novos detentores, como matrizes de discursos europeus modernos que passam pelos processos de recepção, implicando na releitura / reconstrução / ressignificação dos seus valores, sujeitos a necessidades, formas de consumo “historicizadas” em outros Contextos, onde são assumidas as particularidades locais (PESAVENTO, 1999, 22).

Fanon (1961, 46) coloca que a vocação da burguesia nacional autêntica nos países subdesenvolvidos seria de se negar enquanto burguesia, de se negar enquanto instrumento do capital para se tornar totalmente escrava do capital revolucionário que constitui o povo.

Na visão de Chartier (1991, 28), entre discursos e práticas existe uma distância, um espaço no qual se constroem os sentidos e significações a partir das experiências, tradições, referências dos sujeitos. Os discursos partilhados, que circulam entre os segmentos sociais, podem ser apropriados de diferentes formas, produzindo práticas e representações singulares. Práticas estas que não só comunicam uma identidade social, mas a representação que cada grupo faz de si mesmo, significando simbolicamente sua existência, sua forma de ser e estar no mundo. São as práticas plurais, contraditórias, articuladas, que produzem historicamente as estruturas do mundo social e dão significado ao mundo, “daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação”. Souza (2000, 63) discorda da posição de que o processo de absorção da modernidade europeia no Brasil tenha sido superficial, um “verniz para inglês ver”. Afirma que apesar de vários elementos terem sido imitados (próprios de uma sociedade em processo de transição), existiam outros de assimilação e aprendizagem cultural. Nas bases fornecidas pelo Estado e pelo mercado capitalista “ainda amador”, os novos valores universalistas e individualistas poderiam se desenvolver, tornando-se o “núcleo da ideia de modernidade” como princípio ideologicamente hegemônico da sociedade brasileira a

partir de então. De acordo com Souza (2000), duas questões são fundamentais na caracterização da sociedade brasileira:

- a institucionalização dos valores por meio de uma constituição de um incipiente Estado racional e mercado capitalista, que explica a influência dos novos valores na vida cotidiana dos indivíduos.

- a estratificação social relacionada à seletividade do processo de transformação valorativa.

De acordo com Bourdieu (2008), nos países de origem colonial, a tradição é muitas vezes incômoda. O grande incômodo diz respeito à própria constituição das sociedades que operam tal processo, marcadas por um nível tão alto de desigualdade que impede a caracterização de um todo nacional. Uma identidade não totalizante do ponto de vista do conjunto da população, antes excludente e fragmentadora, que divide a sociedade exatamente pela qualificação e distribuição de direitos políticos, como o escravismo.

Nesse sentido o direito do cativo é anulado, pois tal indivíduo não se apresentava na arena pública como sujeito político e sim como mercadoria, isto é, como propriedade de alguém. Em sociedades que têm este tipo de estruturação político-social, o discurso liberal encontra dificuldades para estabelecer-se como justificativa formal.

Nelson Sodré (1998) faz abordagens sobre tal situa o, quando alerta que no Brasil não havia um esquema de industrializa o que suportasse a transi o do trabalho servil para o trabalho assalariado, o que houve foi uma brusca subversão, um hiato "tremendo", ocasionado por uma massa enorme de indivíduos que necessitavam assegurar a própria sobrevivência e a prole, medicando-se e vestindo-se. A lenta assimila o pela coletividade dessa massa de desaproveitados e deserdados é um dos fen menos mais curiosos da nossa forma o social e tem consequências profundas que ficaram na consciência da gente brasileira.

Ortega (1999) utiliza-se do pensamento de Beck (1985) para caracterizar a sociedade moderna: **a.** deslocamento das forças sociais historicamente prescritos, como família, o matrim nio, a profissão; **b.** perda de segurança, obtida mediante normas, crenças e conhecimentos da a o; **c.** estabelecimento de novos vínculos na forma de dependência do mercado de trabalho e do consumo. Esse processo significou

para o indivíduo, a dissolução de um Contexto social relativamente seguro. Ele, agora, pode contar apenas consigo próprio e precisa configurar sua vida de forma a poder superar as novas condições de existência surgidas como consequência dos múltiplos processos de diferenciação.

Beck (1985) continua a premissa quando afirma que esta mobilidade como experiência típica da modernidade, originou um processo de decomposição das formas de relacionamento tradicionais. Zarankin/Senatore (2002) afirmam que a ideia de consumismo apoia-se em que a maior disponibilidade de bens materiais, resultado da produção em massa e das novas formas de circulação das *mercadorias*, implicou mudanças nos modos de relação entre as pessoas e as coisas, através de novos padrões de consumo, utilizando-se das premissas de Shamma (1990, 87): “(...) se bem que os objetos materiais por si mesmos e o desejo social de sua aquisição tenham atuado também como força social para a transformação da produção e dos sistemas de distribuição de mercadorias”.

Ainda, de acordo com Zarankin e Senatore (2002), esse modelo e suas variantes são utilizadas habitualmente para explicar a formação da sociedade moderna, aceitando sua aplicabilidade em diferentes Contextos. Sendo assim, entende-se que se a sociedade moderna é definida como uma nova ordem e esta consiste em novas práticas, faz-se necessário analisar os fundamentos teóricos que consideram o espaço das práticas como cenário da transformação social.

De acordo com Orser Jr. (2000, 77): “(...) os objetos potencialmente podem ser intercambiados, criados especificamente para o comércio. Estes objetos passam a ser denominados de *mercadorias*, possuindo tipos diferentes de valoração: valor de uso (função), valor de câmbio (troca) e valor estimativo (serventia) ou estético (decorativo)”. Velho (2008) ao comentar fronteiras culturais, afirma que em qualquer sociedade e/ou cultura é possível distinguir áreas ou domínios com um certo grau de especificidade. As ciências sociais desenvolvem conceitos e instrumentos de trabalho que são usados para comparar diferentes culturas e sociedades. Neste caso, a questão fundamental é esclarecer o que se entende por *outra* cultura.

As diferenças entre culturas podem se dar em diferentes estâncias, como físicos e geográficos, identidades étnicas, religiões, ideologias políticas e semelhantes. Velho

(2008) ainda afirma que tal problema também se coloca, quando se estuda, examina sociedades complexas, sua unidade e descontinuidade, a existência de *tradições* diferentes, a existência de certos *temas*, de determinados *paradigmas culturais* mais significativos.

2.1.2 Cultura oitocentista

De acordo com Sodré (1989, 35), em uma estrutura social como no Brasil do início do século XIX, onde são “recrutados” os intelectuais, a camada intermediária, os novos ricos (mineradores e comerciantes) deveria depender da classe dominante, cujos padrões aceita e consagra. “(...) nada a aproxima das classes dominantes que fornecem o trabalho. O próprio trabalho degrada socialmente e só pode ser entendido como o trabalho físico, pertencendo ao escravo e ao servo. Se o trabalho degrada, o ócio enobrece e constitui inconfundível traço de classe”.

Conforme Nelson Sodré (1989), a atividade intelectual apresentava-se, então, aos elementos da classe intermediária, como via de acesso social, sendo a cultura cultivada somente neste sentido, para ser ostentada, exteriorizada, não para prazer próprio ou pela utilidade em si. A cultura constituía uma forma de distinção, cultivá-la representava classificar-se, pois o trabalho mental, trabalho que não suja as mãos e não fadiga o corpo, pode constituir ocupação digna de antigos donos de escravos e seus herdeiros. Neste sentido, as camadas cultas, no final do século XIX, permanecem ilhadas e a arte e cultura cultivada por si mesma, como afetada forma de distinção.

Hall (2006, 47) afirma que no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Estas identidades não estão literalmente impressas nos nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial: “(...) as transformações associadas à modernidade, libertam o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas”.

Antes se acreditava que essas eram divinamente estabelecidas, não estavam sujeitas, portanto, a mudanças fundamentais. Continua, ao abordar as mudanças

ocorridas com o advento/surgimento das sociedades modernas. Afirma que as teorias clássicas liberais de governo, baseadas nos direitos e consentimentos individuais, foram obrigadas a dar conta das estruturas do estado-nação e das grandes massas que fazem parte de uma democracia moderna. As leis clássicas da economia política, da propriedade, do contrato e da troca tinham que atuar entre as grandes formações de classe do capitalismo moderno.

Neste contexto então, surgiu uma concepção mais social do sujeito. O indivíduo passou a ser visto como mais localizado e definido no interior dessas novas e grandes estruturas e formações sustentadoras da sociedade moderna.

De acordo com Souza (2002), o sistema produtivo é composto, de um lado, por forças produtivas e relações de produção que organizam o processo de produção e distribuição dos bens materiais numa sociedade; de outro, composto por relações sociais, políticas, jurídicas, ideológicas e simbólicas, que correspondem e são correspondidas pelas formas de produção. Essa interação possibilita a estabilidade ou a transformação histórica do sistema.

2.1.3 Província de São Pedro – século XIX

Faz-se necessária essa pequena abordagem, para localizar a cidade de Pelotas dentro do Contexto territorial brasileiro da época.

Segundo Pesavento (1990) o território conhecido hoje como Rio Grande do Sul, neste século XIX, ainda chamado de Província de São Pedro, demorou para integrar-se ao processo de colonização que se desenvolveu no Brasil. Dentro dos quadros do capitalismo nascente, na fase da acumulação primitiva, o território que se estendia ao extremo sul, “com suas costas arenosas e batidas pelo vento, sem portos ou escoadouros”, não incentivava a aproximação de navegadores. Entretanto, tais barreiras poderiam ser contornadas se a região se oferecesse como alvo de investimentos para grupos econômicos interessados na exploração do ultramar, exploração esta que fazia-se em torno das riquezas metálicas ou do cultivo dos produtos/gêneros tropicais que pudessem ser comercializados na Europa.

Ao longo do século XVI, enquanto no Brasil-colônia disseminavam-se os engenhos e seus produtos para Europa, a região extremo-meridional permaneceu praticamente inexplorada. Dentro da lógica e das necessidades da acumulação primitiva dos capitais, o dinamismo da ocupação e povoamento se verificava nas regiões às quais o capitalismo conferia um sentido. É, portanto, face à ausência de estímulos para possível “inversão”, que se deve a tardia incorporação do território sulino nos quadros da colonização. Sandra Pesavento (1990) continua ao abordar sobre os motivos do “súbito interesse” da coroa portuguesa na colonização da região: o território sulino estava inserido na nova área de interesse ocupacional da coroa portuguesa no extremo meridional da América.

Isso fez da região, uma zona fronteira de alto valor estratégico: era o caminho de acesso ao contrabando do Prata¹³ por onde escoavam as riquezas de Potosí¹⁴. Desta maneira, converteu-se, desde muito cedo, numa zona de enfrentamento direto com “castelhanos” e palco de inúmeras operações militares: neste contexto, a expansão colonizadora rumo ao sul foi específica: baseada por um lado, pelo caráter militar-fronteiriço da área, por outro, pela presença de interesses econômicos desvinculados da lavoura de exportação. Somente no século XVII, as primeiras correntes colonizadoras penetraram na região. O território sulino, portanto, foi conquistado lentamente, formando-se uma sociedade guerreira, com base econômica na pecuária, que se adaptava melhor ao tipo de fronteira móvel.

Lazzarotto (1971) afirma que a disputa luso-castelhana no Prata exemplifica bem o fato de que o monopólio e o contrabando eram as duas faces de uma mesma realidade no interior do antigo colonialismo.

De acordo com Lessa (2002, 48) a competição ultramarina iniciada em nível puramente comercial, desdobrou-se em concorrência colonial a partir da entrada da Argentina na disputa pelas riquezas de Potosí, já que este país também era fronteira

¹³Região também conhecida como América Platina formada por Argentina, Uruguai e Paraguai, países banhados pelos rios que formam a Bacia do Prata. O rio recebeu este nome “PRATA”, dos espanhóis pela coloração das águas. Sendo assim, também acreditavam na existência deste metal nas redondezas do rio

¹⁴As minas de Potosi localizavam-se no alto Peru, atual Departamento de Potosi, na Bolívia. As jazidas foram descobertas casualmente em 1535, por um índio chamado Hualpa. Neste momento foi registrada a primeira mina. Ao final do século XVIII contava-se com cinco mil “bocas de mina”, produzindo anualmente de 250 à 300 mil marcos de prata

ao Prata. Nesse processo, Buenos Aires, localizada no Estuário do Prata, gozou desde cedo de uma situação privilegiada: porto escoadouro das riquezas advindas do Peru, tornou-se zona de intenso contrabando, sendo alvo das atividades não só dos portugueses, mas também dos ingleses e holandeses.

Neste contexto, em 1680, foi criada pela Coroa portuguesa, na margem do Estuário do Prata, a Colônia do Santíssimo Sacramento, um núcleo lusitano avançado. Tinha o objetivo de preservar as condições “ilícitas” com as colônias espanholas, bem como a preservação para si, de um lugar estratégico para o contrabando.

(...) procurando deter o avanço português em direção ao litoral sul, o governo espanhol ordenou a fundação de povoados a partir do rio Uruguai, ocupando as terras com estâncias e lavouras. Inicialmente, seus moradores constituíram-se de jesuítas e índios guarani, iniciando assim, a segunda fase das missões jesuíticas no sul do país. (...) As “reduções” estavam organizadas à semelhança dos povoados espanhóis – *os pueblos* – com uma praça central, tendo a sua volta diferentes edificações (FLORES, 2003 32).

Dando continuidade à premissa, Pesavento (2000, 19):

Essas edificações proporcionaram benefícios para as duas nações, como “usufruir” da *vacaria del mar*, local onde o gado era abatido para obtenção do couro. Os rebanhos eram disputados por elementos de diferentes procedências, colonos de Santa Fé, que obtinham licenças do governo de Buenos Aires, colonos portugueses de Sacramento, contrabandistas brasileiros que buscavam gado para vendê-los nas regiões de mineração e outras (...).

Na passagem do século XVII para o XVIII, a ocorrência da mineração nas “Gerais”, veio a dar um significativo impulso à demanda pelo gado sulino.

Desta forma, ainda Pesavento (2000) afirma que a região integrou-se no contexto brasileiro de forma subsidiária, ao fornecer de forma sistemática, gado de corte e gado de tração para abastecer o mercado em formação na zona das minas (Minas Gerais, São Paulo). A valorização econômica dos rebanhos proporcionada pela nova atividade de exportação de “gado a pé”, fez com que ocorresse um movimento de descida rumo ao sul. Portanto, no início do século XVIII, a região apresentava-se dotada de um atrativo econômico (os rebanhos de gado) e uma função político-militar e estratégica: a preservação do contrabando no Prata. Já no final deste século, com a decadência da mineração, retrai-se a demanda do gado, o que, contudo, não afetou a

economia sulina, uma vez que neste momento despontavam na região dois outros produtos que passaram a ser comercializados: o trigo e o charque. A produção de trigo surgiu em função da vinda de colonos açorianos que a coroa enviou para ocupar o território.

O trigo era cultivado em pequenas propriedades, primeiramente destinado ao abastecimento dos moradores da região e das tropas sediadas nela, mas a obtenção de um excedente permitiu a comercialização para o restante do Brasil. Flores (2003), afirma que a partir de 1702, também cultivavam ananás e chá preto. Na década de 1750, plantavam também mandioca, milho, cevada e centeio. O comércio destes produtos permitiu que, em algumas propriedades, a mão-de-obra familiar fosse secundada pela introdução de escravos negros.

Conforme Bakos (1997), a província, ao inserir-se no contexto nacional, complementando a economia do país e servindo de apoio aos exércitos imperiais, passou também a usar o trabalho escravo. Um levantamento, datado de 1780, revela a presença de escravos nas regiões de cultura de trigo, de feijão mandioca e posteriormente nas charqueadas, localizadas basicamente na Encosta do Sudeste, região de planície e de coxilhas.

Neste contexto, de acordo com Pesavento (1990) a economia sulina encontrou no charque (carne salgada, exposta ao sol), a configuração específica de abastecedor do mercado interno brasileiro. Para o abastecimento de uma charqueada exigia-se um capital inicial e despesas com a mão-de-obra escrava para aquisição da matéria-prima e de outros insumos para a produção, como o sal, importado de Setúbal ou Cádiz. O estabelecimento de charqueadas na região veio criar um mercado regional para o gado, bem como, um aproveitamento mais regular do rebanho. Paralelamente, surgiram ao longo da região platina, estabelecimentos similares, “os *saladeros*”, que passaram a disputar com o produto gaúcho, o abastecimento do mercado interno brasileiro.

Freitas (1997) afirma que as charqueadas operavam como empresas escravistas e produziam ao longo do século XIX, os principais produtos de exportação sulinos: charque, couro e sebo. Dentro do contexto nacional, mesmo com sua entrada tardia na economia nacional, a Província de São Pedro igualou-se ao restante do país no que diz

respeito aos costumes hierárquicos, ou seja, adotou também o modo de exploração escravista.

2.1.4 Senhor – terra – escravo – gado

Na formação das charqueadas estava sempre presente a figura de comerciantes enriquecidos, que viram no beneficiamento local da carne, uma ótima oportunidade de investimento de seus capitais.

Neste sentido, Freitas (1997) e Pesavento (1997) abordam os grupos charqueadores e estancieiros que se sedentarizavam, formando os troncos seculares das tradicionais famílias sulistas. Constituíram-se assim, clãs familiares, que assumiram no contexto local uma situação de predomínio face ao monopólio da terra e do rebanho, predomínio este “viabilizado e legitimado” pela luta contra os castelhanos e “patrocinado” pela Coroa portuguesa. Os latifundiários gaúchos, a princípio, recompensados com postos militares na defesa das fronteiras, foram posteriormente agraciados com títulos de nobreza.

(...) a estância perfeita, e que mais segurança oferece aos interesses do especulador, é aquela cercada por recursos naturais, como morros íngremes, matos impenetráveis e rios profundos. A estância é servida ordinariamente por um capataz e por peões, estes, podem ser negros escravos, índios ou andarilhos pagos por ‘empreitada’ (serviço temporário, sem vínculo com a propriedade), sua função era cuidar da saúde dos animais, mantê-los nos limites da estância e apartar possíveis conflitos entre os mesmos, ainda, andavam armados para proteção dos limites das propriedades (DREYS, 1990, 81).

Na continuidade do pensamento, Nicolau Dreys (1990) afirma que existiam rodeios (dois anuais), para reunir os animais e marcá-los, (a marca consta de uma figura/sinal/letra, arbitrária aplicada com ferro quente sobre um dos quartos traseiros do animal). Cada estancieiro tinha a sua marca, significando que o animal ou o couro que aparecesse com ela, pertencia à fulano de tal, de tal estância. O gado vendido aos charqueadores geralmente são novilhos (gado castrado ou jovem).

A renda dos donos de estâncias, além da venda das cabeças de gado, provém também dos outros produtos das mesmas: cavalos e mulas. Flores (2003) descreve a estância familiar, comunal: as primeiras sedes eram precárias, de pau-a-pique, cobertas de capim sapê, com apenas três peças. Ao lado erguiam a senzala dos escravos, o galpão de três paredes para os peões solteiros e os ranchos para os casados. A mão-de-obra era escrava e livre.

Neste contexto, a cidade de Rio Grande, de acordo com Oliveira (2009), destacava-se na província como o único porto marítimo. Este configurou-se como uma das principais praças de comércio do Brasil ao longo do século XIX, desempenhando um papel de entreposto para um significativo comércio de importações e exportações, articulando a Província com diversas localidades do Brasil e do mundo atlântico, como Estados Unidos, Montevideú, Buenos Aires e evidentemente, localidades da África. Nesta cidade comercial e cosmopolita, a escravidão era peça fundamental. Muitos charqueadores da cidade de Pelotas e adjacências possuíam suas próprias embarcações para transportar o produto até Rio Grande, nas quais havia presença de escravos na tripulação. No universo escravista e intimamente relacionado com as águas os negros desempenharam um papel fundamental.

Pesavento (2000) se utiliza das frases escritas por Sallis Goulart, quando este afirma que na Província de São Pedro, no caso, nas estâncias, o trabalho era mediado. Essa mediação é explicada pela ausência de conflitos sociais e de mecanismos de dominação. Os senhores trabalhavam nas estâncias tanto quanto seus peões e escravos, não havendo nesta sociedade hierarquias ou privilégios, ocorrendo camaradagem e hábitos fraternais entre potentados (pessoa de grande posse) e humildes.

Esta “democracia dos pampas” era expressada inatamente, pois por ser “naturalmente” superior, o proprietário era “naturalmente” senhor, e tratava seus subordinados com tolerância e bondade, estes por seu turno, ao obedecerem, seriam “elevados até seus senhores”.

Na continuidade do texto, Sandra Pesavento (2000) alerta para a importância de uma análise profunda em tais interpretações, pois como se observa dentro desta visão, a igualdade flui como um princípio natural, atávico, constitucional. Não há conflitos, não

há diferenças e quem exerce a dominação o faz porque é, em tudo, natural e superior. Tal discurso toma a função orgânica de justificar o predomínio e a hegemonia de uma classe sobre a sociedade num momento.

O fato de o dono da estância levar uma vida simples e praticar, ele também, as atividades de trato do rebanho, não invalida a realidade de que ele é o dono dos meios de produção – terra – gado da atividade fundamental da economia sulina na época, e que exerce sobre seus subordinados, mecanismos de dominação (salário, moradia, benefícios...). Sendo a sulina, uma economia subordinada à central brasileira, a acumulação local era menor do que aquela que sustentava as exportações brasileiras para o exterior. Sendo assim, as atividades econômicas implicavam também em um menor distanciamento social.

Tal situação sustentou-se enquanto a “peonada” teve relativas condições de garantia e enquanto não houve a modernização das estâncias, bem como, enquanto perduraram as guerras platinas e os conflitos locais armados e a população da campanha foi essencial para as lutas em função da classe dominante. Neste contexto, a suposta camaradagem e os mesmos hábitos, como tomar chimarrão na mesma cuia, beber na mesma guampa, iguais hábitos alimentares, não são elementos que possam eliminar o distanciamento real existente entre senhores de terra e gado e seus subordinados. Foucault (2006, 12) ressalta que “(...) a elite cria os objetos de conhecimento que se tornam os objetos de poder. Possui o monopólio do saber e do poder”.

Rago e Funari (2008, 16) fazem uso dos pensamentos de Nietzsche e Foucault, argumentando sobre as apropriações dos antigos, é claro, em nada se assemelham ao novo burguês nascente. Nossos conceitos não são os mesmos dos antigos. Ainda Rago e Funari (2008) afirmam que mesmo assim, o passado foi utilizado para naturalizar as relações sociais modernas, como se, por naturais, estivessem presentes desde a Antiguidade e, por essa mesma suposta presença, fossem da ordem mesma das coisas.

Conforme Bakos (1997), diferentemente dos empregados, pagos regularmente pelos charqueadores e estancieiros, a aquisição de escravos para o trabalho nas

mesmas era complicado. Era grande a reclamação sobre o imposto da SISA¹⁵. A resistência ao pagamento indicava claramente que o escravo, para seus donos, não passava de uma propriedade como qualquer outra. Algumas vezes, os escravos eram vendidos juntamente com as propriedades onde trabalhavam. A autora ilustra a premissa ao reproduzir um anúncio de jornal: “Quem quiser um estabelecimento de charquear da viúva de Salvador José Leão, com todos os pertences: escravos, animais e terras para plantações (...)” (BAKOS, 1997, 80).

De acordo com Zarankin (2002), o estudo da organização e funcionamento de qualquer sociedade, implica, obrigatoriamente, referir-se de maneira explícita à relação de poder. Andrés Zarankin (2002) aborda as duas formas de poder: a marxista e a foucaultiana. Afirma que de maneira simplificada poder-se-ia dizer que os marxistas partem de uma concepção essencialista hegeliana, na qual o poder é exercido por uma classe dominante, em antagonismo à classe dominada. Isto implica imaginar um MACROpoder de caráter negativo, que serve para manter as condições de exploração de uma classe sobre a outra. Por sua vez, Foucault (1977) introduz a ideia de micropoderes. Para o autor, poder não se possui, mas se exerce; não existe unicamente dominantes e dominados, senão inseridos. Por exemplo: um operário pode ser objeto de poder dentro de uma fábrica, mas, paralelamente, na sua casa, é o que exerce o poder sobre a mulher e os filhos.

Conforme Pesavento (2000) a Província integrou-se à economia central de exportação de forma subsidiária como abastecedora do mercado interno. Com isso, o território passou a possuir uma “riqueza econômica”, deixando de ser considerado apenas um “ponto estratégico na defesa do contrabando do prata. De fato, ambos processos correram interligados ao longo do século XVIII e início do XIX: de um lado, a apropriação econômica da terra por parte de particulares, mediante o saque e a violência contra os espanhóis; de outro, a preocupação oficial lusa com o comércio platino. Neste contexto, os estancieiros e charqueadores passaram a ocupar cargos de chefes e guardas da fronteira. Tal respaldo da Coroa fez com que surgissem os clãs familiares que, enriquecidos, passaram a pressionar o governo no sentido da obtenção de mais poder e autoridade.

¹⁵ Imposto referente às transações de compra e venda dos cativos.

O conflito entre a economia agro-exportadora, o café e aquela voltada para o mercado interno, teria continuidade na política centralizadora da corte, agora aqui, no Brasil. Segundo Piccolo (1977), no ano de 1821, foi anexada ao território brasileiro a região denominada “Banda Oriental do Prata”¹⁶, com o nome de Província Cisplatina. Tal ocupação tinha sentido dúbio, mantinha as charqueadas na região regularmente abastecida com a ampliação da área de criação de gado e afastava um concorrente.

Com tal atitude, a coroa deu um grande presente para os “chefes” sulinos:

(...) aos compradores de charque interessava um baixo preço de venda deste produto no mercado interno, o que era obtido através da imposição de baixas tarifas alfandegárias sobre o produto platino, que conseguia assim, colocar-se em vantagem no mercado interno brasileiro, mas tal política não podia ser seguida de maneira uniforme pelo centro, pois com isso decresciam as rendas provenientes das alfândegas, base da sustentação da monarquia. Em ‘termos de compensação’, gravavam com altas taxas de importação de determinados insumos, como o sal, produto indispensável para fabricação do charque (PESAVENTO, 2000, 30).

Outro agravante, por parte do governo central, era política de controle, impondo a escolha e a nomeação do Presidente da Província (PESAVENTO, 2000). De acordo com Flores (2003), em 1828, ocorreu a independência da Província Cisplatina, onde o desgaste e prejuízo foi mútuo, tanto dos interesses gaúchos, com a perda do gado uruguaio, que não mais foi dirigido para as charqueadas e sim para os saladeiros platinos, e o desastre militar brasileiro. Tal fato agravou mais as relações centro sul, pois as atenções voltaram-se todas para a economia cafeeira do Vale do Paraíba. O agravamento das relações da província com o centro, foi o conflito armado entre as duas forças, a Revolução Farroupilha, conflito que teve a duração de dez anos, 1835/45. O movimento tinha ideias baseadas no Iluminismo, ou seja, nas ideias de Locke, Montesquieu e Rousseau:

- legitimidade de um poder justo;
- liberdade do cidadão;

Mas como outras revoltas coloniais, na acepção local, a referência a “liberdades” ou “direitos do povo”, dirigiam-se exclusivamente à camada de homens livres e proprietários, os detentores dos direitos políticos. O fato de escravos terem sido

¹⁶ Atual Uruguai

alforriados durante o conflito, não deve ser encarado como uma tendência emancipacionista, mas em função das necessidades da guerra, que primeiro tornava-o livre para depois arma-lo e toma-lo um combatente.

Em 1845, foi oferecida pelo governo a “Paz Honrosa” ou o “Acordo de Ponche Verde”, tal acordo abarcava as exigências dos gaúchos, portanto foi findado o conflito: “(...) a prosperidade da economia charqueadora sulina durou até a década de setenta do século XIX” (PESAVENTO, 1990, 67).

2.2 CUBA – SÉCULO XIX

Para um melhor entendimento do contexto histórico de Cuba no século XIX, faz-se necessária alguma abordagem sobre o desenvolvimento socioeconômicos e cultural iniciado nos dois séculos anteriores, séculos XVII e XVIII: “(...) no podemos menos que analizar la anterior evolución de su conglomerado humano, no solo para constatar las tendencias que posteriormente se perfilarán, sino para establecer los elementos distintivos de este tercer momento com respecto a los otros” (SORHEGUI, 2008, 130).

Justificando as abordagens acima, Havana, a primeira e definitiva capital de Cuba, tem sua fundação datada de 1514 – século XVI e assim como outras colônias ibéricas e latino-americanas não despertam interesse inicial. Este só acontece quando ela começa a dar lucros para sua metrópole, a Espanha; sua localização geográfica era favorável às navegações, facilitando o acesso à Europa. Estas, as navegações para esta áreas, segundo Arturo Sorhegui (2008), iniciaram no ano de 1516, quando ele a chama de “Havana Primitiva” ou “Primeira Havana” período que se estende até o ano de 1608. De acordo com o entendimento deste autor, existem ainda, a “Segunda Havana” que tem início em 1608 e tem seu desenvolvimento até 1717 e a “Terceira Havana”, de 1718 até hoje.

2.2.1 A história

Cuba, a maior ilha das Antilhas ou do Caribe, segundo Santana (2008, 18), é um arquipélago integrado por mais de 1.600 pequenas ilhas:

(...) situada em cercania del trópico de Câncer, Cuba domina la entrada del golfo del México, em la proximidad de las penínsulas de la Florida y de Yucatán. Corona la sección septentrional del mar Caribe o de las Antilhas y la de las tierras centroamericanas. Es el “ombbligo” de América, entre os continentes norte y sur, enlace entre Nuevo y Viejo Mundos, umbicación que há sido determinante em su destino histórico.

Dentro do contexto exposto anteriormente por Arturo Sorhegui (2008), algumas características da “Primeira Havana”, 1514 – 1698 e da “Segunda Havana”, 1609 -1717, elencadas por mim:

“Primeira Havana”

- carente de metais preciosos;
- possuía “cinquenta quarteirões” ocupados, (colonização);
- lugar preferencial para comerciantes;
- posição geográfica favorável à navegação (América – Europa);

“Segunda Havana”

- substituição das estâncias por moinhos, plantações de tabaco;
- aumento da produção açucareira;
- organização da sociedade urbana (cento e cinquenta quarteirões habitados);
- 1703 = construção da muralha de contenção (delimitação da cidade em duas parcelas - intramuros e extramuros);
- construções religiosas (igrejas, conventos) e sanitárias (hospitais);
- aumento do número de construções militares.

De acordo com Weiss (1960, 1) “o século XVIII começa na metrópole, Espanha, com a coroação de Felipe V de Anjou, neto de Luís XIV; ainda que este fato nada teria que ver com os “hispanocubanos”, conflito que por dez anos agitou a Espanha, não deixou de ter graves repercussões em Cuba, pois era importante ponto de escala das frotas que mantinham comércio entre a metrópole e suas possessões americanas.

Neste contexto, a ilha ficou entre ameaças constantes das frotas inglesas e holandesas que não demoraram em invadir Havana, capital de Cuba.

Sua metrópole, Espanha, sempre esteve envolvida em conflitos ou ameaças de guerra com a Inglaterra e outras potências europeias, que obrigaram a colônia cubana a estar sempre alerta, melhorar, aumentar suas fortificações e manter seu exército sempre em “pé de guerra”. Desta maneira, a tônica deste período foi a preparação e as ações bélicas. Em contrapartida, também no início deste século ocorrem os primeiros grandes movimentos migratórios e com eles surgem novos centros rurais e crescem os núcleos urbanos.

Conforme Díaz (2008, 148): “La Habana contaba com el título de ‘La Llave del Nuevo Mundo y Antemural de las Indias Occidentales’, la ciudad más poblada da la Colônia”.

Os novos povoadores de origem europeia pertenciam às camadas sociais superiores com frequência. Tinham sido comerciantes ou latifundiário em seu país de origem, possuindo muitas vezes, experiência na exploração de riquezas coloniais. O primeiro “contingente” imigratório era das Ilhas Canárias, que começaram o cultivo de tabaco e outras empresas agrícolas. Assim, ocorre um lento mas sustentável desenvolvimento da agricultura e da indústria. No início do século a indústria era de criação de gado; pouco a pouco, estende-se para o cultivo da cana-de-açúcar como matéria-prima para a empresa açucareira, invadindo os grandes latifúndios pecuaristas. Ao mesmo tempo se intensifica o cultivo de tabaco, que até a metade do século, constitui-se na maior riqueza do país no que diz respeito ao comércio exterior.

“Terceira Havana”

- ocupação da “parcela” extramuros;
- alto índice imigratório;
- nacionalização (filhos cubanos de pais estrangeiros);
- 1817 – 18 = introdução de escravos negros e pardos;
- modernização da cidade (intra e extra muros);

Em 1740, foi criada a Real Companhia de Comércio de Havana, conforme Alonso e Ortega (2007). Esta gerava um verdadeiro monopólio sobre a compra dos

produtos que exportavam para Cádiz: açúcar, tabaco, couros e madeira. Em troca por portos clandestinos, recebiam vinhos, cachaça, frutos, ferro, livros e papel.

Na segunda metade do século XVIII, originou-se um movimento de diversificação agrícola. Passaram a ser cultivados, milho, trigo, arroz, algodão e café, mas a nova “empresa” foi, aos poucos, “definindo”, devido aos altos e numerosos impostos, contrabando, monopólios e fraudes administrativas. No que se refere à arquitetura, os recursos da administração pública dedicaram-se “quase por inteiro” à construção de obras militares e, como a população era profundamente religiosa, foram construídas diversas igrejas e conventos e as construções privadas foram restauradas e remodeladas, ainda, sofreram modificações para adaptar-se à nova realidade, a medida que ia se desenvolvendo o comércio, bem como, para outras atividades com as riquezas naturais do país, começando a “*crear los priemiros pequeños capitales*”.

A “conquista” de Havana pelos ingleses e a ocupação da cidade por onze meses, causaram sérios prejuízos econômicos à população, tanto na ordem pública, quanto na privada. Porém, estas coisas passaram a ser superadas com a lenta recuperação cubana mesmo com a ocupação inglesa. A primeira, foi a liberdade de comércio, incrementando o “tráfico” marítimo, não só levando para o exterior os produtos da ilha e trazendo outros: “(...) la ocupación británica aumento la entrada de productos, y sobre todo, de um considerable número de esclavos que permitiram expansionar las plantaciones azucareras” (ORTEGA, 2007, 72).

O autor continua, quando afirma que anteriormente a invasão, Havana exportava cerca de 300 toneladas anuais de açúcar e nos cinco anos posteriores à retirada dos britânicos, as exportações deste produto superavam 2.000 toneladas por ano e na década de setenta do século XVIII, as exportações alcançaram 10.000 toneladas e na década de vinte do século XIX, Cuba transformou-se no maior exportador de açúcar de cana.

Em 1818 o rei Fernando VII promulga o Real Decreto que concede o Livre Comércio a Cuba. O sistema de comércio de Havana, até 1840 teria como base a participação de grupos espanhóis da Catalunha, mantendo um verdadeiro monopólio ao comprar carregamentos completos que depois eram vendidos a “comerciantes menores”, ou seja, donos de armazéns, donos de lojas de tecidos e outros.

Os produtos importados pelas casas comerciais, segundo Ortega, Luguera e Alonso (2007) incluíam louça, artigos de vidro, metais, “apetrechos” navais, tecidos, papel, madeiras, carvão, artigos de ferrarias. Os produtos eram embarcados em bergantins, fragatas, corvetas que saíam dos portos da Espanha, Inglaterra, Estados Unidos, Suíça, Rússia.

Também, destaca-se neste período, o estilo construtivo, a arquitetura barroca, embora tais estilos “fugissem” dos padrões clássicos espanhóis. As adaptações se encaixavam com o meio físico e humano do país, além da utilização de materiais naturais da região para as edificações. Assim, foram adquirindo “personalidade própria cubana”. As primeiras manifestações surgem com as decorações nos portos das casas, nas varandas, surgem as pilastras, balcões “recortados” e outros tipos decorativos. Já no final do século, na Praça de Armas de Havana, foram erigidas três edificações, o Palácio do Cabildo, o Palácio dos Correios e um último em frente aos dois, *un tempelle dórico*¹⁷, e que inaugurava em Havana-Cuba, um novo estilo, o neoclássico.

Continuando, Francisco Weiss (1960) afirma que uma série de fatos circunstanciais concorreram nas primeiras décadas do século XIX para imprimir na civilização cubana colonial um caráter moderno, de uma nação que quer “marchar” na vanguarda. Para que isso acontecesse, foram colocados “em jogo” os recursos naturais de sustentação cubanos: em 1815 concedem-se facilidades para distribuição de fazendas e rotação de terras para engenhos ou fábricas de açúcar, cafezais e poteiros; em 1817 aboliram-se os privilégios da Real Feitoria de Tabacos, declarando livres o cultivo e o tráfico deste produto.

No final deste mesmo ano, foram ditadas leis estimulando a imigração de espanhóis e estrangeiros, estes últimos eram excluídos até então, por legislação das Índias. Finalmente, em 1818, se outorgou a concessão do comércio livre, seguida de numerosas reformas abarcando o sistema tributário, os direitos de aduana, o tráfico interior, entre outras. Muitos capitais, inseguros nos países hispano-americanos, sentiram-se atraídos para Cuba.

Foram então, construídas as primeiras ferrovias, antes mesmo de muitos países europeus, a agricultura experimentou um extraordinário desenvolvimento,

¹⁷ Consagrando o lugar onde provavelmente teria se rezado a primeira missa

especialmente a produção de açúcar. Nas quatro décadas seguintes, a produção deste produto duplicou, ao passo que a população quadruplicou. Nesta época, desenvolveram-se novos e importantes bairros na *franja extramuros* da capital, Havana, ou seja, na porção ainda não povoada do território, localizada fora das muralhas de contenção da cidade. A “Idade de Ouro” da arquitetura cubana instalou-se nesta área, patrocinada pela aristocracia que lá foi morar.

Robert (2006, 26) traz alguns testemunhos de viajantes a Cuba sobre detalhes da vida cotidiana e costumes “*habaneros*”, com propósitos indagadores e analíticos das mais diversas vertentes do desenvolvimento econômico, político e cultural. Estes depoimentos, fazem uma “reconstrução” da época, cujos aspectos não são “*recogidos*”, citados nos livros de história:

(...) una gran parte de la ciudad se extendía delante de nosotros y me parecía como una de esas ciudades de Pérsia o el Oriente; torres de iglesias que bien podían ser minaretes, uno de los domos y aquí y allá; los penachos de algunas palmas saliendo de las edificaciones, le daban vida y carácter a la escena, mientras filas de terrazas y techos (...) las paredes de las casas alrededor del puerto estaban alegremente coloreadas, algunas azul, otras blancas con un pequeño borde azul, otras rojas, amarillas o púrpuras, según gusto que el propietario hubiera escogido.

O autor continua relatando que:

(...) cuenta que el transporte en volante era mucho más confortable que en las berlinas, las que dicen eran importadas de los Estados Unidos, también comenta la estrechez de las calles en las que muchas veces las mercancías de una tienda llegaran hasta la acera que le quedaba enfrente. Aunque, se queja de la estechez de las aceras y de que no ofrecían protección contra las ruedas de los vehículos que circulaban (ROBERT, 2006, 34).

E por fim, vale ainda colocar:

Le llama atención los “ritos funerarios”, que o descreve con amplitud. Incluye un grabado correspondiente al velorio de alguien perteniente a la clase pobre (...) habla también de su visita a una casa de familia. Comenta de las mujeres que conoce: ‘Ellas estaban en la sala, con las ventanas que da a la calle completamente abiertas; no interior de la casa, sillones colocados en dos filas, uno frente al otro, abarcando desde la ventana hasta el centro del salón (...) relata sus impresiones del Café La Dominica, explicando que el lugar es una mezcla de confitería y sitio para refrescar, en cual los hombres van solos durante el día y las señoras los acompañan solo por las noches (...) de los sorbetes de frutas, los más deliciosos eran los de tamarindo y el de naranja, todos hechos de frutas frescas (ROBERT, 2006, 34).

2.2.2 Estratificação Socioeconômica e Cultura

De acordo com Rey (2003) a população local era bastante heterogênea. A sociedade colonial dividia-se em brancos, espanhóis e aborígenes, posteriormente, somaram-se os negros e mulatos. Deste ponto de vista econômico e social, os índios, negros e mulatos ocupavam os níveis hierárquicos mais baixos. Também, não havia igualdade entre os espanhóis brancos. Alguns ocupavam cargos oficiais ou eram funcionários da Coroa; outros, destacavam-se pela posição econômica ou pelo desenvolvimento de atividades rurais “rendáveis”. O contato inter-étnico motivou diversas mudanças nos comportamentos da sociedade cubana neste período.

Junto com a introdução e a presença do escravo negro “*para el laboreio*”, “chegaram” também, as influências desta cultura para integrar-se com a cultura local.

Estella Rey (2003) continua quando aborda as mudanças, e afirma que as transformações nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, operaram uma “simbiose” entre a população indocubana, espanhola e negra. Tal envolvimento, teria e teve repercussões decisivas no desenvolvimento posterior de Cuba: “Hoy por hoy en sociedad se asume por identidad cultural muy poço o casi nada acerca de la obra y el conocimiento de las entidades humanas históricamente subordinadas” (PEREIRA, 2003, 47).

Garcia Afonso (2002) afirma que desde o surgimento do Estado existe a necessidade de estabelecer políticas de hegemonia. Por este motivo, trata-se de “identidade” quando grupos humanos, povo ou etnias, minorias nacionais ou em geral setores “micro- sociais” subalternos – diferenciados e com projetos próprios ao lado ou à frente das práticas e discursos oficialmente estabelecidos.

Desde suas origens, o termo “identidade” se sustenta em uma estimativa contraditória, afirma Robaina (2003), pois ao identificar ou diferenciar grupos e comunidades, se estabelecem pautas de separação, que ao mesmo tempo se unificam na busca de traços comuns ao apresentar as coletividades sociais. É, em consequência, um conceito que opera tanto com a inclusão de “algumas identidades” como com a exclusão de outras.

Hall (2006) afirma que a “questão” das identidades está relacionada com as mudanças ocorridas nas sociedades modernas, desde o iluminismo até o advento do capitalismo. Ilustrando a premissa, Giddens (1990, 6):

(...) à medida em que áreas diferentes são postas em interconexão uma com as outras, ondas de transformação social atingem o meio. Essas são diferenciadas no momento em que são comparadas com as anteriores (por exemplo, o estado-nação, ou a mercantilização e o trabalho assalariado), ou de uma enganosa continuidade com as formas anteriores (por exemplo, a cidade), mas são organizadas de forma e de princípios bastante diferentes.

Neste sentido, Chauí (2007, 50) “(...) um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é repetição de si mesmo”.

Ainda, de acordo com Anthony Giddens (1990) o mais importante são as transformações do tempo e do espaço e o que ele chama de “desalojamento social” – a extração das relações sociais dos contextos locais de interação e sua reestruturação ao longo de escalas indefinidas de espaço-tempo.

Gellner (1983) apud Hall (2006) argumenta a “origem” das identidades, sejam sociais, nacionais ou políticas /culturais e afirma que estas não são inerentes ao ser humano, mas são formadas e transformadas no interior de sua “representação”. Esta representação passa a ser a nação a qual o indivíduo pertence. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação: “Uma nação é uma comunidade simbólica e isso que explica seu “poder” para gerar um sentimento de identidade e lealdade” (SCHWARZ, 1986, 106).

Neste sentido, Hall (2006) afirma que as culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região. Estas, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura *nacional*. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner (1983) apud Hall (2006) chama de “teto político” do estado-nação, que tornou-se uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas.

A formação das culturas nacionais contribuiu para criar padrões de “alfabetização” universais, generalizou uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais.

De acordo Brennan (1990) lembra que a palavra nação refere-se tanto ao estado-nação moderno, quanto a algo mais antigo e nebuloso – a natio – uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento. As identidades nacionais representam o resultado da reunião dessas duas metades da equação nacional – oferecendo tanto a condição de membro do estado-nação político quanto uma identificação com a cultura nacional.

Nesta direção, de acordo com Hall (2006), as nações são sempre compostas de diferentes classes sociais, diferentes grupos étnicos e de gênero. Estas breves ideias “solapam” a ideia de nação como uma identidade cultural unificada. As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas de lealdades e de diferenças sobrepostas. Utiliza como exemplo as nações ocidentais modernas, que foram o centro de impérios ou de esferas neoimperiais de influência, exercendo uma hegemonia cultural sobre as culturas dos colonizados. Stuart Hall (2006) define este “esquema” como um dispositivo discursivo, que representa a diferença como unidade ou identidade. O autor faz uso do pensamento do filósofo e historiador francês Michel Foucault (2006), que em uma série de estudos, produziu uma espécie de “genealogia do sujeito moderno”. Dentro desta genealogia, destaca-se o poder disciplinar que se preocupa com a regulação, a vigilância de uma parte em relação à outra.

Patterson (2005) faz abordagens sobre tipos de vigilância, mais precisamente do poder de determinados grupos sobre outros. Nesse sentido, Thomas Patterson (2005) utiliza-se de duas premissas de Karl Marx e Adam Smith, onde afirmam que sociedades estatizadas possuem automaticamente um sistema de estratificação de classe; uma classe se envolve na produção social e a outra consiste de indivíduos cuja relação com a produção social é indireta ou inexistente. Neste caso, o Estado é a organização que media as relações no interior e entre as duas classes e seu aparato torna-se uma parte da vida cotidiana. Na medida em que a vida na sociedade é perturbada pelo

aparecimento de classes sociais e os homens e mulheres começam a perseguir interesses individuais ou interesses de classe no contexto das tradicionais instituições e práticas da sociedade comunal.

2.2.3 Sociedades contemporâneas – arqueologia histórica – cultura material

Dentro dos contextos apresentados até agora, compactuo com as argumentações de Alberione dos Reis (2004, 72) quando utilizo a teoria pós-processualista para justificar as metodologias empregadas na minha pesquisa.

(...) o pós-processualismo acentua que os vestígios arqueológicos assemelham-se a textos, que requerem interpretação, e que poderão ser variavelmente lidos por diferentes pesquisadores. Os discursos arqueológicos representam estilos de escritas de determinados grupos. São estilos que poderão ser nomeados pelos seus autores como impessoais, científicos, neutros, pessoais, subjetivos, emocionais, carregados de valores.

Continua a premissa ao afirmar que esta teoria visa a interpretação do conhecimento que a arqueologia produz e suas propostas são advindas de vários ramos do conhecimento: do estruturalismo, o reconhecimento de que as categorias pelas quais o mundo é conhecido não são inerentes a este mundo, mas são criações mentais oriundas da ação humana sobre o mundo. Considerações sobre a adaptação humana aos mais diversos ambientes tem que levar em conta tais categorias mentais; do marxismo, o entendimento e interpretação de determinadas ordens simbólicas que sustentam e legitimam assimetrias de poder social que levam grupos sociais a alcançarem melhores chances de vida; do feminismo e através da arqueologia de gênero, o questionamento sobre a ação de códigos simbólicos dominantes que são estrategicamente usados para legitimar o poder de específicos grupos sociais.

Shanks e Tilley (1996) propõem alguns desafios que podem ser solucionados pela arqueologia pós-processual, como: 1°. o arqueólogo ser o personagem responsável pela construção interpretativa do passado; 2°. a pesquisa arqueológica ser encarada como prática discursiva no presente a partir das referências arqueológicas do

passado, assim os autores colocam o arqueólogo como um indivíduo subjetivo e comprometido com o passado, pois segundo os autores, o passado é matéria bruta que requer complexidade para tornar-se objeto arqueologicamente significativo e discursivo.

Reforçando as considerações, Funari (1990) afirma que não é possível nós, arqueólogos escrevermos sobre o passado, se primeiro não lermos a partir de seus traços materiais.

Sahlins (1966, 116) no seu livro “Cultura e Razão Prática”, utiliza os pensamentos de Durkheim e Mauss, quando fala sobre organização de sociedades:

a noção de espaço teve de existir antes dos grupos sociais poderem ser percebidos para exhibir, em sua disposição, qualquer relação espacial que pudesse então ser aplicada ao universo; deve ter concordância com os quais os fenômenos naturais são dispostos em classe, ou seja, o próprio “modelo” social deve ser percebido para possuir as características que o tornam útil na classificação de outras coisas.

Bourdieu (1977) argumenta que os povos possuem disposições duráveis e frequentemente sublimais, relativas a certas percepções e práticas. O autor chama a totalidade dessas disposições *habitus*. O conceito de *habitus* pode ser usado para explicar a maneira pela qual as classificações étnicas subjetivas são baseadas nas condições sociais, *caracterizando* domínios sociais particulares. A etnicidade não é um reflexo passivo de similaridades e diferenças nas práticas culturais e condições estruturais nas quais os agentes são socializados. Também não é a etnicidade inteiramente constituída no processo de interação social por meio do qual as características culturais epifenomenais são manipuladas na busca por interesses econômicos e políticos.

De acordo com Geertz (1989, 280), as tentativas de localizar o homem no conjunto dos seus costumes assumiram diversas direções, adotaram táticas distintas, mas todas elas, ou virtualmente todas, agiram em termos de uma única estratégia intelectual ampla. De acordo com esta concepção, o homem é composto de “níveis”. A medida que se analisa o homem, retira-se camada após camada, sendo cada uma delas completa, são irreduzíveis em si mesma e revelando uma espécie de camada muito diferente embaixo dela. Destacam-se estas e se encontram debaixo os fatores psicológicos – “as necessidades básicas – ou – o – que – tem – você – que as

suportam e as tornam possíveis. Retiram-se os fatores psicológicos e surgem, então, os fundamentos biológicos – anatômicos, fisiológicos, neurológicos – de todo “edifício” da vida humana. Após estas visões antropológicas, onde são abordadas as diferenças e dificuldades, juntamente com a “avalanche” de novas posturas e costumes “importados” enfrentados e adaptados pela sociedade brasileira, fica comprovada a mudança radical por qual a mesma passou. De acordo com Funari (2003), a criação e a valorização de uma identidade nacional ou cultural relacionam-se, muitas vezes, com a arqueologia. Neste caso, predominam com frequência os interesses dos grupos dominantes mediados pela ação do Estado. De maneira geral, a arqueologia pode e deve estudar tanto o contexto de exploradores como o de explorados, os objetos únicos e aqueles feitos em série.

A arqueologia pode ser usada por grupos subalternos na luta por seus direitos ou para criticar as injustiças e opressões sociais. Dois exemplos vêm à mente: a arqueologia preocupada com as relações de gênero e a que trata das relações étnicas e raciais pode-se, contudo, estudar a cultura material propostas claramente antirracistas. Funari (2003) afirma que a Arqueologia Histórica, que dispõe de informações escritas, produzidas pela mesma cultura que utilizou os objetos resgatados pelos arqueólogos, apresenta características específicas. Tanto os documentos escritos quanto a cultura material são produtos de uma sociedade: uma, é o resultado do trabalho humano, enquanto, a outra, é uma representação ideológica da realidade, transportada para o texto escrito. Os documentos escritos informam-nos sobre as ideias de seus autores, pertencentes a uma minoria, ou seja, dos quais sabiam ler e escrever. Justifica tal premissa, ao afirmar que os sujeitos sociais fragmentados da Arqueologia Histórica do Brasil, são ambivalentes e contraditórios, a começar por uma elite patriarcal predatória, pouco instruída, infensa a qualquer liberdade. Do outro lado, os sujeitos são heterogêneos: indígenas, negros, libertos, pobres, mulheres, enfim, lutadores. Funari (2000) continua a premissa, ao afirmar que o artefato, ainda que criação do ser humano, continua a ser um objeto, e parece algo muitas vezes distante do seu criador, como se tivesse vida própria. O objeto, ao entrar no universo humano, parece adquirir uma autonomia de sua base material, sendo em qualquer sociedade carregado de valores simbólicos que não deixam de confundir tanto seus usuários quanto o

arqueólogo, ainda que observador externo e inserido em outra sociedade. A ambivalência material/humano, ainda que pareça abstrata, adquire importância capital para que se entenda por que, no estudo das sociedades, valendo-se de seus elementos considerados fora de seu contexto social e comportamentos de sociedades estudadas são vistos como meras decorrências de desígnios da natureza. Ainda, de acordo com Funari (2003, 101)

(...) não se trata apenas de justificar certas relações de poder, ou de fortalecer certas ideologias, mas de legitimá-las pela presença de testemunhos materiais que deem sustentação científica a essas pretensões.

Robrahn González (2006) afirma que a Arqueologia Urbana hoje, aparece voltada ao relacionamento entre a pesquisa e o manejo entre os bens culturais com a sociedade na gestão de patrimônio histórico e arqueológico.

Segundo Robrahn González (2006, 85), os vestígios arqueológicos enquanto elementos materiais tangíveis, proporcionam uma experiência no reconhecimento de que existe um passado, constituindo uma ponte concreta entre o antes e o agora: “(...) a tudo isto podemos denominar ‘Ciência Aplicada’, correspondendo ao amplo leque de contribuições que a arqueologia pode oferecer no fortalecimento e valorização das comunidades atuais.”

Zarankin e Salerno (2007) afirmam que a arqueologia na América do Sul, se propôs a assumir um maior compromisso social. Desta forma, começou a desenvolver projetos orientados a interagir com as comunidades locais, democratizando a produção acadêmica através da educação patrimonial e contribuir com a proteção e preservação do patrimônio histórico. Jones (2005, 39) acrescenta:

(...) enquanto há um lugar para análise de, por exemplo, processos econômicos e sociais de longa duração, há também considerável campo para uma Arqueologia da práxis social das identidades; ...por meio da análise da organização espacial, modos de produção, estilos arquitetônicos e semelhantes, os arqueólogos podem explorar as maneiras pelas quais os sistemas discursivos de diferença cruzam com os valores e modos de prática, o local, que caracterizam contextos históricos particulares. Uma abordagem contextual e centrada no sentido para a análise arqueológica da etnicidade oferece uma contrapartida essencial para o estudo crítico das representações textuais da etnicidade.

De acordo com Zarankin/Salerno (2007, 31), a Arqueologia do Capitalismo:

Dentro de este punto incluimos problemáticas que refieren a la formación de las sociedades modernas y los estados nacionales. a fines del siglo XIX, el surgimiento y la consolidación de las clases proletarias y burguesas (...) em general bajo marcos post-procesuales, “la arqueología del capitalismo” o de la “arqueología de la sociedad moderna” há sido uno de los puntos que más interes há despertado em la arqueología histórica sudamericana.

Conforme Eagleton (2003), a palavra “cultura” combina de maneira estranha crescimento e cálculo, liberdade e necessidade, a ideia de um projeto consciente, mas também de um excedente não planejável. E se isso é verdadeiro quanto à palavra, também o é quanto a algumas das atividades que denota. Para Schiller (1967) a cultura não está nem dissociada da sociedade nem completamente de acordo com ela. A cultura é justamente o mecanismo daquilo que mais tarde será chamado “hegemonia”, moldando os sujeitos humanos às necessidades de um novo tipo de sociedade politicamente organizada, remodelando-os com base nos agentes dóceis, moderados, de princípios elevados, pacíficos. Ainda, a cultura se caracteriza por ser uma forma isolada de crítica social ou um processo profundamente comprometido com o *status quo*.

Assim, é possível ver a cultura como uma crítica ideal e uma força social real. Williams (2008) afirma que na sociedade moderna, pode-se “aproximar” as palavras cultura e civilização. Esta última, *civilização*, implica uma correlação dúbia entre conduta polida e comportamento ético. Pode também, significar o refinamento intelectual de um grupo ou indivíduo. Na continuidade da premissa, Eagleton (2003, 21) escreve:

(...) os aspectos descritivo e normativo da palavra ‘civilização’ pertencem ao léxico de uma classe média europeia pré-industrial, recebendo boas maneiras, refinamento, *politesse*, uma desenvoltura elegante nos relacionamentos. É, assim, tanto pessoal como social: a cultura é uma questão do desenvolvimento total e harmonioso da personalidade, mas ninguém pode realizar isso estando isolado. Com efeito, é o despontar do reconhecimento de que isso não é possível que ajuda a deslocar cultura de seu significado individual para o social. A cultura exige certas condições sociais, e já que essas condições podem envolver o Estado, pode ser que ela também tenha uma dimensão política. A cultura vai de mãos dadas com o intercurso social, já que é esse intercurso que desfaz a rusticidade rural e traz os indivíduos para relacionamentos complexos, polindo assim suas arestas rudes. Mas os herdeiros capitalista-industriais dessa era otimista teriam bem mais dificuldades de persuadir a si mesmos de que a civilização como fato estava em harmonia com a civilização como valor.

Ainda, Terry Eagleton (2003) afirma que a melhor coisa em ser um governante no Ocidente, é que não precisa preocupar-se sobre quem se é, já que as outras culturas é, que são diferentes, ao passo que a nossa própria forma de vida é a norma e, portanto, não é absolutamente uma “cultura”. Ela é antes o padrão pelo qual outros modos de vida mostram-se precisamente *como* culturas, em toda a sua encantadora ou alarmante unicidade. Não se trata de uma questão de cultura ocidental, mas de civilização ocidental, uma expressão que, em certo sentido sugere que o Ocidente é um modo de vida particular e, num outro sentido, que ele é simplesmente o lugar de um modo de vida universal. O encontro colonialista é, desse modo, um encontro da cultura com a cultura – de um poder que é universal, mas por isso mesmo incomodamente difuso e instável, com um estado de ser que é provinciano, mas seguro, ao menos até que a Cultura ponha nele as suas mãos bem tratada. Certeau (2005) afirma que a importância crescente dos problemas culturais está inserida em um amplo contexto. Ele se caracteriza pela lógica de uma sociedade produtivista que correspondeu às necessidades elementares da população contribuinte e que, para se ampliar, deve analisar, desenvolver e satisfazer necessidades “culturais” de sua clientela:

(...) as indagações, as organizações e as ações ditas culturais representam ao mesmo tempo sintomas e respostas com relação a mudanças estruturais na sociedade”. “O peso da cultura não se manifesta apenas nas formas diversificadas de comportamentos e atividades facilmente localizáveis de uma sociedade para outra, mas sobre a unidade de cada uma delas” (LAPLANTINE, 1998, 125).

De acordo com White (1959) no estudo empírico das sociedades humanas, a única realidade imediata, acessível ao observador é o comportamento individual. Um oficial dá uma ordem, um médico escreve uma receita, um mensageiro entrega uma mensagem, um sacerdote murmura uma absolvição, uma dona de casa compra um pão, um guarda interfere numa briga – eis alguns exemplos de ações diretamente observáveis a influir sobre outras pessoas cujas reações são igualmente observáveis: obedecendo ao comando, os soldados se dispersam, o doente toma a receita e vai à farmácia, o destinatário recebe a mensagem, o fiel sai do confessionário, o padeiro entrega o pão e recebe o dinheiro, as pessoas envolvidas na briga são levadas à delegacia. O observador conclui que há relações entre o oficial e os soldados, entre o

médico e o paciente, entre o mensageiro e o destinatário da mensagem, entre o sacerdote e o fiel, entre a dona de casa e o padeiro, entre o policial e os delinquentes, mas essas relações são apenas resultados de inferências.

A maneira pela qual as pessoas, na trama da interação social, afetam o comportamento recíproco, apresenta uma imensa variedade. Uma simples palavra, a manifestação de um desejo, um pedido ou uma ordem expressos por certos indivíduos, acarretam uma série de reações ansiosas num grande número de pessoas, enquanto a mesma palavra, dita por qualquer outro, não produz o menor efeito. Em todo grupo humano alguns indivíduos têm, evidentemente mais poder que outros. “Poder é a probabilidade de estar um indivíduo dentro de uma relação social, em condições de executar a sua vontade, apesar de uma eventual resistência, independentemente da base sobre a qual assenta essa probabilidade” (WEBER, 1964, 81). Zarankin (2002) afirma ser o poder um dos elementos estruturais de qualquer sociedade. Sua mudança no decorrer do tempo tem permitido que vários intelectuais criem classificações históricas de suas peculiaridades. Dentre estes, Deleuze (1992), distingue três tipos de práticas de poder, vinculadas a três tipos de sociedades capitalistas: Sociedade de Soberania (historicamente, era a sociedade anterior ao antigo regime, caracterizada pelo reinado dos soberanos), Sociedade de Disciplina e Sociedade de Controle (representação mais elevada da dominação). No contexto histórico, temporal e espacial da pesquisa, de acordo com a visão de Deleuze (1992) o tipo de sociedade característica, é a Sociedade Disciplinar.

O início desta sociedade encontra-se no final do século XVIII e definiu-se claramente durante o século XIX. Conforme Foucault (1977, 61):

(...) al final Del siglo XVIII, la sociedad instauro un modo de poder que no se fundaba em la exclusión, sino em la inclusión en un sistema en el que cada uno debía ser localizado, vigilado, observado noche y día em el que cada uno debia ser encadenado a su própria identidad.

Zarankin (2002) ilustra tal premissa ao abordar o desenvolvimento do sistema capitalista, tomando como bases, o poder e economia, sobre as quais este funciona: sociedade disciplinar e capitalismo industrial. “(...) dentro de este punto, incluimos problemáticas que refieren a la formación de las sociedades modernas y los estados nacionales. Entre éstas consideramos los procesos de expansión de las fronteras

nacionales (...) el surgimiento y consolidación de las classes proletárias y burguesas” (ZARANKIN, 2007, 33). Nesse sentido, Funari (2007) aborda trabalhos da Arqueologia Histórica, focalizados no sistema capitalista. Trabalhos estes centrados nas sociedades pós-conquista europeia, com ênfase na operação de processos globais, como o colonialismo, commoditização, ideologia e poder, em contextos locais específicos. Importantes estudos de caso foram realizados e demonstraram o poder deste tipo de abordagem, particularmente a sua habilidade em facilitar a comparação entre culturas, e de se trabalhar com as vidas tanto dos colonizadores como dos colonizados.

Diversos conceitos associados ao avanço do capitalismo, assim como a commoditização do mundo material, representam exemplos particulares de processos sociais que podem ser observados em períodos históricos anteriores. Dominação e resistência, apesar de manifestações de maneira distintas em contextos históricos e geográficos diferentes, caracterizam todas as sociedades onde se produz e se apropria o trabalho excedente. Por fim, a priorização do capitalismo como foco de estudo coloca sua emergência, avanço e eventual dominação como sendo um processo inevitável. Jenkins (2005) afirma que em algum tempo atrás, as hierarquias sociais pré-modernas se baseavam predominantemente no que se consideravam valores intrínsecos: divindade, raça, sangue, estirpe. O que determinava a posição de um homem era o nascimento, de modo que ele “nascia para mandar”, “nascia para servir”, conhecia e tinha “seu lugar”. Mas foram justamente essas ordens naturais, outrora legitimadoras de monarquias, aristocracias e cleros, o que a burguesia comercial, financeira e industrial solapou.

Ocupada em manufaturar todo tipo de coisa, a burguesia começou a manufaturar a si mesma, vindo a expressar suas ambições mediante a ideia liberal de utilidade. Segundo esta teoria, os homens deveriam agora ter valor não pelo nascimento, mas pelo mérito; o valor que um homem teria na vida deveria ser conquistado, e não dado.

Jenkins (2005) cita a obra *O discurso da História* de Roland Barthes, quando ele argumenta que o passado pode ser representado por meio dos muitos modos e tropos dos historiadores, alguns dos quais, no entanto, são menos mitológicos e mistificações do que outros, na medida em que chamam franca e propositalmente a atenção para os processos de produção e assinalam a natureza construída e não descoberta de seus

referentes. Neste contexto, Robrahn- González (2006) afirma que também a arqueologia histórica pode construir elos entre a comunidade no presente e o passado, no momento em que sua herança cultural é valorizada, preservando histórias e tradições.

Beaudry e Cook (2007) ilustram a premissa abordada por Robrahn González, quando afirmam que os conceitos sociais permitem aos seres humanos desempenharem papéis ativos na criação de significados e na moldagem do mundo que os cerca. A cultura material é vista como um meio de comunicação e expressão que pode condicionar e controlar as ações sociais, o objeto passa a ser um símbolo com o objetivo de ser um elo de ligação, de comunicação dentro das sociedades.

Senatore (2007) afirma que “fazer arqueologia”, implica no desejo de conhecer o passado dentro da perspectiva de compreender melhor o presente. Nesta direção, o trabalho da arqueologia não é simplesmente reconstruir as coisas como foram em outros tempos, mas estabelecer relações entre o passado e o presente. Mais uma vez a arqueologia voltada para a manutenção do diálogo entre o passado e o presente, constrói narrativas que podem construir, manter e controlar relações sociais.

Os argumentos apresentados por Maria Ximena (2007), originam-se de sua pesquisa arqueológica realizada na colônia espanhola de Floriblanca na Patagônia – Argentina e encontram-se dentro das práticas sociais características dos debates pós-modernos, dos diálogos do mundo das subjetividades, onde os indivíduos realizam infinitos intercâmbios simbólicos, exprimem diferentes sentimentos, motivações e ideias.

(...) os pró-processualistas observam que a arqueologia pode servir como uma ideologia para legitimar estruturas sociais conhecidas. As interpretações podem, portanto, adquirir significados que são inerentes aos dados por eles mesmos (...) argumentam não haver últimas ou corretas interpretações, mas sim que existem muitas e plausíveis interpretações consistentes com o registro arqueológico (VAN POOL E VAN POOL, 1999, p.38).

3 UNIDADES DOMÉSTICAS

Dentro da perspectiva de que a prática cotidiana exerce fundamental influência dentro do contexto espaço-cultural que chamamos de espaço doméstico e é nele que vivemos, apresento algumas possibilidades concretas provindas de relatos de pesquisadores que ilustram tais situações e suas particularidades.

3.1 CONTEXTO DOMÉSTICO: ESPACIALIDADE E CULTURA MATERIAL

De acordo com Certeau (2003) a organização da vida cotidiana se articula ao menos segundo dois registros: os comportamentos, cujo sistema torna-se visível no espaço social e se traduz pelo vestuário, pela aplicação mais ou menos escritos nos códigos de cortesia (saudações, palavras “amistosas”, pedido de “notícias”), o ritmo do andar, o modo como se valoriza o espaço. O segundo, é o benefício simbólico que se espera obter pela maneira de “se portar” no espaço, esses benefícios deitam suas raízes na tradição cultural.

Conforme Gardiner (2000, 2) os contextos domésticos são espaços privilegiados onde a “cotidianidade” das ações dos sujeitos são discerníveis, resultando em uma fecunda relação ao se interpretar as práticas diárias. É no cotidiano onde são concebidas as múltiplas capacidades individuais e coletivas, pensamentos, sentimentos e atividades humanas: “É o meio através do qual entramos na práxis transformadora com a natureza, aprendemos sobre camaradagem e amor, adquirimos e desenvolvemos competência comunicativa, formulamos e realizamos concepções normativas, sentimos desejos, dores, exaltações e eventualmente morremos”.

De acordo com Tocchetto (2004) a banalidade do cotidiano, nas minúcias do dia-a-dia, a existência é revelada na espontaneidade, nas ações constituídas pelo hábito, nos projetos e não nas escolhas. Também, percebem-se manifestações de resistência, de transgressões, invisíveis a olhos menos atentos, são identificados comportamentos resultantes da apropriação de valores, discursos e práticas manipuladas por grupos de interesses econômicos e políticos. Para Blanton (1994), do cotidiano faz parte um grupo

de pessoas que co-residem em uma habitação e compartilham suas atividades de manutenção e decisões a ela relacionadas.

Neste sentido, o conceito de “unidade doméstica” é mais abrangente que aquele de família, por considerar todos ocupantes de um mesmo domicílio elementos integrantes de um determinado contexto. Spencer-Wood (1987) ilustra o pensamento de Blanton, quando afirma que os artefatos encontrados em unidades domésticas, somente em raras ocasiões podem ser atribuídas a indivíduos específicos. Continuando, Blanton (1994) ressalta que estas evidências podem fornecer informações sobre o grupo doméstico como um todo, o que pode incluir além da família nuclear, agregados, pensionistas, empregados.

De acordo com Bourdieu (1977) a casa familiar é um dos elementos chave na socialização do indivíduo, já que é nela que se assimilam os preceitos sexuais, sócio – econômicos, de comportamento, de obediência às regras; estes estabelecem a organização de “regras mentais”, *mnemonic old*.

O grupo, neste caso, pode ter criado um depósito no pátio da casa em um determinado período de tempo e que existem dois tipos de comunicação que podem ser expressas pela casa: a canônica, que diz respeito à noção de que as casas são veículos através das quais as estruturas sociais e categorias culturais alcançam existência sensorial. Manifesta as divisões sociais baseadas em gênero, geração e classe. Tal comunicação, portanto, é simbólica, expressa conceitos comuns aos participantes de um dado sistema cultural. A segunda, a comunicação indicadora, onde a emissão de mensagens é direcionada a indivíduos externos ao domicílio, fornecendo informações sobre a identidade social do grupo doméstico, expressa variáveis, tais como sua riqueza e “poder”.

Os discursos partilhados que circulam entre os segmentos sociais, podem ser apropriados de diferentes formas, produzindo práticas e representações singulares. Práticas estas, que não só comunicam uma identidade social, mas a representação que cada grupo faz de si mesmo. São as práticas plurais, contraditórias, articuladas, que produzem historicamente as estruturas do mundo social (CHARTIER, 1990, 28).

Ainda dentro desta premissa, Gardiner (2000) alerta para importância das apropriações dos discursos. Estes, remetem-se à força e elasticidade do mundo

cotidiano que os torna capaz de resistir à homogeneização das experiências através das práticas e ações. De acordo com Velho (2008), os indivíduos participam diferencialmente de códigos mais restritos ou mais universalizantes, afirma que devemos entender tais códigos como divisores de águas, ou seja, códigos resultantes de relações específicas entre o modo de expressão cognitiva e experiências diferenciadas em função da classe social a que pertencem os indivíduos.

O papel dos gestos, da expressão facial, do movimento de corpo e, em especial, do volume e do tom da voz do falante, serão denominados expressão “imediate” ou direta, enquanto as palavras utilizadas serão denominadas expressão “mediate” ou indireta. O importante é a ênfase colocada numa ou noutra modalidade de expressão e a natureza da forma da comunicação verbal (BERNSTEIN, 1971, 10).

Gilberto Velho (2008) faz um pequeno comentário sobre as colocações de Basil Bernstein, quando afirma que trata-se de colocar o problema de como os indivíduos expressam suas emoções e sentimentos através da linguagem verbal: “(...) ligando gestos e passos, abrindo rumos e direções, as palavras operam como espaços liberados (...)” (CERTEAU, 2003, 101).

(...) são imediatamente discerníveis, forçam os códigos da língua convencional para dar expressão ao seu subtendido latente; aplicam sobre as convenções da linguagem uma atividade de transformação que muda o destino semântico de um enunciado. As práticas cotidianas, não formalizadas e que seguem lógicas internas também (CERTEAU, 2005, 66-67).

Barfield (1997) afirma que as pessoas não são autômatos uniformes, simplesmente reagindo às mudanças do mundo externo, mas ao contrário, que elas desempenham um papel na formação das realidades sociais das quais elas participam. Neste sentido, exemplificando a premissa, Pesavento (1999) aborda as influências e os costumes europeizantes modernos, as imagens e discursos que se desterritorializaram no tempo e no espaço do contexto de origem, e são apropriados e adquirem ressignificados pelos novos detentores, como matrizes de práticas sociais em novos contextos. “As práticas sociais situadas em um tempo e um espaço, por sua natureza recursiva, constituem a base da constituição do sujeito e do objeto social”. A ação humana está, segundo Barret, (2001), situada em condições estruturais as quais

facilitam suas ações, isto porque a ação requer um meio através do qual ela atue. A prática está, conseqüentemente estruturada pelos recursos que são seus meios e resultados.

Dando continuidade ao pensamento, Giddens (1995) e Johnson (1989) afirmam que normas devem ser consideradas para além de mecanismos prescritivos, repressivos, e sim também como instrumentos para a execução de estratégias de ação. Símbolos ou elementos simbólicos, de acordo com Geertz (1978) são transformações tangíveis de noções, abstrações da experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de ideias, atitudes, julgamentos ou crenças. Ainda, enfatiza a importância de situar, contextualizar as práticas, ações, em um determinado tempo e espaço. Neste sentido, sendo a ênfase deste tópico a construção da sociedade oitocentista na América Latina em um período em que estas se caracterizavam por ser um mero receptáculo das influências europeias modernas, as considerações apresentadas, serviram de suporte para um entendimento mais minucioso do estudo particular do cotidiano das mesmas e nos artefatos materiais utilizados pelas mesmas. Hodder (1995) e Tocchetto (2004) enfatizam a importância das interpretações sobre artefatos exumados e sobre as práticas indicadas pelos contextos arqueológicos, com o objetivo de identificar os conteúdos dos significados subjacentes.

O que remete analisar a maneira como as ideias, detonadas pelos símbolos materiais, desempenham um papel na configuração e estruturação da sociedade. Estes significados subjetivos, simbólicos, por sua vez, são conceitos públicos e sociais, instrumentos de integração social, reproduzidos na prática da vida cotidiana. Conceitos que podem ser entendidos graças a uma repetição conduzida pela rotina própria dos grupos sociais.

Beaudry (1984) observa que os sítios arqueológicos domésticos constituem-se em expressões que são, ao mesmo tempo, normativas e idiossincrásicas da unidade mais básica da sociedade em sua interação com a sociedade como um todo. Assim, ao permanecer entre o material recuperado de um sítio doméstico e os amplos processos que caracterizam uma sociedade, na continuidade desta visão que coloca a vida social como suporte de diferentes estratégias dentro de temporalidades e espacialidades específicas, Lima (1995) afirma que tratar a casa como suporte para realização das

práticas cotidianas e interação com seus habitantes, implica na “invasão” ou na “penetração” da vida doméstica e da intimidade. O espaço domiciliar cumpre as funções de abrigo e repouso, bem como é nele que o grupo doméstico se alimenta, se diverte, se emociona e trabalha.

A cultura material que compõe os contextos arqueológicos das unidades domésticas estudadas, informa sobre atitudes, valores, modos de vida e sua interpretação caminha na direção de seu papel simbólico na conformação de limites sociais, divisões culturais e posições na estrutura social de homens e mulheres dos grupos domésticos.

Para Gibb (1996) as unidades domésticas são os espaços onde pode-se perceber as diferentes maneiras de apropriação dos discursos, concretizadas nas práticas cotidianas construídas e observadas na própria materialidade da vida doméstica. “Os estudos nos sítios arqueológicos históricos urbanos devem abordar a unidade doméstica como uma estrutura (trama de relações unindo diferentes testemunhas que constituem um agrupamento significativo), onde diferem testemunhos que contemplam as relações entre diferentes elementos arqueológicos dos sítios” (LEROI-GOURHAN, 1972, 325). Considerando a natureza situada de práticas cotidianas em um espaço e um tempo determinados, Guiddens (1995) introduz o conceito de sede como um espaço através do qual se coordenam atividades diárias. Uma característica das sedes é que elas apresentam uma regionalização interna, tendo as regiões uma importância na constituição de contextos de interação na relação entre o meio físico e as rotinas da vida cotidiana. Como regionalização o autor concebe não só a localização do espaço, mas coloca este como um recorte situado em uma dimensão espaço-temporal relacionado às práticas rotinizadas.

O exemplo de uma casa esclarece este conceito: é dividida em regiões como pavimentos, aposentos, vestíbulos que, por sua vez, são consideradas de diferentes maneiras no tempo e no espaço como, por exemplo, determinadas peças são usadas somente durante o dia e outras, só durante a noite. Isto significa que as regiões devem ser relacionadas aos usos e significados, situados em um dado contexto histórico.

De acordo com Zarankin (2002) no processo de estruturação social, a cultura material desempenha um papel ativo e variável. Pode construir, manter, controlar e

transformar as relações sociais. Isto é possível, partindo-se da premissa de que “la cultura material es activa y sus significados son utilizados por los actores sociales, ya sea para mantener la estabilidad, como para producir câmbios en las normas y reglas que gobiernam las relaciones sociales” (JOHNSON,1996, p.9).

Na continuidade, Zarankin (1999), observa que tais elementos se apresentam como ferramentas importantes nos registros arqueológicos, já que se apresentam de maneira distinta em diferentes espaços. A abordagem se justifica no momento em que através da análise de uma série de indicadores utilizados para estudar as mudanças através do tempo, tem-se a possibilidade de mostrar sua interação com a unidade doméstica. Ainda, é neste espaço que são incorporadas as ideias de público e privado, ou seja, dos espaços delimitados à atividades específicas, como cozinha (preparo de alimentos), banheiro (necessidades fisiológicas), dormir (dormitório), jogos (pátio). Tais delimitações espaciais, proporcionam a assimilação do “jogo de controle” em seu interior, os lugares permitidos ou de acesso e os limites como paredes, portas, janelas ou mesmo através da comunicação com a utilização das expressões “meu”, “teu”. Neste contexto, portanto, se administram regras de comportamento às que devem se adaptadas:“(…) por ejemplo, no salir de la casa, no traer ningún invitado sin pedir autorizaciion,respectar las órdenes de los mayores, no hacer tal o cual cosa en determinados lugares y si en otros” (ZARAKIN, 1999, 245).

De acordo com Symanski (1998) um grupo doméstico justifica a ocupação de um espaço comum para propósitos residenciais, mas para melhor entendimento desta “unidade social”, é necessário compreender a unidade física por ela habitada, o domicílio.A arquitetura urbana oitocentista brasileira, de acordo com Reis Filho (1987) baseava-se em um tipo de lote com características bem definidas. Estes lotes estavam fundamentados nas antigas tradições urbanísticas de Portugal; as residências eram construídas sobre os alinhamentos das vias públicas, em lotes mais ou menos uniformes, com cerca de dez metros de frente e de grande profundidade.

Continuando, Lemos (1996) afirma que as edificações urbanas podiam ser de dois tipos: a casa térrea e o sobrado. A diferença marcante das duas construções é o assoalho, que só era utilizado no sobrado, enquanto que nas casas térreas o chão era de chão batido. A família ocupava somente os pavimentos assoalhados, mantendo a

parte térrea como espaço comercial, sendo usado como loja, armazém, escritório, ou ainda, poderia servir para acomodação dos escravos ou animais. O fato das edificações serem estreitas e profundas, tinham propósitos funcionais, as construções eram geminadas e os cômodos eram todos encarreirados. O cômodo da frente funcionava como recepção, oficina de artesanato ou loja.

Os cômodos intermediários eram usados como dormitórios. Na parte dos fundos da casa ficava a varanda, que dava acesso ao quintal. A cozinha das casas dos núcleos mais abastados ficava fora da habitação, enquanto que nas habitações mais humildes, se localizavam ao lado dos dormitórios. Ainda, nas casas “remediadas”, era comum a existência de duas cozinhas, uma simples, ligada à casa e outra maior, para cozimentos mais demorados, esta situava-se no fundo do quintal. Lemos (1989, 78) completa ao falar que o banheiro só foi ligado à casa no final do XIX e localizava-se ao lado da cozinha, como medida de economia, devido ao alto preço das tubulações de ferro galvanizado importadas:

Até então, a principal função deste recinto, a excreção, era desempenhada pela “casinha” localizada no quintal, construída sobre uma fossa, ou realizada no interior da residência, utilizando para tanto de urinóis, cujos excrementos eram despejados pelos escravos em grandes barris, os “tigres”, que eram por sua vez, esvaziados em pontos determinados da cidade.

De acordo com Géa (1995, 213) nas casas da família da elite, os cômodos apresentavam a seguinte disposição:

Sala e gabinete na frente, alcovas ou quartos no meio seguidos pela varanda, e dependências de serviço que podiam estar também no porão. Apesar da padronização da estrutura arquitetônica dos domicílios, a preocupação com a emissão de mensagens sobre a identidade social do grupo doméstico era “detonada” a partir do elemento mais público da casa, a fachada e as sacadas.

Rapoport (1990) afirma que tal significância cultural deve ser considerada pelos arqueólogos, pois diferentemente dos artefatos móveis estudados, as estruturas arquitetônicas além de reter o contexto de seu uso original, estão menos sujeitos a perturbações decorrentes dos processos de formação do registro arqueológico. O autor faz uso de terminologias próprias ao identificar os elementos que compõem o ambiente

doméstico, quando ressalta que não apenas os elementos de característica fixa (estruturas imóveis – a casa), mas também os semifixos (artefatos móveis), podem traduzir as experiências vivenciadas pelo referido grupo. A unidade doméstica é, portanto, um elemento de característica fixa no qual se distribuem elementos semifixos, cuja função primária é servir de abrigo para os elementos não fixos, que são as pessoas em suas atividades. A compartimentação interna do domicílio, aliado à distribuição interna dos elementos semifixos nos diversos espaços delimitados, forma diferentes cenários no ambiente doméstico.

Shammas (1990) afirma que a partir do final século XVIII e início do século XIX, com as mudanças nos domicílios, garantiam maior privatização, ao mesmo tempo em que eram criados espaços específicos para socialização. De acordo com Lemos (1993), outro recinto que ganhava importância, o espaço reservado para as refeições: a sala de jantar. Carlos Lemos continua ao afirmar que este recinto tornou-se, ao lado da sala de visitas, um lugar de exibição. Carlos Lemos (1989, 46) ilustra sua abordagem ao afirmar:

(...)praticamente, toda casa urbana de família considerada remediada ou rica, alterou consideravelmente seu 'equipamento nacional', por produtos importados, basicamente da Inglaterra, como louça fina, panelas, chaleiras objetos decorativos (vasos, bibelôs), caixinhas de música, relógios de mesa e de parede, espelhos de cristal, escarradeiras de porcelana, tapetes do oriente, caracterizando, literalmente a troca do útil pelo fútil.

Lima (1996, 8) complementa: “lugares onde eram expostas as ‘alfaias’¹⁸ da família, símbolos de prestígio e superioridade social”. Já Perrot (1988, p. 10) coloca que: “(...) o século XIX caracterizou-se como a idade do ouro do privado”. Funari (2003) traz a indagação de Wheeler, - *Como pode o arqueólogo “escavar”, não coisas, mas pessoas?* O autor explica que para entender como isso é possível, é necessário entender que o objeto de estudo do arqueólogo, enquanto matéria assimilada às necessidades humanas, graças a uma mudança de forma e é sempre indicativo das relações sociais nas quais foi produzido e apropriado. O artefato, por outro lado, não é apenas um indicador de relações sociais, mas, como parte da cultura material, atua

¹⁸ Prataria, enfeites, porcelana, produtos importados

como direcionador e mediador das atividades humanas. Exemplifica tal premissa, quando aborda o manuseio de artefatos como a xícara, que seguramos pela alça e uma taça de vinho, que seguramos pela haste, ambos artefatos, objetos que aparecem no meio social, como “mediadores”, entre indivíduos e o contexto cultural a que estes pertencem.

O cenário comunica assim, ao indivíduo nele inserido, o apropriado que deve ser mantido. Essa comunicação ocorre através dos indícios nele presentes, que atuam como artifícios mnemônicos, recordando aos que entram as normas que devem ser seguidas. “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e o meio” (SANTOS, 1986, 83).

Conforme Charles Orser (1992), os sítios reconstruídos ou restaurados ajudam os arqueólogos a demonstrar que a arqueologia é importante, fornecendo, ao mesmo tempo, uma experiência concreta do passado para a população moderna.

3.2 ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E A REALIDADE SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA – SÉCULO XIX

Na Arqueologia Histórica brasileira, segundo Funari (2007), está o patrimônio, bem material de alto valor monetário e o símbolo da vitória da apropriação do trabalho alheio. Trata-se de bens que demonstram a propriedade dos proprietários e a não propriedade dos não proprietários seu devido lugar na ordem social, portanto, esta, a arqueologia histórica surge como reforço material de narrativas hegemônicas. Distintamente da Europa e Estados Unidos, no Brasil, não há individualismo capitalista nem tradição aristocrática que resista à escravidão e à exclusão social de amplas maiorias, ademais hegemônicas ao extremo: de negros a indígenas, de pobres imigrantes, judeus e outros grupos menos favorecidos.

Se a sociedade caracteriza-se por contradições sociais, a melhor solução é o engajamento da arqueologia histórica no meio da sociedade, possibilitando assim, o confronto democrático e crítico de evidências tanto dos grupos “dominantes”, detentores

de algum tipo de poder e dos grupos denominados por Benjamin (1974) de *geknechteten*, “subalternos”, termo que engloba todos aqueles destinados a servir aos outros, dando vozes, portanto a ambos os lados, mas principalmente aos “dominados”, como a arqueologia de gênero, arqueologia patrimonial, arqueologia indígena, arqueologia dos quilombos/escravidão.

Conforme Zarankin (1999) dentro da manipulação capitalista dos espaços urbanos, é promovida a separação da população em bairros diferenciados de acordo com seu nível socioeconômicos. Também pode ser através de imposições que afetam os entornos físicos, como o planejamento dos caminhos em praças, passeios públicos. A ideologia presente nas paisagens que representa a visão de uma nação, um período de tempo, uma crença social ou religiosa, é internalizada e reproduzida pelos indivíduos.

De acordo com Miller (1987) tanto nos materiais como nas tecnologias utilizadas na construção de edifícios, percebe-se a presença do “sistema”, nos ladrilhos, na pintura, na empresa construtora e seus empregados, caracterizando assim, a sociedade de consumo.

Neste contexto, cabe aqui fazer referência ao meu estudo de caso, a arqueologia de gênero, onde abordo o tema sob duas esferas, o feminino e o status, as diferenças existentes dentro das sociedades participantes do estudo: “(...) com a domesticidade se tornando marca registrada do modo de vida burguês, delineando uma dicotomia entre a esfera masculina, relacionada ao domínio público externo, e a esfera feminina, relacionada ao domínio doméstico privado” (HALL, 1992, 23)

Gonçalves (2006, 39) faz uma abordagem à premissa exposta por Hall:

No século XIX forja-se a ideia de privacidade, fruto do individualismo burguês e, como decorrência, revaloriza-se tal espaço. O modelo “vigente”, construído sobre oposições hierarquizada ao masculino. O ‘ídolo’ desta nova ordem será a dona de casa, com o papel essencial à conservação das famílias e a perpetuação das sociedades.

Considerados ou batizados pelo capitalismo como estágios do progresso econômico do Brasil (cana-de-açúcar, ouro, café, couro/charque), segundo Sodré (1998) a escravaria foi que o suportou, por seu trabalho incansável, pelo preço baixo

que acarretava sua mão-de-obra e pelo esforço e resistência de que era capaz. Em traços reais, a função econômica do trabalho escravo não é mais que o desdobramento da produção brasileira.

As divisões sociais são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridade natural segundo Chauí (2000) e as diferenças, também naturalizadas, tendem a aparecer como desvios de norma. Estruturada a partir das relações privadas, fundadas no mando e na obediência, disso decorre a recusa tácita (e as vezes explícita) de operar com os direitos civis e a dificuldade para lutar por direitos substantivos e, portanto, contra formas de opressão social e econômica. Por estar determinada em sua gênese, pela “cultura senhorial” e estamental que preza a fidalguia e o privilégio e que usa o consumo de luxo como instrumento de demarcação da distância social entre classes, a sociedade brasileira tem o fascínio pelos signos de prestígio e poder.

De acordo com Leone (1984) e McGuire (1991) a organização e a estruturação do espaço em qualquer assentamento humano é o resultado da ação de uma série de valores e objetivos caracterizados como ideologia. Dentro de qualquer sociedade existe uma variedade de ideologias, que em termos gerais podem dividir-se em dominantes e dominados.

A arqueologia que se realiza no meio urbano tem como campo empírico de investigação a cidade ou expressões materiais que nela ocorrem. Esta especialidade, a arqueologia urbana é definida por Staski (1996) como o estudo das relações entre cultura material, comportamento humano e cognição em um cenário urbano.

Dentro deste cenário, Lemos (1989) a “nova arquitetura” neoclassicista instalada no Brasil no século XIX, teve início no Rio de Janeiro. O movimento originou-se na capital da Corte de D. João VI, onde as ideias inovadoras e “civilizatórias” tinham o objetivo expurgar as antigas e atrasadas construções, o fim dos estreitos becos escuros e fétidos. Com o patrocínio estrangeiro (inglês), a cidade foi limpa. Neste empreendimento, o capital local também era bem vindo, pois quanto mais rica a região, mais rápidas eram realizadas as alterações e adequações. Nesta direção, Carlos Lemos afirma que foram estipulados critérios nas edificações urbanas e sua “homogeinação” estilística:

1 – grupo atrelado à classe média conservadora (proletariado), que mantinha vivos os velhos critérios das casas coloniais;

2 – grupo atrelado à classe média ascendente e aos ricos, que adotou o critério europeu, particularmente o francês, que simbolizava a modernidade e o progresso.

No meio urbano, as habitações eram geralmente moradias de aluguel já edificadas com as novas técnicas construtivas. O uso de calhas, condutores e águas furtadas de folhas de flandres ou cobre, permitiam a adoção de corredores laterais descobertos e de pátios internos; os dormitórios eram providos de janelas para o exterior; as casas ficavam no alinhamento do lote, mas mostrando distâncias entre si e tendo embaixo de cada janela uma grade de respiração do porão (porão obrigatório, pois as novas normas exigiam que os assoalhos ficassem afastados do chão, portanto, com porões habitáveis).

As casas eram providas de ricas ornamentações (frontispício): platibandas coroadas por vasos, pinhas ou estátuas de louça, arcabouço de alvenaria como suporte de uma decoração aposta. Outra novidade era a definição de novos critérios de circulação dentro das casas, agora divididas em área de estar, repouso e serviços. Estas eram distribuídas de tal maneira que se pudesse ir de uma delas à outra sem passar pela terceira. A acomodação da criadagem representou problemas pois naquela época era “chique” ter empregadas brancas de preferência estrangeiras, para executarem o trabalho de preceptoras dos filhos e realizar o trabalho doméstico. Estas dormiam nos porões ou em quartos ao lado da cozinha.

As famílias remediadas, sem muito luxo no arranjo da casa, acomodavam a criadagem no quintal; nasciam assim, as edículas.

O aumento populacional nas cidades originalmente não preparadas para receber tal excedente atraído pelas indústrias nascentes e pelo comércio, motivou a variação de habitações surgidas no período. A senzala urbana, denominada de cortiço, constituía-se em uma construção de centenas de cômodos enfileirados, do mesmo tamanho, destinados a uma pessoa ou a uma família. O planejamento dos cortiços, inspirou os capitalistas a construção de vilas, “as vilas operárias”, geralmente próximas às fábricas, indústrias ou comércio.

Considero que os espaços vão muito além das áreas situadas entre lugares. Considero estes a partir de uma dupla perspectiva. Ele é físico, mas também mental: uma abstração dotada de elementos imaginários fundamentais. As relações entre lugares e espaços da cidade, expressam-se na ordenação consciente da paisagem urbana. E esta ordenação é uma realidade vivida, nas relações entre pessoas e grupos sociais (ORSER JR., 1996, 137)

Parafrazeando Thiesen (1999) neste caso, a cidade passa a ser o sítio arqueológico que comporta o material estudado na pesquisa. Sendo assim, os sítios arqueológicos urbanos e protagonistas desta pesquisa e que comportam a louça colonial estudada, estão localizados nas cidades latino-americanas de Pelotas/Brasil e Havana Vieja/Cuba. Ainda de acordo com a autora, a Arqueologia urbana se caracteriza por trabalhar com o conceito de cidade-sítio e pretender fazer arqueologia da cidade. Isso implica em utilizar métodos arqueológicos para contribuir com a compreensão do fenômeno urbano.

(...) se não estivermos vendo a cidade como um sítio cujas diversas partes estão interrelacionadas, se não considerarmos que ela está inserida em uma totalidade maior, situada em um contexto histórico e especial específicos, e pode influenciar de diferentes maneiras os fenômenos sociais e culturais que ocorrem aí, então estamos fazendo arqueologia na cidade e não da cidade (THIESEN, 1999, 11).

Ainda, Beatriz Thiessen (2005) alerta ser este, o momento da pesquisa, o momento de esclarecer melhor por representações coletivas. Elas são vistas aqui como um sistema de referências que reúne em si as formas através das quais uma sociedade percebe e classifica o mundo. São elas que guiam as práticas, as ações que constroem o mundo social.

Ao mesmo tempo, as representações estão amarradas, imbricadas às práticas sociais. “La interpretación de rellenos en arqueología histórica es importante, ya que numerosos sítios históricos aparecen en el interior de ciudades. Parte de las áreas urbanas puede también haber sido construídas sobre novos rellenos¹” (ORSER JR. 2000, 70).

De acordo com Charles Orser (2000, 79), a grande parte dos artefatos encontrados nos sítios históricos são mercadorias produzidas em contextos industriais, vendidas e usadas por pessoas que não as produzem. Os compradores ou receptores destes objetos podem viver em culturas completamente diferentes, a milhares de

quilômetros dos produtores. Continua, ao abordar estas evidências materiais: “Debe quedar claro que estas mercaderías tenían una importância que iba más allá de lo económico. La sociedad de consumo se expandió en Europa y em el resto del mundo con distintos grados de impacto”.

Concluindo o pensamento, afirma que os objetos materiais, assim como o desejo social de sua aquisição, atuaram como força social, ou seja, estes podiam ser comprados, usados e até mostrados como “símbolos materiais” de poder social.

Concordo com a argumentação de Zanettini (2005) quando afirma que arqueologia histórica pode contribuir em diversos planos para releitura de fenômenos sociais e culturais, independentemente da produção intelectual disponível sobre eles, revendo interpretações ou propondo, com base na documentação material, questões ainda não contempladas, sob um olhar próprio.

Diante dos argumentos abordados por Paulo Zanettini, o pensamento de Senatore (2007) já citado no segundo capítulo da tese, encaixa-se perfeitamente, quando a pesquisadora afirma que fazer arqueologia implica desejo de conhecer o passado, adquirir uma maior compreensão do mesmo. Tal estudo pode fornecer novas perspectivas, lançar um outro olhar sobre o presente e o futuro. Neste sentido, o trabalho da arqueologia não consiste apenas na reconstrução das coisas como foram em outros tempos, mas possibilita o estabelecimento de relações entre o passado e o presente.

(...) a significação das práticas relacionais passado-presente-futuro, caracterizam os contextos modernos e pós-modernos, onde as reflexões baseiam-se no mundo das subjetividades. Estas, identificam o lugar onde os indivíduos realizam infinitas mudanças simbólicas em diferentes contextos e épocas (SENATORE, 2007, 67).

3.3 ASPECTOS RELEVANTES DA HISTÓRIA DE CUBA NO SÉCULO XIX: REALIDADE ECONÔMICA, CULTURA E SOCIAL

3.3.1 Arqueologia Histórica contemporânea

- Economia Açucareira: modernização dos engenhos, mão de obra escrava, construção de estradas de ferro para o transporte dos produtos manufaturados (concorrência com outros países, capitalismo); Produções em menor escala do café, do tabaco; Criação de gado (propriedades maiores e mais “equipadas”)

- Importação de materiais construtivos: cimento “Portland” – Inglaterra, mármore italiano, telhas planas – França, azulejos – México e Peru.

- Década de 1840: surgimento de indústrias agrícolas, tipografias, fábricas de materiais construtivos (utilização de máquinas inicialmente à vapor, substituídas por maquinário movido à eletricidade), casas de comércio;

- Sociedade estratificada e paternalista: consequência “*de la empleza de la conquista*”, a imposição do sistema legislativo – a substituição da população autóctone pela população imigrante; política espanhola que penetrou nas suas colônias, provocando a marginalização social e a ascensão da elite “*criolla*”; surgimento da burguesia comercial com domínio do poder político com acesso a aquisição de propriedades produtivas e meios de produção, que se junta com a burguesia agromanufatureira, produtora dos bens de consumo, formando assim, o grupo dominante.

O grupo intermediário era composto pelos comerciantes, pequenos fazendeiros e profissionais liberais e por último, o grupo marginalizado, constituído pelos homens livres.

Conforme Rueda (1997, 29), o racismo “consolidado” em uma sociedade que surgiu através da opressão de um grupo étnico sobre o outro, deu lugar a danos que unem e confundem os aspectos socioeconômicos e raciais, bem como as relações sociais marcadas por ele. Continua ao afirmar que as oligarquias locais, constituídas

pelas famílias mais ricas, com membros que ocupavam postos nos cabildos¹⁹, procuravam alianças entre elas mediante a conservação do matrimônio de conveniência para assegurar e garantir a manutenção e aumento das fortunas. O setor médio (brancos e mestiços) era bastante contraditório, pois numa mesma categoria estavam aqueles que possuíam uma relativa “folga” em sua economia, conseqüentemente uma vida acomodada. Do outro lado, os que nada possuíam, que continuavam vendendo sua força de trabalho, na maioria negros e mulatos livres.

(...) ciertas sociedades conservan estructuras familiares características, por el relativo aislamiento en que viven. Al margen de esto, puede afirmarse que en las sociedades occidentales se encuentra toda la gama de situaciones familiares posible. Factores de carácter económico, político y de tradiciones culturales determinan los tipos de hogares existentes en cada sociedad (VERA, 2003, 47).

Vera (2003) afirma que na história da cultura cubana, o parentesco tanto na época colonial, quanto na republicana, atuou como mecanismo de perpetuação de poder econômico e político de algumas poucas famílias, onde empresas foram fundadas pelos pais e “legadas” aos filhos ou parentes próximos.

(...) el modelo de familia monogámico patriarcal promovido por el catolicismo e impuesto por la colonización como modelo hegemónico, recalca la importancia de constituir un hogar, sustentarlo, atender, criar y educar a los hijos como parte fundamental de las funciones que a familia debía cumplir. De acuerdo con ese modelo, la mujer quedaba supeditada al varón, la procreación era necesaria para darle a éste herederos que se hicieran cargo de los bienes (VERA, 2007,32).

Rueda e Vera (1997) afirmam que em Cuba no século XIX o matrimônio era um convenio, um pacto que deveria ser avaliado oficialmente antes de realizado, pois a mulher teria poucas possibilidades de decisão e eram forçadas a aceitar a proposição paterna. Não era “boa coisa”, uma mulher branca casar com um homem que não lhe garantisse ao menos *un status* similar ao de sua família de origem. Neste contexto, José Miguel e Ana (1997, 49) trazem, respectivamente, duas considerações como

¹⁹ Sede do governo

exemplo: “(...) Maria Paulina, la infeliz protagonista, le responde a su madre, D. Dolores, cuando esta trata de convencer a hija para que obedezca ao esposo ‘que el destino le ha dado’, el viejo y rico comerciante Don Simón Alegrias” e “qué otra cosa es el matrimonio y el amor, sino el deseo de que la persona a quien nos dirigimos celebre um contrato de companhia em que uno pone la indústria y outro lo capital.”

- Arqueologia Histórica: Segundo Watters (2006), a Arqueologia Histórica na ilha de Cuba, como em outras ilhas do Caribe, volta-se para sítios onde estavam localizadas plantações nas fazendas açucareiras (engenhos), espaços urbanos, como Habana Vieja, “*la ciudad colonial designada Patrimonio de la Humanidad*”, fortes militares, bem como investigações a respeito das populações que habitavam os respectivos locais.

3.4 PELOTAS

3.4.1 Contextualização histórica

No contexto da pesquisa, onde o estudo do gênero é feito através da cultura material oriunda de unidades domésticas localizadas dentro do espaço latino-americano, a cidade de Pelotas aparece no cenário destacado dentro do estudo. Neste caso, apresento considerações relevantes a este respeito.

É preciso ressaltar a importância das paisagens enquanto cenários ativos, implicados nas dimensões socioambientais decorrentes das manifestações e práticas humanas em profunda interação com o entorno, definindo, assim, formas de relação mais ou menos transformadoras do meio. A “domesticação” das paisagens nesta perspectiva seria dinamizada pelo imaginário que resguarda certas peculiaridades associadas aos contextos culturais nos quais emerge como uma dimensão do humano (SILVEIRA, 2009).

Conforme Anjos (2000) o espaço geográfico onde está localizada a cidade de Pelotas, faz parte da Encosta do Sudeste e é composto por duas grandes paisagens naturais: a serrana e a planície; a região é costeada pelo canal São Gonçalo. Ao

contrário das atividades de ocupação da terra com empreendimentos militares ou colonizadores, a ocupação da “coxilha”²⁰ foi ligada diretamente às atividades pastoris, precisamente no fabrico do charque. Esta ocupação, era mais uma garantia da posse portuguesa no sul do Brasil. Gutierrez (1993), afirma que o surgimento das charqueadas na região foi facilitada por condições como matéria prima e mão de obra escrava abundantes. A distribuição dos espaços acompanhava a topografia, a vegetação, a geografia e a geomorfologia. O logradouro público estava situado no centro do descampado que separava os arroios Santa Bárbara e Pelotas.

De acordo com Lopes Neto (1911, 4) a população que habitava a região vivia mal acomodada e “arrancharam-se” em pontos mais afastados dos abrigos do gado semi-selvagem que significavam perigo no caso de “disparadas”. Também havia os males causados pelas enchentes e das “escravarias recém-vindas”.

(...) localizam-se pois, algumas das suas casas no meio do planalto da extensa coxilha marjinada a oeste pelo arroio Santa Bárbara, ao sul, pelo São Gonçalo, onde veio erguer-se a compacta edificação da área urbana atual. Particularmente, no espaço compreendido entre a Praça da República e a matriz, nasceu o delineamento da cidade. O povoado foi crescendo rapidamente, absorvendo a gente que morava distante, dispersa.

Anjos (2000) afirma que ali deu-se uma “ocupação espontânea”, motivada por fatores de segurança (enchentes, rebeliões de escravos, estouro de boiadas) além do mau cheiro das charqueadas, seguida do grande impulso obtido pela exploração empresarial do charque: “(...) seu pronto adiantamento resulta de sua proximidade das charqueadas, e por consequência da coadjuvação dos charqueadores, homens abastados. Estes, quiseram que o lugar prosperasse, o lugar prosperou; cada um deles tem ali sua casa urbana” (DREYS, 1990,.81).

Gutierrez (1993, p.112) coloca que:

²⁰ Acidente geográfico, pequena elevação

as charqueadas eram compostas de dois ou três terrenos intercalados por estradas. Junto ao Logradouro Público, localizava-se o potreiro dos fundos, depois o potreiro do meio e, por fim, o terreno da charqueada. O gado ia da comercialização de potreiro em potreiro até alcançar a mangueira de matança, onde era abatido. Daí para a cancha, onde terminava de ser morto. Nos galpões, realizava-se a desossa, o charqueio, a salgação e as pilhas de carne e sal que aguardavam para serem colocadas nos varais. No mesmo terreno da produção de charque, em algum galpão, junto a graxeira²¹, atafona²², localizava-se a senzala. O entorno construído constituía-se num espaço “macabro, fétido e pestilento”. As águas serviam para despejar os dejetos (sangue putrefato, excrementos apodrecidos), as nuvens de fumaça que saíam das fornalhas, exalavam o cheiro das gorduras fervidas e dos ossos carbonizados, os urros dos animais abatidos, esfolados vivos e o som do ritmo imposto pelos feitores nos escravos, terminavam por compor o meio ambiente da produção charqueadora.

Neste contexto, a obra iniciada em 1779 pelo português José Pinto Martins, lentamente tornou-se em 1812, freguesia (título de autonomia religiosa, pelo qual o povoado passa a dispor de igreja paroquial própria). Nesta época, a região charqueadora era subordinada/ligada à Vila de Rio Grande, portanto, os charqueadores e a população da freguesia estavam livres “espiritualmente”, mas continuavam administrativa e economicamente ligados à mesma.

De acordo com Magalhães (1993), em 1814, a freguesia contava com uma população de 2419 indivíduos. A área urbana dividia-se em 217 casas, 25 vendas e 15 lojas. O crescimento tanto populacional como de empreendimentos urbanos, aumentou consideravelmente até a década de 1830.

A freguesia foi estabelecida nas terras do capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos, que as negociou em forma de lotes urbanos. Estes formavam uma espécie de quadro, em um “quase perfeito xadrez”, que serviu de padrão para todos outros quarteirões do centro da cidade. Conforme Peixoto (2009) com o crescimento demográfico e administrativo, tornou-se necessária uma readequação urbana. Nestas condições, a expansão do núcleo foi realizada nas terras de Mariana Eufrásia da Silveira, que como Antônio dos Anjos, decidiu dispor de suas terras para loteamento. Tal empreendimento foi planejado e executado pelo engenheiro alemão Eduardo Kretschmar, que deu sequência ao plano quadriculado.

²¹ Produz o produto que dá brilho ao couro

²² Moinho natural, que pode ser movido por mãos humanas ou por animais

Quinze novas ruas foram projetadas e incorporadas ao primeiro loteamento. Nele, foram construídos ao centro, a praça da povoação, e, em seu entorno, a nova igreja, o quartel e o hospital. No limite setentrional da praça, foram erguidos entre 1832 e 1833, o Theatro Sete de Abril, a Câmara Municipal e a Escola Pública; diante destes, foi colocado o pelourinho. “Com muito menos experiência que a Espanha, no que diz respeito à práticas urbanísticas, Portugal adotou nos seus processos de colonização, modelos mais pragmáticos e tradicionais, construindo cidades com a arquitetura mais vernacular²³ e menos monumental. A necessidade de proteção de seus domínios, fez com que Portugal se preocupasse em construir cidades fortificadas como Rio Grande, que surgiu a partir do Presídio de Jesus, Maria e José, em meados do século XVIII.

Este rápido avanço na urbanização tem uma pequena interrupção, de acordo com Osório (1922, 72):

(...) de forma alguma, pode-se pensar que a cidade de Pelotas passou por um período de decadência durante a Revolução Farroupilha (1835-45). Sendo um ponto estratégico – próximo do porto de Rio Grande, apesar de ter sido invadida várias vezes por legalistas e farroupilhas, teve apenas retardado seu crescimento, que vai ser retomado em 1843, antes do término do conflito”.

Conforme Koch (1998, 62), a cidade se desenvolveu segundo às necessidades da sociedade e os interesses de charqueadores, estancieiros e comerciantes, que construíram o espaço urbano e, nele, prédios administrativos, comerciais, culturais e residenciais.

(...) na cidade de Pelotas, projetada e edificada a partir de 1812, o traçado urbano seguiu um plano reticulado que se opõe aos modelos orgânicos de ocupação das cidades coloniais, além de quebrar a regra básica que ditava que a igreja deveria ficar no eixo central do núcleo urbanístico. O sistema de “plano reticulado” evidencia a assimilação dos conceitos de modernização urbana, de origem europeia (YUNES, 1995, 45).

Gilberto Yunes (1995) dá continuidade ao pensamento, ao classificar tal “traçado” como “planta em retícula irregular heterogênea com quadrícula”. Tal plano,

²³ Estilo que reflete a tradição cultural de um povo, no caso, o português

ordenou as ocupações já existentes e adaptou a demarcação geométrica da área, cujo objetivo era a comercialização dos lotes urbanos.

Cruz (1992) faz abordagens da malha urbana pelotense, o traçado em xadrez. Glenda Cruz chama atenção para as diferenciações em termos de zoneamento de uso destas ruas para a estratificação social. As ruas norte-sul eram denominadas de principais e nelas situavam-se os prédios e habitações de maior expressão formal, enquanto que as ruas localizadas nas vias leste-oeste, eram chamadas de travessas e abrigavam habitações e comércio populares. Pesavento (1992, 64) ilustra as considerações:

(...) nas ruas, as senhoras 'chiques' desfilavam nas ruas retas da cidade, onde situavam-se os principais estabelecimentos comerciais, os últimos lançamentos da moda chegados à Pelotas; homens de negócio discutiam; jovens 'flertavam'; o caminho do teatro fazia-se a pé ou em carruagens; nas tardes de lazer, a observar lojas, experimentar doces e sorver gasosas, os pelotenses elegantes olhavam e eram vistos, e essa era a regra do jogo... mas, no entanto, não só homens e mulheres elegantes povoavam as ruas de Pelotas, por mais que o imaginário urbano povoe estas figuras, existem outros personagens neste cenário urbano. A rua é também meio de vida, onde biscateiros e vendedores ambulantes transitam diariamente, entrecruzando-se com carroceiros, amassecas, motoristas, motorneiros, neste sentido, a rua é do povo (...).

De acordo com Peixoto (2009) e Magalhães (2003) entre as décadas de 1850 e 1860, houve grandes melhorias na cidade. No ano de 1853, foi modernizado o sistema de iluminação, sendo trocado o azeite pelo hidrogênio líquido. Em 1856, tem início o funcionamento da primeira graxeira à vapor, caracterizando o avanço no processo de industrialização do charque. Entre os anos de 1858 e 1870, a cidade ganhou mais dois bairros, respectivamente, o Bairro da Luz e o Bairro da Várzea. Ainda, Peixoto e Cerqueira (2007, 22) afirmam que foi no plano urbanístico que se refletiu a riqueza do período. Exemplificam tal afirmação ao citarem tais melhorias: “Os arredores da atual Praça Cel. Pedro Osório, tornaram-se cenário da emulação das elites charqueadoras e estancieiras, que procuraram edificar junto à praça ou nas ruas circunvizinhas, palacetes, cujas fachadas espetacularizavam o status social e cultural que desejavam ostentar”.

Dentro deste contexto, conforme Magalhães (1993), as melhorias continuam com a modernização do fornecimento de água, em 1870 a cidade passa a contar com os

serviços da Cia. Hidráulica Pelotense, em 1783, tem início o trânsito de carros de passageiros da “Cia. Ferro Carril” e em 1878, a “Sociedade Alta Viação Pelotense”, para o comércio e transporte de passageiros dentro da cidade.

Ainda, em 1887, foi contratado pela Câmara Municipal, o projeto de saneamento do francês Gregório Howyan, engenheiro civil pela Escola de Pontes e Calçadas de Paris, seu projeto empregava água como veículo condutor dos materiais fecais e detritos.

A arquitetura é um dispositivo fundamental para a transformação e a modelagem do mundo em que vivem as pessoas. Paisagens naturais são continuamente apropriadas por indivíduos e grupos para serem convertidas em algo radicalmente distinto. Estes novos “espaços domesticados” (ou “lugares”) são tanto produto como produtores de significado social. A partir do século XVIII, a elite toma consciência do potencial do controle e manipulação da paisagem como elemento de reprodução do sistema de poder. A partir de então, os espaços e as estruturas dentro dele passam a ser objeto de controle e regulação (ZARANKIN, 2002, 19).

Bourdieu (2009, 15) dá continuidade à premissa, quando aborda a “simbologia” do poder: “O poder simbólico é uma forma transformadora, transfigurada e legitimada das outras formas de poder, garantindo uma verdadeira transubstanciação das relações de força e violência que elas encerram, capazes de produzir efeitos reais sem “dispêndio” aparente de energia”.

De acordo com Carlos (1992) o espaço urbano pelotense na segunda metade do século XIX, sofreu profundas transformações e, como produto histórico que é, se formou influenciado pelas variáveis sociais, culturais e econômicas que caracterizam a produção humana, refletindo objetos e necessidades impostos num dado momento histórico. Ainda, seguindo tal corrente, em Aguiar a arquitetura e o traçado de ruas são, sem dúvida, o registro físico do respectivo lugar, mas também são modos de pensar, sem linguagem. Portanto, o espaço é portador de um significado, cuja expressão passa por outras formas de comunicação. A força de uma imagem se mede pelo seu poder de provocar uma reação, uma resposta.

Constantino (1994) e Pesavento (1990) afirmam que no decorrer do século XIX, assiste-se à implantação de padrões culturais citadinos na Província, especialmente na região em foco. Padrões estes, influenciados por imagens do Velho Continente.

Acompanhando a internacionalização de uma ordem burguesa de matriz europeia, inverte-se a relação campo-cidade e a urbe aparece como o “lugar onde as coisas acontecem”. Ligado à modernidade, o fenômeno urbano é responsável por uma série de complexas relações relacionadas a aceitação/negação de novos valores, vantagens/desvantagens de novas conquistas. A contrapartida cultural desta ampla gama de transformações materiais e sociais pode ser entendida como modernidade e se traduz em comportamentos, sensações e expressões que manifestam o sentir e o agir dos indivíduos que vivenciam aquele processo de mudança.

Freitas (1997) aborda sobre o desenvolvimento da cidade, que deu-se segundo as necessidades e os interesses de charqueadores, estancieiros e comerciantes, onde aparecem os contrastes, através da organização e distribuição dos espaços, criando modelos idealizados, elegendo os lugares de acordo com uma visão, na maioria das vezes tendenciosa e elitista. Neste espaço, ainda hoje transparecem evidências do traçado original. Seus valores encontram-se exatamente nos contrastes existentes entre o lugar de matança e o centro urbano que transitam do padecimento ao bom gosto, do romantismo ao classicismo, da escravidão à erudição. A importância desta área dá-se também pela simbolização da passagem da mão-de-obra escrava para assalariada.

De acordo com Peixoto (2009) esta área está diretamente relacionada à formação e ao desenvolvimento do núcleo urbano, e reflete o período de apogeu econômico vivido pela sociedade charqueadora pelotense no século XIX. A Praça Cel. Pedro Osório localiza-se no ponto central da cidade e converge em seu entorno à história da formação urbana do município. O espaço reservado para ser a praça central foi inicialmente denominado de Campo, depois Praça Regeneração e Dom Pedro II e, novamente Regeneração. Durante a República mudou o nome para Praça da República e finalmente Coronel Pedro Osório.

Ainda na década de 1830, recebeu em seu centro (onde hoje é o chafariz) um Pelourinho, marco do poder de repressão do Estado imperial escravocrata e símbolo da autonomia administrativa municipal. Mas foi apenas na década de 1870 que o local recebeu os devidos melhoramentos, uma vez que foi somente neste momento que começaram a ser edificadas as palacetes dos charqueadores em seu entorno.

3.4.2 Espaço urbano (arquitetura/arqueologia)

Dentro do contexto de mudanças ocorridas na cidade, a mudança arquitetônica foi uma das mais radicais. É neste sentido que cabe descrever esta modalidade através da obra que traduz o enfoque principal da pesquisa, ou seja, a unidade doméstica pelotense que continha o material arqueológico estudado, priorizando o gênero. Nesse sentido, os aspectos internos e externos desta moradia terão destaque, exemplificando tais mudanças.

De acordo com Zevi (1994), o espaço interno, projetado para satisfazer uma necessidade específica – dar abrigo – é o conteúdo da obra arquitetônica, sendo este, o verdadeiro “protagonista” desta obra. Santos (2002, 36) afirma que as fachadas arquitetônicas são a divisória entre o espaço particular (do proprietário) e o espaço comum (espaço urbano), o limite entre o privado e o público, entre o individual e o social. As fachadas, porém, não só determinam esses dois espaços distintos, mas os qualificam, valorizam e caracterizam:

Enquanto elemento individual, que segue um esquema encomendado e projetado, as fachadas arquitetônicas não só cumprem uma função de limite entre o interior e o exterior dos prédios construídos, como também satisfazem às necessidades dos espaços interiores de comunicação, de iluminação e de aeração. As fachadas são espaços topológicos onde entram em relações elementos funcionais e ornamentais, diferentes materiais, texturas e cores. É através dessa ótica que podemos definir uma obra arquitetônica como um espelho, onde se refletem a riqueza, os ideais e o gosto de seus proprietários. Esse espaço topológico que vela, aos olhares indiscretos dos transeuntes, a intimidade dos seus espaços interiores.

Continua a premissa, ao abordar os detalhes que estas podem conter, como pilastras divisórias, cartelas, brasões de identificação com as iniciais do proprietário, frisos decorativos, símbolos que insinuam a função para a qual foram projetadas, enfim, inspirações e resoluções que são a própria “assinatura” de seus construtores.

Em Pelotas, as construções arquitetônicas das fachadas de estilo colonial:

- construções geminadas ou em fita;
- casas de porta e janela;
- casas de meia morada;

- casas de morada e meia;

Estas ocupavam todo o espaço do lote. A partir da metade do século XIX, foi “adicionado” à estas fachadas, o estilo Neoclássico (platibandas, frontões e capitéis gregos, jardins laterais e centrais, gárgulas e colunas palladianas e por vezes, construções erguidas no meio do terreno. Estas novas “tendências”, eram oriundas da corrente Historicista Eclética, umas correntes estilísticas francesas e que utilizava novos materiais e novas técnicas construtivas, dava maior valor à riqueza ornamental das construções: “(...) à medida em que os arquitetos se voltam para os estilos arquitetônicos do passado, buscando elementos ornamentais de linguagens variadas – tanto de época, quanto de lugares diferentes – aplicando-os, repetindo-os e conjugando-os em seus programas de composição de fachada, citam através de seus elementos estéticos diferentes, a história da arquitetura” (WEIMER, 1992, 13).

Santos, leva em conta também, as considerações de Schlee (1994, 107), quando aborda sobre a arquitetura pelotense e afirma que no decorrer do século XIX até o início do século XX, as fachadas dos prédios sofreram diversas mudanças. Neste caso, o autor denominou o estilo de Ecletismo Historicista Tipológico, ainda, Carlos Santos, leva em conta também a subdivisão do estilo, proposta por Patetta (1987, 14-15), de Pastiches Compositivos. As tais abordagens, soma-se a posição de De Brenna (1987):

(...) a adoção do neoclassicismo como estilo oficial do império não impediu que tendências de caráter eclético – expressão de um gosto diferente, ligado à estética do ‘pitoresco’ e a uma concepção “romântica” da ambientação continuem se manifestando ao longo do século XIX, principalmente na arquitetura residencial e nos jardins.

Ainda, Nascimento (1989), aborda sobre outra influência europeia presente na arquitetura pelotense, a italiana que aparece através das obras realizadas por José Izella Merote. Estas, as obras arquitetônicas, aparecem sobretudo, no entorno da Praça Coronel Pedro Osório. As composições ornamentais das fachadas deste prédio aglutinam elementos variados.

Neste contexto, surge a residência de Francisco Antunes Maciel, o Barão de Cacequi. Tal residência aparece como estudo de caso da pesquisa, constituindo-se em uma das unidades domésticas de onde foram resgatados os artefatos arqueológicos

analisados por mim. O material arqueológico é composto pela louça resgatada na intervenção arqueológica realizada no ano de 2002 pela equipe do LEEPARQ/UFPel na edificação, e este material encontra-se, hoje, armazenado e acondicionado nesta mesma instituição.

No ano anterior à intervenção, em 2001, a edificação juntamente com a antiga residência do Barão de São Luis, Dr. Leopoldo Antunes Maciel e a residência pertencente ao charqueador José Vieira Viana, participou do programa BID/MONUMENTA, um programa federal, patrocinado pelo Banco Internacional de Desenvolvimento, com o objetivo de restauração e conservação de monumentos históricos. Neste período, as três edificações “ganham outro nome”, respectivamente, “casa 8”, “casa 6” e “casa2”.

Também, objetiva o resgate da cultura material da área urbana central da cidade de Pelotas e com isso trazer à tona novos elementos para a constituição de narrativas sobre o passado da cidade, oferecendo novas perspectivas para pensar identidades e memórias das comunidades locais e possibilitando outra visão do passado da cidade, através da análise dos vestígios materiais que revelam padrões e hábitos de consumo, assim como as revelações econômicas, sociais e culturais urbanas de Pelotas (PEIXOTO, 2009, 55).

De acordo com Santos (2002) a residência Francisco Antunes Maciel ou casa 8, foi edificada por José Izella Merote no ano de 1878. A edificação é de esquina e apresenta duas fachadas, a principal está voltada para a Praça Cel. Pedro Osório e possui maior riqueza decorativa. O prédio guarda uma certa distância da construção vizinha, através de um jardim lateral que dá acesso ao interior da residência. Um outro jardim, localizado na fachada lateral e dividindo-a em dois blocos, responde a este primeiro: “(...) os jardins centrais ou laterais surgem na arquitetura brasileira a implantação do estilo Neoclássico, satisfazendo as necessidades de iluminação dos ambientes interiores das construções, como também de aeração e ventilação dos aposentos (...)” (FILHO, 1987, 44).

Carlos Santos (2002) continua descrevendo a residência, quando afirma que esta estava embasada (*alicerces*), por um porão alto, sendo que na sua superfície externa é ornada através de bossagens (*desenhos feitos sobre o reboco, imitam os*

relevos de pedra), e vazada por amplas gateiras ou óculos²⁴. De acordo com Reis Filho (1987, 40), são “peculiarares” à tradição das edificações assobradadas típicas do período e estilo colonial e das casas térreas posteriores a este período. Neste sentido, Peixoto (2004) aborda sobre a parte interna destes, dos porões mais próximos do pátio interno²⁵, com um pé direito mais elevado e apresentando registros estruturais de utilização (pisos de tijolos, colunas, escada de acesso), devem ter sido usados como área de serviços, inicialmente pela escravaria e, posteriormente, pelos trabalhadores assalariados.

Santos (2002) continua com a descrição externa da casa, quando afirma que o porão possui frisos (*relevos lineares*) no sentido horizontal, evidenciando a divisão do porão e do pavimento principal, e deste em relação à platibanda (*no caso, mureta de alvenaria vazada, que no topo das paredes, serve para o encobrimento das águas dos telhados, compondo ornamentalmente uma fachada*). Cinco janelas rasgadas por inteiro abrem-se para sacadas isoladas, trabalhadas em ferro forjado. As três janelas centrais são encimadas por almofadas²⁶. As janelas laterais seguem iguais as primeiras, as da fachada principal.

Na superfície da fachada, quatro pilastras com fustes (*partecentral ou corpo de uma coluna*) decorados com caneluras e capitéis compósitos arrematam os cunhais (*ângulo externo e saliente, formado por paredes convergentes, com decoração em relevo*) e dividem o espaço topológico em três corpos distintos. O central, delimitado pelas pilastras e frisos correspondente ao frontão (*elemento que coroa as fachadas dos edifícios, no caso, com formato triangular*), que coroa a construção, determinando-a. Outros dois, laterais a este primeiro, complementam-no e equilibram-no simetricamente.

A platibanda intercala espaços cegos e vazados (que correspondem às divisões da superfície do pavimento principal), preenchidos com balaústres (*pequena coluna de cimento utilizado em platibandas e parapeitos*), sendo que a parte central e cega, embasando o frontão, é ornamentada com uma grega. O frontão, de características Barrocas, é formado por linhas curvas e decorado por guirlandas (*ornato em forma de*

²⁴ Aberturas de forma circular ou elíptica para a passagem de ar ou de luz.

²⁵ Porção ocidental da casa.

²⁶ Segmento da fachada, superior às aberturas preenchido com elementos decorativos em relevo de massa de cimento, limitado por consolos, ou seja, por uma peça saliente que sustenta vasos ou estátuas

arranjos de flores, de folhas, no caso, arranjo de flores) sinuosas, curvas, contracurvas e volutas, tendo no centro uma cartela (*ornato de origem barroca, representado por um papel enrolado, parcialmente aberto, formando recortes decorativos. É colocado no meio do frontão para gravar-se uma inscrição, no caso, as iniciais do proprietário: F A M*). Sobre a platibanda estão dispostos vasos e estátuas, no caso, ao lado direito do frontão, “EUROPA”, e do lado esquerdo, a “ÁSIA”, estátuas vindas da cidade do Porto.

Ainda, chama atenção para as gárgulas²⁷, colocadas sob as sacadas, que eram utilizadas desde a Grécia para o escoamento das águas pluviais dos templos, e que durante o período Gótico passaram a ter também caráter ornamental; as decorações que encimam as janelas rasgadas por inteiro das fachadas por inteiro das fachadas recuadas, limitam ao fundo, os jardins e remetem-se aos arcos empregados na arquitetura árabe; os lambrequins (*madeira torneada com motivos florais*), que protegem e decoram as varandas, típicas do Neoclassicismo e do Historicismo Eclético brasileiro.

Continua, ao afirmar que todo “arranjo decorativo” aplicado à fachada principal se repete na fachada lateral da edificação. O segundo bloco do prédio, que sucede ao primeiro após o jardim lateral, e que se destinava aos serviços, possui decoração ainda mais simplificada. Neste sentido, a edificação apresenta uma série de ornamentos pertencentes ao Neoclassicismo. Estes estão conjugados a outros peculiares a estilos variados, cuja somatória, resulta no Historicismo Eclético/Pastiche Compositivo.

Introduzida no Brasil desde os meados do século XIX, a corrente arquitetônica Historicista Eclética, firmou-se no final da década de 1870, possibilitada pelo rápido desenvolvimento econômico de algumas regiões e pelo enriquecimento de suas sociedades estruturadas na exploração e exportação de riquezas, como: a borracha, na região Norte; na região Sudeste, o café e na região Sul, o charque. A riqueza rapidamente acumulada pelas elites destas regiões propiciou a importação de novos materiais construtivos, de novas técnicas edificatórias, como também de elementos funcionais e ornamentais e de arquitetos estrangeiros, contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento da mão-de-obra especializada.

²⁷Abertura por onde corre a água de um chafariz ou fonte

No Brasil, estas “novidades” foram utilizadas e transformadas de infinitas maneiras nas fachadas dos prédios edificadas. Estes foram submetidos aos anseios, criatividade de proprietários ou empreendedores, arquitetos e construtores.

Utilizei no estudo do material arqueológico, a louça, recolhida pela equipe do Leeparq/Ufpel no ano de 2002, relatórios, fotos, anotações, manuais e catálogos com informações pertinentes ao mesmo, bem como, da “casa 8”. Dentro de tal Contexto, na continuidade do enredo se misturarão considerações do grupo e outras pesquisadas por mim.

Peixoto (2009, 58-59) descreve os procedimentos metodológicos utilizados durante a intervenção arqueológica realizada na casa 8 – residência de Francisco Antunes Maciel:

“...os procedimentos de salvamento realizados na casa 8, iniciaram precisamente uma semana após de terem sido iniciados os trabalhos da empresa de engenharia responsável pelas obras de recuperação do telhado e construção do sistema de drenagem. Por tal razão, os trabalhos iniciaram no ritmo de acompanhamento da retirada de terra pelos pedreiros, possibilitando que fosse utilizada a metodologia de escavação através de trincheiras, mas neste caso, a identificação das camadas estratigráficas ficou prejudicada pelas condições do solo, extremamente úmido e alagadiço.”

A maior preocupação da equipe de arqueologia durante o trabalho foi retirar o maior número de fragmentos possível e coletar todas as informações relativas à área de intervenção:

(...) o ritmo acelerado dos pedreiros impossibilitou também que peneirássemos a terra para retirada de micro-fragmentos. Os porões foram escavados no sistema de decapagem de trincheiras, até uma profundidade de 50cm. Na área do pátio, mesmo escavando em sistema de quadrículas, também trabalhamos com um nível único de 0-50 cm. Em alguns setores a equipe de engenharia, em virtude da realização de poços de drenagem, cavou até uma profundidade de 1m, possibilitando que fizéssemos uma sondagem do terreno. Foram escavados um total de 48 setores, entre porões, pátios, jardins e calçadas (Peixoto, 2009, 61).

Ainda, de acordo com a equipe de pesquisa do LEPAARQ/UFPel, as evidências arqueológicas da cultura material exumada na residência em questão, confirmam a “obediência” aos novos conceitos de higienização, através da percepção de espaços

definidos para o descarte de materiais, colaborando assim, com o amplo processo de urbanização e modernização na cidade de Pelotas no século XIX.

Na França setentista, as ações higienistas projetavam evacuar não só o lixo, mas também os vagabundos, os fedores pútridos e a “infecção social”. Para desinfetar e desodorizar, foi instituído um policiamento sanitário orientado por médicos. Tais preocupações cresceram no final do século XVIII nas cidades europeias, associadas a complexidade do fenômeno urbano e ao crescimento populacional, à emergência do capitalismo e a industrialização(FOUCAULT, 1977, 145)

De acordo com Lima (1996) surge neste século na França, a medicina social urbana, apregoando boa circulação da água e do ar; organizar a distribuição e sequências de ações indispensáveis à vida em comum. Foram difundidas regras de higiene pessoal e coletiva de manutenção das moradias, de descarte e remoção do lixo para locais periféricos, de inspeção de feiras e criação de novos bairros. Tânia Andrade (1996) continua a premissa de que buscava-se através da inspeção nos níveis privado e público, transformar a cidade doente em uma cidade sadia, limpa e ordenada, requisito fundamental para implantação e consolidação de uma sociedade moderna.

Complementando o pensamento, Tocchetto (2004), aborda o distanciamento social provocado por tais discursos, quando afirma que as residências passaram a ser modeladas de acordo com interesses elitistas, a excluir espacialmente populações menos favorecidas economicamente da zona central, as quais passaram a ocupar as zonas periféricas. Ainda, a autora alerta para o distanciamento entre a divulgação de um discurso higienista moderno e sua prática “implantada” em uma sociedade tradicional em um processo de mudança do modo de produção escravista para o capitalista.

O perfil do material arqueológico recolhido da “casa 8”, evidencia o fortalecimento da economia, que por meio da intensidade da exportação do charque, insere-se firmemente no mercado internacional. Revela também, que gastos são constantes, dada a necessidade de adaptação às novas modas, além dos custos de manutenção e rotatividade (fragilidade) desse tipo de material.

O surgimento das forças de mercado no mundo capitalista tem um significado prático para os pesquisadores da Arqueologia Histórica, pois a grande maioria dos objetos utilizados pelos americanos após o período colonial não foi feita por ele mesmos. Com frequência, homens e mulheres tiveram que selecionar, a partir de um grupo amplo, porém finito, os objetos que desejavam usar (ORSER, 2005, 64).

Shammas (1990) destaca as mudanças no ambiente doméstico acarretado pelo ideal de privacidade que a aristocracia europeia ocidental começou a adotar a partir do século XVI. No Brasil, tais mudanças ocorrem somente três séculos depois, no século XIX. Entre as mudanças, a compartimentação dos domicílios, garantindo uma privacidade para seus ocupantes, como a sala de jantar, gabinetes e ao mesmo tempo ocorreu um investimento na mobília, bem como acessórios para o lar, incluindo itens ligados à alimentação, tais como facas, garfos, cristais, porcelanas, aparelhos de chá e de café e semelhantes.

De acordo com Sodré (1989), no século XIX a privacidade entrou em sua “idade do ouro”, com a domesticidade tornando-se a marca registrada do modo de vida burguês. Dentro deste Contexto, as mercadorias deixaram de ser somente itens utilitários ou símbolo de status e sucesso para serem revestidas de significações pessoais, adquirindo um conjunto de associações que não tinham a ver com seu uso. Os objetos, assim, ganharam valor em si mesmos como expressões de personalidade, como sendo o programa e a realidade da vida burguesa, e mesmo como transformadores do homem.

(...) os investimentos no conforto doméstico e a necessidade de transformar determinados recintos da casa em espaços de sociabilidade demonstra a penetração do ideal burguês. Em uma sociedade que se tornava cada vez mais complexa, na qual a diferenciação social tendia a aumentar juntamente com o processo de urbanização, os objetos passaram a ser cada vez mais fetichizados, transmutados em *signos* de distinção entre grupos, exercendo assim, uma função instrumental na formação da ordem social” (SYMANSKI, 2002, 47).

Bourdieu (1983) afirma que mais que a disponibilidade econômica para dispor destes bens, o que estava em jogo era a maneira de usufruí-los, a capacidade de transmutá-los em signos, em valores que simbolizam a posição diferencial de seus usuários dentro de uma estrutura social.

De acordo com Anjos (2000, 56) “(...) a influência dos grandes centros europeus na cultura e nos costumes brasileiros no século XIX foi bastante grande e afirma que Pelotas não fugiu a regra e foi bastante privilegiada neste sentido”.

Enriquecida pela indústria do charque, a cidade usufruiu das benesses que o dinheiro pode proporcionar. O contato com o mundo se dava através do porto, de onde partiam navios carregados de charque para o Rio de Janeiro e Bahia, Europa, Estados Unidos, voltando cheios de novidades endereçadas a charqueadores e comerciantes. Diversas companhias líricas e teatrais desembarcavam para divertir e emocionar as platéias pelotenses com dramas e comédias, óperas e operetas, zarzuelas²⁸ e vaudevilles²⁹, apresentadas no Teatro Sete de Abril, que teve seu prédio inaugurado em 1833, sendo o quarto no Brasil e o mais antigo teatro em funcionamento no país.

Também, não eram poucos os filhos de industrialistas pelotenses que partiam para estudar em grandes centros europeus ou mesmo em São Paulo e Rio de Janeiro e voltavam impregnados de polidez e costumes europeus.

Complementa o pensamento, quando chama atenção ao fato de que a cidade de origem e cultura tipicamente luso-brasileira, na segunda metade do século XIX, se mostrará inteiramente cosmopolita, resultado de intenso intercâmbio realizado entre os representantes das diversas etnias que se fixaram em Pelotas.

Ainda, o movimento colonizador de Pelotas inseriu-se no processo de especulação imobiliária, ocorrido a partir da Lei Provincial nº 304 de 1854, que não se baseou mais na doação e sim na venda do lote ao imigrante. Rica e em desenvolvimento, a cidade de Pelotas passou a exigir melhoramentos urbanos de todo tipo. Nesta “urbe”, o estrangeiro tornou-se hegemônico no ramo comercial. Havia armazéns de “secos e molhados” com vendas por atacado e varejo, ferragens, lojas de fazendas e roupa pronta, joalherias, comércio de miudezas, drogarias, lojas de chapéus e semelhantes.

Neste contexto, com o objetivo de “recuperação” destas memórias, foram utilizadas as práticas que de acordo Thiesen (1999) caracteriza a arqueologia urbana, preocupada em compreender o processo de formação do espaço urbano que de acordo

²⁸ Obra dramática e musical espanhola, com declamação e canto

²⁹ Teatro de revista

com Juliane (1996) passa a ser um corpo unificado e significativo de recursos materiais componentes de um grande sistema urbano interconectado. Neste contexto, conforme Beatriz Thiesen (1999) a cidade passa a ser vista como um sítio arqueológico, cujos artefatos possuem formas e técnicas próprias. Ainda, afirma que o desenvolvimento deste conceito “visualiza” a cidade como uma forma específica de organização social.

Conforme Vieira (2006), a memória urbana está sempre se transformando, em virtude de que os grupos que a guardam na lembrança, desaparecem. Sem estes, os grupos, o que resta como lembrança são as transformações do lugar produzidas e materializadas na paisagem urbana, onde o espaço constituído é revelado como o elemento principal.

É no lugar que temos que analisar o modo como é ‘produzida’ a existência social dos seres humanos. Trata-se do lugar entendido como espaço ocupado, a porção do espaço em que está a materialidade, esta, compreendendo e constituindo os processos e relações sociais desenvolvidas ao longo do tempo (JULIANI, 1996, 83).

Peixoto (2009) faz uso da abordagem feita por Funari (2003) quando este afirma que a cultura material utilizada como objeto de pesquisa da Arqueologia inclui toda e qualquer coisa que tenha sido produzida materialmente pelo homem para satisfazer suas necessidades. Neste espaço, estão a moradia, a produção de alimentos, o lazer, a educação, a locomoção e semelhantes. Nesta materialidade, estão imbricados os aspectos simbólicos e pragmáticos da cultura; estes objetos carregam consigo, ao mesmo tempo, a sua dimensão prática (função de uso) e dimensão simbólica (conjunto de valores, princípios éticos, padrões de comportamento), associadas a estes objetos, na sua fabricação e no seu consumo.

A cultura material é carente de significado por si mesma, esta só adquire significado, uma dimensão ativa e ideológica, dentro de um sistema cultural determinado. Desta forma, se partirmos do princípio de que os objetos produzidos e utilizados pelos homens são ativos, dinâmicos, portadores e geradores de significados, encontraremos por meio de sua análise, uma linha alternativa para estudar as pessoas e seu mundo social. O estudo, a avaliação dos múltiplos Contextos de significação da cultura material dentro da sociedade. Por não serem fixos tais significados, podem sobrepor-se, e esta pluralidade que faz com estes objetos sejam específicos de um grupo (ZARANKIN/SENATORE, 2002, 9).

Ilustrando o pensamento, Andrés Zarankin e Maria Ximena Senatore (2002) abordam sobre temas relevantes que facilitam o entendimento das sociedades. São as mudanças no uso da cultura material na construção de identidades, tanto no que se refere a etnicidade, status, gênero e idade; tais mudanças expressam novas hierarquias e relações de poder, exigindo estudos exploradores de cada Contexto social. Ainda, Funari (2005) afirma que entre as questões contemporâneas mais recorrentes, devem mencionar-se as relações de poder. O estudo da cultura material histórica permite conhecer as tensões sociais e a variedade de situações vivenciadas.

Já, em momentos anteriores foi abordado por mim, que o trabalho decorre utilizando a corrente metodológica pós-processualista, portanto, de acordo com esta corrente, Funari (2007) afirma que a cultura material poderia ser considerada como um sistema de sinais em código que constitui sua própria língua material, ligada à produção e ao consumo. Esta linguagem, não reflete, de forma direta, as estruturas significativas de uma língua em outra forma, como se, a cada passo, a analogia entre sistema de linguagem verbal e material devessem corresponder rigorosamente. Pedro Funari faz uso das considerações de Barthes (1981) e Foucault (1977) quando argumentam sobre a linguagem e afirmam que esta não pode ser um sistema fechado.

Na arqueologia, há dois discursos a serem analisados: aquele da cultura material e sua representação em forma de texto, sobre a cultura material. A discursividade da cultura material, objeto de atenção básica da Arqueologia, tem merecido particular consideração. A cultura pode ser concebida como constituída por uma série de signos metacríticos, signos cujo sentido mantém-se radicalmente disperso por uma cadeia aberta de significantes-significados.

“O sentido do registro arqueológico, nesta perspectiva, não se reduz aos seus elementos constitutivos, mas o que se busca são as estruturas, e os princípios que compõem essas estruturas, subjacentes à tangibilidade visível da cultura material”.(FUNARI, 2007, 49)

Los estudios en arqueología histórica orientados a este fin han sido capaces de a demostrar que las asociaciones entre la información arqueológica y el comportamiento en el pasado se encuentran pautadas y resultan predecibles de formas específicas. La arqueología histórica ha sido aplicada a la evaluación de un número de métodos y presupuestos comúnmente empleados en análisis e interpretaciones arqueológicas (DEAGAN, 2008, 76).

3.4.3 Redes sociais – produção - economia

De acordo com Comissoli (2009) as redes sociais traduzem as ligações entre sujeitos individuais e coletivos, tornam-se unidades perpetradoras de ações humanas e sociais. Neste sistema social, os elos pessoais ostentam forte dose de submissão e dependência. A submissão consiste em uma relação vertical de poder.

Ao se processar a grande divisão do trabalho entre estâncias e charqueadas, desenvolveu-se nestas últimas, um sistema baseado no trabalho escravo, centralizado no município de Pelotas e circunvizinhanças. Nos centros urbanos condensava-se numerosa população escrava, ocupada na produção artesanal e nos serviços domésticos. (desde logo, considera-se o problema da supervisão e da vigilância, crucial em todos os sistemas de produção, baseados na oposição entre o trabalhador e o proprietário dos meios de produção). Quanto maior a oposição, tão mais o papel da supervisão e da vigilância desempenham, mas ao mesmo tempo, eram atitudes anti-econômicas, em contra partida, o escravo que não era explorado diretamente no trabalho pastoril, afeiçoava-se ao senhor e não havia a aspiração deste de fugir (FREITAS, 2003, 453-454).

Décio Freitas (2003) continua a premissa ao afirmar que dentro desta “rede”, o senhor era bom ou mau, segundo as suas atitudes com os escravos. Este, dava tratamento extremamente brutal ao escravo destinado à produção de mercadorias, pois este escravo, constituído em uma forma de capital, devia produzir em um tempo menor possível, a mais valia prevista. Uma vez obtido tal lucro, pouco se importava se este, o escravo ficasse inútil ou morresse. Ao passo que o escravo doméstico, comprado para consumo, não dava lucro. O senhor o comprava com a parcela de mais valia que consumia pessoalmente, ao invés de aplicá-la no processo de produção, mediante à compra de terras ou de gado. Uma vez que sua morte representava prejuízo, era necessário tratá-lo bem para prolongar sua vida. Neste caso, havia “livros de medicina caseira”. Freitas (2003, 455) faz uso de um trecho do Diário do Conde de Piratini:“(…) todo o bom tratamento aos escravos, principalmente nas ocasiões em que estejam doentes. Precisam andar sempre limpos e a alimentação deve ser farta, permitindo-lhes plantar gêneros e criar galinhas (...)”.

Freitas (2003) complementa tal fato, ao abordar sobre o “caráter impuro” do capitalismo mercantil gaúcho. Afirma que este sistema se manifestava na existência de

algumas instituições “semi-feudais”, denominadas posto. O posto situava-se nas divisas dos campos, especialmente nas proximidades dos passos dos rios. Compunha-se de um ou dois ranchos para moradia e acomodações para animais, como poteiros e mangueiras. O encarregado do posto, ou posteiro, era geralmente um índio ou um mestiço inteiramente da confiança do estancieiro. Vivia na companhia da sua china (mulher) e dos seus filhos, sendo ajudado por negros velhos ou por outros índios que viviam em outros ranchos.

Afora o direito de morar, podia o posteiro cultivar gêneros e criar algumas vacas, porcos ou galinhas para sua subsistência. Incumbia-lhe, em troca, prestar ao estancieiro uma série de serviços: evitar roubos e intrusões na propriedade, costear o gado e cooperar nos rodeios. Esse trabalho era gratuito, configurando, pois, uma modalidade de corvéia. Em grandes estâncias, podia haver três ou quatro posteiros, ajudados por um peão pago ou por um escravo, colocados à sua disposição pelo estancieiro (CÉSAR, 1978, 39-40).

Maestri (2007) colabora ao abordar a vida do escravo, “dentro da economia e da praticidade”, se utiliza do pensamento de Luccock (1975) quando este afirma que o preço que se pagava era alto, havendo dificuldade em consegui-los, justificando assim, o bom trato. O autor continua ao lembrar que uma das leis do modo de produção escravista era de que a força de trabalho não se reproduzia por naturalidade, e os óbitos superavam as natalidades. O empenho de extorquir rapidamente a “mais – valia”, destruía também rapidamente a força de trabalho, impedindo assim, seu crescimento natural.

A criação do escravo, do nascimento à idade produtiva, seria antieconômica, dado o custo de sua manutenção durante o período de tantos anos. A solução seria sempre a compra de um novo escravo com a parcela da mais valia produzida por outro escravo. Semelhante “lei” não era válida para o sistema de escravaria doméstica, em que o escravo produzia o valor de troca, não qualquer mercadoria.

(...) nossa velha casa patriarcal não pode ser imaginada sem a presença do escravo ‘solícito’: no intra-muros, a vida subindo e descendo escadas, carregando sacos de lixo, feixes de lenha, tigres (penicos) com as necessidades fisiológicas dos sinhozinhos e nanhás, potes d’água, subindo e descendo as janelas de guilhotina; abanando e afastando as moscas do patriarca à mesa, esfregando a areia molhada nos assoalhos sempre limpos, fazendo comida, fazendo velas, fazendo sabão e cinzas. O negro foi elevador, guindaste esgoto e ventilador (LEMOS1989, 11-12).

Farinatti (2004) conclui a premissa quando afirma que ao longo de boa parte do século XIX, o trabalho escravo tornou-se uma parte essencial da mão-de-obra nos estabelecimentos “pecuários” da província. Também, este tipo de mão-de-obra tornou-se necessário em outras áreas, serviços domésticos, construções e reparos. Neste sentido, a elite dos grandes criadores de gado, imperava sobre uma base cada vez mais de pequenos produtores. Nas novas realidades, a posse de escravos foi também um fator importante na definição da concentração de recursos produtivos. Os grandes criadores também eram os que possuíam maior número de escravos.

Segundo Osório (2000), conforme a análise do patrimônio dos “negociantes” das três praças mais importantes da província, Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo, foram agrupados conforme os tipos de bens predominantes em seus patrimônios e/ou a combinação de tipos de atividades que praticavam. Determinou-se assim a existência de seis sub-grupos, cuja homogeneidade foi confirmada pela análise da composição média das fortunas. O primeiro grupo é o dos comerciantes-charqueadores, que além destas duas atividades, são produtores pecuários e grandes proprietários de escravos; os rentistas urbanos, para além da predominância dos imóveis em suas fortunas, foram charqueadores e comerciantes, os estancieiros, donos de bens rurais, prestamistas, “agiotas”, os comerciantes-agricultores, suas fortunas dividiam-se nos bens rurais e dívidas ativas e se constituindo no sub-grupo maior, os comerciantes, cujas fortunas se dividem entre bens comerciais, dívidas ativas e prédios urbanos.

De acordo com Helen Osório (2000, 120) “(...) hierarquicamente, são assim classificados de acordo com sua importância no mercado e sua “fortuna”: charqueadores-comerciantes, rentistas urbanos, comerciantes agricultores, comerciantes, prestamistas e estancieiros”. Justificando tal classificação, o grupo dos charqueadores são os maiores proprietários de escravos, - média de 67 à 70 – grande parte especializada nas tarefas da charqueada, mas também marinheiros, oleiros, campeiros, pedreiros, alfaiates, sapateiros e tanoeiros.

Os bens rurais são essencialmente compostos pelas valorizadas terras ao redor do canal de São Gonçalo, localização ideal e necessária para a produção do charque e escoamento da produção através do porto de Rio Grande. As instalações das

charqueadas (varal, galpão, armazém de despejo e senzala), custavam em média, o preço de quatro escravos.

De dez charqueadores, três apenas eram estancieiros, produtores de gado, os outros, compravam os animais para abate. Os estancieiros dedicavam-se simultaneamente à agricultura, produzindo trigo e farinha de mandioca. Outros charqueadores possuíam olarias, formas alternativas de ocupar os escravos, compensando a atividade sazonal da charqueada”.

Neste sentido, Osório (2000) segue afirmando que esta “categoria” foi a maior negociante, pois diversificavam suas atividades, possuíam lojas, barcos, produziam charque, emprestavam dinheiro, alguns eram grandes estancieiros e produtores agrícolas.

Dalmazzo (2004) aponta que o acesso e a posse da terra foram essenciais para a diversificação socioeconômica regional sulina, da qual emergiram diversas atividades de produção, um grande elenco de produtos agrícolas, manufaturas e atividades comerciais, características distintas daquelas que se constituíram nas regiões das lavouras modernas e especializadas de café, cana-de-açúcar, pois a especialização, ou a monocultura, inviabilizava a ocupação de terras férteis para cultivo diversificado de bens de subsistência. Os interesses pelas possessões de terra tinham muita influência junto ao Império e restringiam os projetos de colonização nas áreas potenciais de expansão das lavouras de café e cana-de-açúcar, bem como nas áreas das pradarias no sul, reservadas à pecuária. Neste Contexto, então, reservou-se a metade norte sulina para os projetos imigratórios.

A imigração alemã teve três objetivos concretos, povoamento e colonização de novas fronteiras agrícolas, fornecer bens de subsistência aos postos militares e facilitar os deslocamentos das caravanas comerciais. A imigração italiana serviu para a promoção do abastecimento do mercado interno com bens alimentares coloniais e formar núcleos coloniais de imigrantes “bem-sucedidos”, como exemplo e foco de atração para imigração estrangeira.

O mercado interno encontrava-se em franca expansão pela crescente urbanização, atrelada ao surgimento da indústria, ao comércio, aos serviços, ao aparecimento do trabalho assalariado e a crescente monetarização dos ganhos.

Portanto, a lavoura colonial teve uma importante fonte de dinamismo no mercado interno.

Renato Dalmazzo (2004) continua ao afirmar que, como as dificuldades de monetarização da produção enfrentada pelos colonos eram grandes, devido à desorganização e a carência de meios, armazéns e sistema de transportes, o que limitava o acesso aos demais bens não agrícolas e meios de produção. Por consequência, elas estimulavam os empreendimentos artesanais, utilizando o trabalho familiar, para satisfazer as necessidades locais, tanto de bens de consumo como de meio de trabalhos. Apesar da pecuária-charqueadora estabelecer relações comerciais com e através do Prata, o desenvolvimento dos centros comerciais de Pelotas e Rio Grande, deslocou o eixo das exportações para fora da província.

A inexistência de estradas e meios de transporte adequados foi uma constante durante o século XIX, o que dificultava as trocas com os diferentes núcleos de colonização, com o mercado interno urbano e das estâncias da Campanha com os mercados externos. Mesmo assim, o sistema de transporte da produção colonial pelos rios que desembocavam no estuário do Guaíba e pelas estradas de ferro, “guindaram” Porto Alegre o principal centro econômico para as colônias. As cidades de Pelotas e Rio Grande – e outras com menor valor na fronteira com o Uruguai – distinguiram-se como principais praças comerciais dos produtos da pecuária-charqueada. Nos principais centros urbanos, operavam os comerciantes das regiões coloniais e ainda, no século XIX, atuaram importantes agentes intermediários financeiros nacionais e estrangeiros.

(...) os comerciantes gaúchos recebiam dois terços de seus produtos fabricados na Inglaterra (tecelagem, metalurgia), ou da França (roupas e objetos de luxo); havia também as parcelas coloniais lusitanas, que buscavam produtos e alimentos, como bacalhau, azeite, azeitonas, legumes e outros. Na ausência de indústria, a importação de licores, vassouras, fósforos, pregos, panelas, sapatos, chapéus, ferramentas, louças, charutos; ao mesmo tempo em que importava os produtos mais comuns, a província já tinha uma clientela para produtos de luxo, quer nas cidades, quer entre os grandes proprietários (ROCHE, 1969, 13).

Pesavento (1990) aborda os produtos da “pecuária-charqueada” e sua importância nas exportações, quando afirma que estes representavam a quase-totalidade deste tipo de economia. Os produtos eram o charque, o couro cru e curtido e

a lã. Em contrapartida, no final do século XIX, as importações passaram a ser basicamente de produtos industriais e bens de capital (comércio).

3.4.4 A mulher

De acordo com Flores (2003) a sociedade gaúcha é caracterizada por ser uma sociedade extremamente machista e este rótulo, remete-se as origens da mesma:

- sociedade militarizada
- sociedade paternalista

Saffioti (2004, 55-56) faz uso da definição de Pateman para este “ônus” carregado pelas mulheres, o paternalismo – “refere-se à sujeição da mulher, singularizando a força de direito político e ao mesmo tempo, reforça este valor no homem apenas pelo fato deste ser homem”.

Neste contexto, a formação da mulher desde a mais tenra idade, foi direcionada para os cuidados das “lidas” e “prendas” domésticas, para as rezas, enquanto aguardava o noivo, que era escolhido pelo pai. Mas a liderança “singular” da mulher como mola-mestra do lar, não pode ser anulada e esquecida, pois sua participação ativa sempre deteve a estrutura da família e da sociedade. A mulher estancieira foi a que permaneceu na estância, administrando as “lides” campeiras e domésticas, tomando conta do lar, dos filhos, dos negócios do homem ausente, que rezava pelos vivos e chorava pelos mortos.

No século XIX forja-se a ideia de privacidade, fruto do individualismo burguês e revaloriza-se o espaço privado. Espaço este, que assume o papel praticamente inquestionável de símbolo do triunfo do espaço doméstico, obviamente para a vivência diária de homem e mulher. O ídolo nessa nova (ainda com ares antigos) ordem, será a dona de casa, cujo papel era entendido como essencial à conservação das famílias e a perpetuação das sociedades (GONÇALVES, 2006, 41).

Conforme Mauss (1996) desde que a Europa transpôs as fronteiras geográficas no século XVI e “descobriu” culturas diferentes, a História e a Antropologia nos fizeram ver que a distribuição entre os sexos, os ritos juntamente com regimes alimentares são

partes importantes de tradições, que o presente e o passado se entrelaçam para satisfazer as necessidades do momento. As tarefas femininas dependem da ordem cultural, diferem de uma sociedade à outra, cada mulher pode criar para si um estudo próprio, imprimir um “toque especial”, inventando uma maneira de caminhar através do material recebido.

Conforme Flores (2003) no século XIX, a vida da mulher era regada pela família e pelos dos ritmos do campo. A criação de animais, o galinheiro e a horta e a vigilância da “criadagem”, escravos e peões. Sendo a estância um lugar de grande extensão e movimentação, os lugares frequentados pelos peões e tropeiros, como o galpão, onde assavam as carnes e tomavam chimarrão, as moças da “casa grande” jamais penetravam.

Ilustrando as colocações feitas, Lessa (2002, 154) afirma que a presença feminina dentro do Contexto social da província, afetou “culturalmente” a gastronomia e assim, a culinária “importada dos Açores”, foi alterada, enriquecida e adaptada para as condições locais:

(...) na região do Jacuí – criação do gado leiteiro e plantação de milho: manteiga, queijo, pão de milho, beijú, broa de polvilho, bolinho de coalhada, milho verde, quirera, paçoca e pipoca. Da outra parte do mundo vieram a salsa, o alecrim, o louro e o manjerição, estas ‘especiarias’, vieram encontrar o feijão mexido, a sopa de feijão. Com a criação dos terreiros, surgem a galinha cozida, galinha assada ao molho pardo, o leitãozinho assado, queijo de porco, torresmo, sarabulho, morcilha preta, morcilha branca e linguça. Da fatura de carne bovina, resultou o ensopado com aipim, cozido com pirão, a rabada. Para os lados do Taquari, já ganham fama o bom mel, a laranja, a tangerina. Nesta região, surgem o trigo e as videiras, com elas, as sobremesas: canjica de trigo com leite ou com vinho tinto caseiro adoçado com o açúcar de Santo Antônio da Patrulha.

Geertz (1989) aborda sobre o alcance de uma interpretação de uma forma mais exata da imagem humana, quando afirma que a cultura é um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções que governam os comportamentos do homem dentro da história. É dentro desta realidade que se apresenta a mulher pelotense do século XIX. Conforme Ognibeni (2004), até a primeira metade deste século, grande parte dos charqueadores tinha suas casas junto ao estabelecimento de charqueada (graxeira, barraca de couros, galpão, senzala, quarto dos peões, armazém

para o sal, atafona, olaria/forno, cancha, currais, varais³⁰ e escritório de negócios), na margem costeira do rio Pelotas. Somente na segunda metade do século amplia-se a compra de casas de moradias na cidade, quando os charqueadores e suas famílias passam a dividir seu tempo entre as duas residências, mas o dono das propriedades, ou seja, o charqueador, passava mais tempo cuidando de seus negócios na cidade.

Neste caso, Denise (2004) afirma que a forma mais fácil de adaptar-se a “nova” situação e manter as propriedades nas mãos de um mesmo grupo ou família era o casamento. Estes aconteciam entre forasteiros (comerciantes do ramo dos charqueadores), pois a passagem da condição de comerciante para proprietário de bens, terras e senhor de escravos, era uma mudança significativa em seu status. Mas as uniões eram realizadas através do sistema de compadrio (criação de laços de solidariedade expressados principalmente pela cooperação econômica e associação política). A justificativa para existência de tal “instituição” ou “sistema”, era que para administrar os negócios familiares e da casa era necessário contar com a ajuda de indivíduos agregados às famílias, vizinhos, com quem eram estabelecidos laços de amizade³¹ e parentesco por meio de casamentos entre filhos ou na associação com negócios comuns.

(...) as charqueadas nestes casos, eram espaços complexos públicos e privados interrelacionados. Ex: (...) o charqueador José Domingues de Almeida era vizinho e amigo de Antônio José Gonçalves Chaves, de quem contava com o apoio para os negócios de casa e das charqueadas, assim como também contava com seu compadre José Félix, que era professor de seus filhos e vivia estabelecido em suas terras (OGNIBENI, 2004, 187).

Desta forma, o compadrio não se dava somente para estabelecer laços externos, mas eram garantias da proteção dos filhos após a morte dos pais, pois de acordo com o costume, o padrinho deveria doar em testamento, uma “boa” soma em dinheiro ou propriedades ao afilhado. No caso, para as filhas ou afilhadas, esta soma equivaleria ao dote e, após o casamento, quem “gerenciava” este dote trazido pela noiva, era o marido. Ainda, em uma casa que desejasse ter filhas prendadas, aptas a arranjar um

³⁰ Local onde se colocava a carne, o charque para secar (um grande sarrafo, sustentado por outros dois em formato de forquilha)

³¹ Matrimônios arranjados

bom partido, o piano era peça indispensável. De acordo com Ognibeni (2004) havia facilidade para os charqueadores na aquisição desta e de outras peças pertencentes à mobília doméstica moderna, representantes da sofisticação cultural, pela proximidade dos portos de Montevideo e Buenos Aires. Além da música, aprendiam a costurar, portanto, para incorporar o mobiliário feminino, os pais (de posses), adquiriam para as filhas, as máquinas de costura importadas dos Estados Unidos, além das roupas. As moças de famílias abastadas tinham também seu “costureiro” ou caixas de costura, de charão³² e seu relicário para ir à missa de madrepérola, para este “passeio”, praticamente o único com possibilidade de exibi-lo(s), juntamente com suas joias, os selins³³ da sua montaria, bordados de prata.

De acordo com Loner (2009) além das missas, havia as festas religiosas (novenas, procissões) e as quermesses, que ofereciam aos jovens o espaço necessário não só para ver e ser visto, mas para receber olhares de eventuais pretendentes, essencial para alimentar seus sonhos e sua imaginação durante as “aborrecidas” sessões de costura e bordado, ou mesmo ao longo das atividades de trabalho e estudo realizadas. A eventual passagem de um bilhete, ou recados de forma oral, deviam também enriquecer as formas de contato entre os interessados, em que pese a estreita vigilância de pais e amas. Neste Contexto, a literatura cumpria importante papel, embora restrita aos elementos alfabetizados, estava presente normalmente nos jornais diários, trazendo poemas, colunas de fofocas, passatempos e o indispensável folhetim.

Nessa direção, Morais (1998) afirma que às leitoras do século XIX recomendava-se a prática de leituras amenas e delicadas, cujas temáticas girassem em torno de amores românticos e bem-sucedidos. Maria Morais (1998) alerta para dois fatores importantes:

1 – a “interpretação” das leituras mais profundas ou plurais, onde os textos poderiam tornar-se uma arma perigosa nas mãos das incautas leitoras, os romances eram tidos como adequados por serem as mulheres consideradas “criaturas em que prevalecia a imaginação, com capacidade intelectual limitada, frívolas e emotivas”. No entanto, essa leitura representava certo perigo para o marido e para o pai de família

³² Verniz de laca, originário da China.

³³ Sela feminina.

burguesa do século XIX, pois também poderiam excitar paixões e exaltar a imaginação feminina.

2 – a liberação de um texto sobre indicações de leitura para as donzelas do século XIX, não se pode esquecer dos códigos de moral vigentes, que ainda estavam longe de admitir a prática indiscriminada da leitura para mulheres.

De acordo com Peres (1995), na sociedade pelotense do século XIX, a supremacia masculina é perceptível na vida política, social, cultural e familiar da cidade. Ao homem cabia a participação nas atividades políticas – universo exclusivamente masculino – e nas demais atividades públicas. Os jornais locais que circulavam na época, destacavam, diariamente, notícias sobre a vida cultural e social da cidade, como saraus, “passeios musicais”, festas, reuniões literárias, desfiles carnavalescos. Continua ao mencionar duas divisões específicas destes, a seção literária e o folhetim, esta última, destinada especificamente ao público feminino. Morais (1988) afirma que os textos publicados nos jornais eram de certa forma, “uma batalha” contra “a falsa moral” e ao mesmo tempo, os mesmos periódicos publicavam outros, reafirmando-a. Neste Contexto, selecionei quatro exemplos retirados do Correio Mercantil, datado de 29 de abril de 1886, sendo que os dois primeiros remetem-se ao “preconceito” da mulher como leitora e os dois últimos remetem-se à defesa da mulher instruída:

(...) a mulher parece destinada pela própria natureza para formar o templo da felicidade doméstica. A sua simplicidade e ingenuidade tornam-n'a mais amável e interessante aos olhos do homem de que a sua ilustração e até pode firmar que PERDE TANTOS MAIS QUILATES de seus naturaes atractivos quanto mais ganha COM A ARTE DE ADORNAR SEUS PENSAMENTOS...

(...) estude a donzela, despreze os bailes, os vãos saraus, onde, imperceptivelmente desprende suas azas cândidas, dedique-se ao cultivo do intellecto, que a coadjuge pela soberba intuição que deu-lhe a natureza, exhibir-se-há condignamente nas scenas da vida

(...) no alvorecer da existência, repleto de aspirações de esperanças fulgentes, o jovem Brasil almeja progredir, elevar-se a amplitude das cultas potências europeias, o que não conseguirá enquanto não compenetrar-se da absoluta necessidade de instruir a mulher, esta importante parte da dualidade humana

(...) felizmente na nossa dilecta província á destacam-se algumas senhoras que, quebrando a cadeia de errôneos preconceitos e falsas theorias, abraçam a senda do progresso, tornando-se salientes nessa plêiade brilhante, como Julieta Monteiro, Honorina Torres, Antonieta Cezar Dias, Cândida Fortes e Isolina de Abreu

Segundo Certeau (2003) as condições exigidas para uma “nova estética urbana”, duas redes contém particularmente atenção: gestos e relatos. Ambos se caracterizam como cadeias de operações feitas sobre o léxico das coisas. De dois modos distintos, um tático e o outro linguístico, os gestos e os relatos manipulam e deslocam objetos, modificando-lhes as repetições e empregos. Os gestos são verdadeiros arquivos, se entendermos por “arquivos” o passado selecionado e reempregado em função de usos presentes. Os relatos constituem-se em instrumentos poderosos de organização. Pelas histórias e lugares, tornam-se “habitáveis”. Bordieu (1983) afirma que os campos sociais, políticos, religiosos, componentes de um conjunto social, definem os interesses específicos de cada momento, ou seja, a definição das denominadas “regras e posições” de acordo com estruturas já estabelecidas. Esta rede de relações não é um dado natural, portanto, deve ser construída através de esforços específicos para produzir, estabelecer e manter ligações duráveis e úteis para seus componentes, com as quais eles poderão ter acesso a benefícios sociais ou simbólicos.

Conforme Maciel (2007), através do processo de escolarização, as meninas pelotenses começaram a apresentar algumas linhas e hábitos de leitura como poesias e diálogos feitos nos colégios. No contexto educacional, entre os anos de 1875 à 1890, período imperial, aparece o dobro de anúncios de escolas particulares para meninas do que ofertas de ensino a domicílio. O programa escolar oferecido era constituído das matérias de francês, português, leitura, caligrafia, aritmética, história, desenho, geografia e trabalhos de agulha. Nestas escolas, o ensino era dividido entre primário e secundário. A leitura era incluída como parte do processo de formação inicial, portanto, matéria obrigatória no primário. No secundário, eram exigidas leituras mais complexas e requintadas, tendo como base obras literárias francesas. Darton (1995) afirma que a “opção” pelos textos franceses, a prática destas leituras, decorre de toda uma representação em torno da instrução feminina, do aprender a língua francesa e da sua utilização em situações públicas, orais, da ascensão do francês como uma língua padrão e do modelo de ressaltar essa influência europeia pela própria formação e origem de algumas das professoras. Muitas delas vinham de países europeus e platinos.

Belo (2003, 60): “(...) em cada época, os leitores partilham entre si espaços, gestos e ritmos de leitura, assim como normas morais, estéticas e outros valores que influenciam a recepção dos textos”. Patrícia Maciel (2007) continua a premissa, quando fala que o ensino e o aprendizado da leitura, mantinham estratégias na tarefa de promover uma educação que para a sociedade da época, era sinal de status. O processo de aprendizagem do masculino e do feminino se processa de maneira variável em diferentes tempos e diferentes sociedades, o que demonstra o caráter mutável da condição de gênero. Maciel (2007) continua o pensamento ao afirmar que a leitura para as mulheres, tinha uma dimensão social, pública, de visibilidade através das letras.

Escrevendo sobre a realidade francesa do mesmo período, Lyons (1999) afirma que a feminização do público leitor de romances e folhetins parecia confirmar os preconceitos dominantes sobre o papel da mulher e sua inteligência. De acordo com Perrot (2007) também dentro desta realidade, as mulheres liam além dos livros, jornais e revistas, não liam assiduamente jornais cujo conteúdo político se destinava mais aos homens, mas se apoderavam das colunas dos folhetins. De acordo com a autora, a primeira imprensa feminina foi de moda, que na maioria das vezes, eram homens que escreviam, mas as mulheres foram se introduzindo pouco a pouco, como no *journal dès dames* de Paris.

(...) as mulheres se infiltram e se apoderam dessa imprensa nesse século, configurando-se em um espaço da escrita feminina do século XIX na Europa, denotando assim, que a imprensa direcionada às mulheres tenha características diferenciadas da imprensa dos homens, pois na imprensa dos homens a mulher seria ignorada como interlocutora, sendo apenas um objeto (PERROT, 2007, 33).

Neste contexto, Maciel (2007) e Gonçalves (2006), respectivamente, abordam fatores que contribuíam para as primeiras “vozes” que apontavam para um processo emancipatório, como o ensino nos colégios, predominantemente laicos e opostos, onde o trabalho pedagógico era oposto aos valores da Igreja, como formadora dos novos saberes e a administração do lar urbano pela mulher. Esta última tarefa era a divisão do montante do pagamento (salário do trabalhador) a ser retido para a manutenção da casa e para o cuidado com os filhos e empregados e a parte que seria consumida em bebida, no bar mais próximo do trabalho. Certeau (2003) afirma que o controle das

despesas familiares pelas mulheres (donas de casa) potencialmente, leva a conclusão que estas apresentam uma tendência nata para o consumo, assistindo-se à naturalização de um comportamento feminino construído historicamente. Mais importante que tudo isto, segundo o autor, é destacar que o desempenho de tarefas domésticas está longe de se constituir em um trabalho improdutivo, trata-se de uma atividade produtiva não-remunerada.

As revoluções históricas, mutações, caldeamentos demográficos aí permanecem, ocultos nos costumes, nos ritos e práticas especiais. Estas, traduzem-se em um verdadeiro empilhamento de camadas heterogêneas, cada uma semelhante a uma página de livro, remete-se à um modo diferente de unidade territorial, de repetição e simbolização identificatória (CERTEAU, 2003, 289).

3.5 HAVANA

3.5.1 Contextualização histórica

De acordo com Suárez (1980) o “nascimento” de “La Habana”, está relacionado com a primeira etapa de colonização da Ilha no século XVI, entre 1511 e 1515.

“Encruzilhada” das rotas de conquista, escala entre os caminhos de colonização latino-americana pela Espanha, Havana atraiu o interesse de marinheiros que ao retornar à metrópole contavam histórias fabulosas de “cidades” preciosas e populações enfeitadas com ouro e pedras e deixavam como testemunho de suas aventuras os “produtos exóticos”. Rapidamente a ilha foi “tomada” por amigos e inimigos, ou seja, corsários e piratas.

Possivelmente, o território teve vários assentamentos, até terminar a “peregrinação” junto à linda baía. Era frequente nestas expedições, a presença de índios utilizados como escravos. Estes faziam todo tipo de trabalho, desde a agricultura, pesqueiro, até de construção naval. Com a “escassez” deste tipo de mão-de-obra, foram trazidos negros africanos que juntaram aos já existentes na ilha desde a conquista.

A sociedade escravista na Ilha de Cuba, como no resto da América foi um fenômeno sócio-espacial não apenas porque distribuiu e explorou os espaços geográficos existentes, mas também porque criou e modificou os espaços e construiu as relações sociais neles. Assim, na 'plantação escravista', suas edificações e modificações da paisagem, com seus diferentes usos sociais, refletiram a produção de bens materiais e a estrutura de poder daquela sociedade (LA ROSA CORZO, 2008, 36).

3.5.2 Havana Vieja

O município³⁴ de Havana Vieja, é um dos quinze municípios que integram a cidade de Havana. Sua história se reflete no processo histórico que “amarra” o passado com o presente.

Limites espaciais:

- norte = entrada da baía de Havana, *bordeando* o território até a enseada de Atares;
- sudeste = município de Regla;
- oeste = municípios de Centro Havana e Cerro;
- sul = município de 10 de Outubro e de San Miguel; ainda, nesta direção, corre o rio Luyanó.

Em todas etapas históricas deste território, destaca-se a importância econômica e social do porto *habanero*, por ser o mais importante do país e ser o centro das atividades vinculadas com o mesmo e o portal das relações nacionais com o resto do mundo.

“Respecto al nombre del municipio, se denuncia por si solo, La Habana Vieja es la parte más antigua de la actual Ciudad de La Habana y durante los primeros siglos coloniales, llamada la colonia temprana” (ELÓSEGUI, 2003, 67)

O casario inicial foi crescendo no entorno da guarnição e em sentido paralelo ao porto. A guarnição garantia a segurança dos moradores daquela área. Nesta, foi construída uma nova fortaleza (no ano de 1540 foi construída a fortaleza de La Fuerza, destruída pelo pirata francês Jacques de Soares), a fortaleza reconstruída La Real

³⁴ Divisão Político-Administrativa no interior da cidade de Havana.

Fuerza, que ficou sendo a vivenda do governador de Cuba. Nas proximidades, um bosque foi devastado para construção da praça da igreja, logo tomada pelo governo para a construção da Plaza de Armas. Este, tornou-se o primeiro lugar hierarquizado, que agrupava as funções político-militar, religiosa e civil de uma população emergente.

De acordo com Dominguez (1998, 1), no ano de 1561, como parte de um decreto real, eram realizadas viagens anuais à Espanha para levar as “riquezas” locais. Isto fazia com que as embarcações portadoras de tais produtos pudessem reunir-se em um ponto seguro e de lá, então, partir juntas para tentar evitar os saques de piratas. “El punto de reunión era el puerto de La Habana, que com su posición privilegiada, hace de esta ciudad, escala obligada de los múltiples barcos de la flota”.

A coroa espanhola na defesa de “*sus tesoros ultramarinos*” diante das ambições de seus vizinhos europeus, traçou um plano de fortificações para a América que iniciava-se em Cuba.

De imediato, começaram os trabalhos da fortaleza dos *Tres Reyes de El Morro* em um lugar privilegiado, a entrada do canal do porto, área onde desde alguns anos, colocavam vigias e em sua frente, no outro lado do canal, perfilava-se a fortaleza de *San Salvador de La Punta*, menor que a primeira.

Estas duas fortificações, juntamente com a *Real Fuerza*, constituíram o primeiro triângulo marítimo defensivo da cidade. Deste modo, a vila estava protegida por mar, mas o perigo continuava por terra.

“Os vizinhos” iniciaram a construção de barreiras com grandes “portas” ao longo do território; as primeiras eram de madeira, utilizando troncos, mas o resultado parcial não foi satisfatório. Neste caso, foi solicitada à coroa espanhola, a permissão para construção de uma muralha para proteção da cidade. Em 1603, tem início a construção do mais antigo testemunho da planta original da cidade. Sendo assim, o litoral ficou resguardado pelos torreões de *Cojímar y La Chorrera* edificados em ambas direções das costa.

A obra mais importante do século XVI foi o aqueduto. O rio mais próximo se encontrava a 15 km da vila, neste caso, os povoadores cavavam seus poços nos pátios de suas casas para “coletar” a água das chuvas. Conforme Hidalgo (2010) durante os séculos XV e XVI as construções domésticas eram feitas com técnicas e materiais de

pouca resistência, a madeira, a palha e o adobe. A pedra era empregada somente nas fortificações militares ou nas construções civis mais importantes. A grande incidência de ciclones, furacões e a abundância de chuvas “levou” a população à busca de novas soluções diante das adversidades.

No Contexto, o que mais define e ajuda a compreender a cidade e seu desenvolvimento, são as praças. Paralelamente à *Plaza de Armas*, cerca de 100 m de distância, em direção à baía começou a formar-se a *Plaza de San Francisco*, assim chamada pelo estabelecimento da ordem religiosa com este nome e que, em 1575, constrói um humilde convento.

A finales del siglo XVI la ciudad de La Habana va tomando otra configuración: organiza sus calles y se establecen plazas. Los pasajeros de los barcos de la flota, considerados como ‘estantes’ em esta ciudad, proporcionaban ocupación a la mayor parte de los vecinos, em especial a los que vivían em los alrededores del puerto, donde se agrupaban artesanos, oficiales y mercaderes; unos y otros fueran parte importante em el desarrollo económico de esta gran célula urbana (NAVARRO, 2010, 51).

Navarro (2010) afirma que nos séculos XVII e XVIII, a antiga vila foi se desenvolvendo, aumentando tanto em população, quanto no que diz respeito à infraestrutura habitacional. Neste sentido, novos estilos (inspirados nos estilos ibéricos), como o mudéjar e o barroco passaram a ser utilizados nas construções domésticas, religiosas e militares.

Durante o século XVII, a Plaza de San Francisco foi a mais popular, enquanto que a de Armas estava comprometida com a guarnição da *Real Fuerza*. Neste período, foi edificada também a *Plaza de Ciénaga*, a praça da catedral, localizada mais no interior da cidade. Ao seu lado foi erigida a Ermida de *San Ignacio de Loyola*.

A praça que atualmente denomina-se *Plaza Vieja*, foi criada pelas autoridades propositalmente para ser especialmente um espaço de comércio interno, já que as mencionadas anteriormente tinham seus “perfis” bem definidos. Também, houve a solicitação dos padres franciscanos, pois alegavam a quase “impossibilidade” de officiar as missas na *iglesia de San Francisco*, por motivo do barulho dos vendedores e clientes.

O século XVII foi marcado pela chegada de grande quantidade de ordens religiosas em Havana. Em 1633, chegaram os agostinos, que edificaram um convento e a igreja. Esta tinha sua “casa matriz” no vice-reinado da *Nueva España* (México), portanto foi decorada com traços da cultura mexicana em suas torres e desenho geral. (Remodelada em 1844, quando passou para mãos franciscanas). Quatro quadras abaixo desta construção, foi edificado no ano de 1638, o primeiro convento das monjas de Santa Clara de Asís. A fundadora, uma monja priori nonagenária vinda de Cartagena – Índias. O convento, também foi criado para abrigar as donzelas de boa família que não encontravam esposos. As solteiras foram muitas e de famílias poderosas (ricas), a julgar pela maneira com que cresceu o convento, avançou por ruas, casas, até serem edificados mais três prédios e uma horta. O poderio da instituição residia nos dotes que acompanhavam as senhoritas e até suas escravas. O carpinteiro responsável pelas obras foi enterrado próximo ao altar-mór, ele foi o único homem a ser enterrado no convento. Abaixo do piso, descobriram-se várias criptas e adegas; testemunhos de algumas “enclausuradas à força”, asseguravam a existência de celas de castigo subterrâneas.

Duas quadras mais adiante, a igreja do *Espíritu Santo* (antiga confraria – ermida onde agrupavam-se negros libertos). Tal construção tinha origem popular, sendo uma das únicas construções a não sofrer grandes alterações nos períodos posteriores. Outras edificações religiosas do século XVII, são a Iglesia del Santo Angel Custódio, o monastério de Santa Teresa e a igreja – convento de Belén. Junto às igrejas surgiam os hospitais e as boticas (farmácias).

Neste contexto, é edificada entre as ruas Teniente Rey e Aguiar, a casa “Prat Puig”³⁵. Localizada no município de Habana Vieja, esta vivenda, bem como o espaço em seu entorno, sofreu, além de reformas e restaurações, intervenções arqueológicas realizadas por profissionais integrantes da *Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana*, sob a coordenação da Arqueóloga Lizette Roura Álvares, que recolheram o material arqueológico, a louça, que faz parte dos artefatos integrantes desta pesquisa. Portanto, a casa “Prat Puig”, é a unidade doméstica situada em Havana - Cuba que se

³⁵ Pesquisador de arqueologia, arquitetura e restauração colonial; Professor del Segunda Enseñanza de Mataró.

junta com a “Casa 8” situada em Pelotas- Brasil, como os sítios arqueológicos históricos priorizados no presente estudo.

A construção pertence ao gênero de casas térreas com *habitación esquinera*, ou seja, um quarto de esquina no segundo piso e com o balcão (varanda) originais. Sem distanciar-se das características das casas do século XVII, apresenta algumas particularidades.

A porta que dá acesso a rua Teniente Rey apresenta um magnífico marco ricamente trabalhado, bem como os capitéis das pilastras de sustentação. Possui um saguão, com um salão contíguo que poderia ter sido usado como uma oficina de despacho (escritório). Este, conduz a um corredor transversal que dá acesso ao pátio, onde se encontra uma escada. Em frente à escada, existe outro corredor que comunica-se com o *traspatio* (pátio interno). “*El conjunto de traspatio há sido totalmente modificado, conservando quizá, somente la disposición del primitivo*”. (PRAT PUIG, 1947, 20). No lado esquerdo do primeiro pátio, em frente ao saguão, existe uma área com quatro cômodos, cada um com uma porta que abre para o pátio interno, cômodos estes, que provavelmente eram destinados às acomodações dos escravos: “Las tiendas y casas esquineras são el sielo de identidad das moradias cubanas” (GARCIA, 2008, 47).

Próximas ao “L”, ou seja, próximas à esquina, mais duas portas que dão acesso às duas ruas, Teniente Rey e Aguiar. As portas que seguem na rua Aguiar, pelo lado de dentro da casa, dão acesso a uma longa área comunicada por grandes arcos transversais, com várias portas que possibilitam o acesso para o exterior e uma só para o interior. Por tal separação do resto da moradia, eram chamadas de “casas acessórias. Usualmente, eram dedicadas a lojas e armazéns de comerciantes. Portanto, ele, o dono da casa e sua família habitavam o segundo piso, mantendo ao mesmo tempo distância do barulho (comercio) e comunicação com seu negócio. Assim, os aposentos importantes estavam no segundo piso. O telhado, com *alfarje* (madeira decorada que mistura elementos da arte muçulmana com a arte cristã), estende-se pela rua Aguiar. De acordo com Puig (1947) a construção teria um terraço voltado somente para rua

Aguiar. Continua, quando afirma que nas proximidades dos *guardapolvos*³⁶ da porta antiga que comunica o prédio com terraço, comprovam a existência de um terceiro piso, mesmo depois do restauro da edificação.

O *alfarje* (teto de madeira cubano, estilo *mudéjares*) do salão principal, possui um *friso duplo* (madeira torneada). No interior do salão existem colunas trabalhadas, bem como as paredes. Estas são decoradas por *mênulas* (ladrilhos salientes, ou seja, alto relevo, geralmente com forma de pirâmide invertida). As vigas de sustentação – teto – balcão, são todas decoradas com pequenos entalhes. As portas que dão acesso ao balcão são largas e baixas. “*O tejado de las dependências altas tienen alero (espécie de calha) e este esta decorado com tres hileras de tejas, empotradas las dos inferiores*”(PUIG, 1947, 21).

Das particularidades da casa, destaca-se o balcão, especificamente o corrimão do mesmo. Os balaústres são simétricos, curtos e grossos, os mesmos descansam sobre uma base de madeira de onde se eleva o GUARDASAYAS. Possui ainda, uma porta térrea mais larga, a *puerta-cochera* (espaço para passarem os *coches*, as carruagens). Hoje, a rua Teniente Rey, chama-se *calle Brasil*.

O século XVIII, trouxe notáveis mudanças nas relações internacionais, como resultado da guerra de sucessão do trono espanhol, que foi assumido pela dinastia Bourbon francesa, na pessoa de Felipe V; tal fato foi motivo suficiente para inimizade com a Áustria e o aumento das tensões com a Inglaterra. Por sua vez, a Inglaterra converteu-se na maior inimiga da Espanha e buscou em suas colônias a revanche.

(...) Gran Bretaña, enemistada com España hiso um trabajo profundo para recoger información sobre los puntos débiles de la ciudad de La Habana a través de viajeros y otros médios y el 6 de junio de 1762 presentó frente a las costas deLa Habana gran cantidad de navios, hombres y armas. Así comenzo el sitio y ataque a la Plaza, los habaneros lucharam bravamente defendiendo su tierra. El Teatro de operaciones militares fue fundamentalmente em los territórios que hoy correspondem a otros municípios como La Habana del Este y Guanabacoa (...) (ELÓSEGUI, 2003, 89).

Dando continuidade ao enredo, na década de 1710, os cubanos “entraram na luta”, ou seja, decidiram jogar o mesmo jogo. Após perder alguns territórios, começou a investida de corsários cubanos. As madeiras da Ilha garantiam a duração de mais de

³⁶ Aparadores tanto de pó quanto de água, localizados acima dos marcos das portas e das janelas.

quarenta anos para suas embarcações. Entre 1724 e 1732 foram fabricados mais de vinte navios de guerra, estas embarcações foram consideradas, na época, as mais resistentes da frota espanhola.

Internamente, na cidade eram fundadas escolas de artesanato em madeira, aonde eram fabricados (modelados-entalhados) – balcões, colunas, portas e semelhantes. Após as batalhas e a “estadia” inglesa, Havana volta a ser o centro exportador de mercadorias para as demais colônias da América. Os “destroços” da guerra foram rapidamente sanados com novas construções de fortalezas que formariam um novo triângulo defensivo da cidade: Fortaleza de San Carlos de La Cabana, Forte de Atares e Forte de El Príncipe.

(...)en siglo XVIII y principios del XIX el auge de las artes decorativas em hierros y cristales dotó de las más diversas formas de las fachadas y los interiores de las residências. Los principales motivos se recreaban a partir de barandas, rejas (grades), y cancelas de fina herrería, así como medio-puntos decorados com vitrales de diseños figurativos, donde el colorido ambientaba armónicamente los interiores mediante al juego y reflejo de los intensos rayos del sol(ELÓSEGUI, 2003, p.91).

Próxima à Praça de Armas, em 1782, foi construída uma casa que resume o ambiente acolhedor, íntimo, majestoso e senhorial das “opulentas” famílias havaneiras, nesta residência foram feitos belos trabalhos de marcenaria e trabalhos de forja (ferro). Tantos “adjetivos de ostentação” fizeram desta edificação doméstica uma das mais “hermosas” da época. Ilustrando a premissa, Gomes (1844) conta que nesta época, morou na respectiva vivenda a família Montalvo e recebeu a visita de Dona Maria Mercedes de Santa Cruz, Condessa de Merlin. Dona Maria nasceu em Havana e residiu em Paris desde sua juventude, era descendente das mais antigas e aristocráticas famílias da cidade e era imbuída de grande cultura; esta narrou em várias cartas em uma viagem de volta à terra, sempre com grande sensibilidade, as imagens desta “nova Havana”, para sua filha Tereza:

(...) pero hé aqui, hija mia, que la ciudad empieza y ya se confunde con los barrios. Héla aqui! Ella és, ella conn sus balcones, sus tiendas y sus azoteas, com sus preciosas casas bajas de la clase media, casas de grandes puertas cocheras, de immensas ventanas enrejadas; se puede penetrar com una mirada hasta em las intimidades de la vida doméstica, desde el patio regado y cubierto de flores hasta el aposento de la niña, cujo lejo esta cubierto de cortinas de liñon, com lazos de color de rosa.

(...) ya destinguo el balcón de la casa de mi padre, que se prolonga frente por frente del castillo de la Punta. A um lado, hay um balcón más pequeño... allí donde, siendo uma nina, contemplaba el cielo estrellado y resplandeciente de los Trópicos. Allí donde el ruído sordo y regular de las olas que se deshacían em espuma sobre la playa.

(...) despues de haber paseado por el malecón, subí al carruaje com mi tío, y nos dirigimos à sú casa. No sé decirte, hija mia , cual há sido mi emoción al encontrarme em médio de esta ciudad em que he nacido e donde fueran mis primeros pasos em la vida. Me parecia que todo que veía era mio, que todas las personas que encontraba eram amigos; les hubiera dado la mano á los hombres, abrazado las mujeres; todo me gustaba, las frutas, los negros que las llevaban de venta, las negras que pavoneaban balanceando sus caderas em médio a calle;

(...) a estos placeres que se unían com mis recuerdos, sucedía sorpresa encantadora que me causaba la extraña apariencia de esta ciudad de la edad média, que se he conserbado intacta bajo del Trópico: las calles estrechas...

(...) la casa de mi tío es muy grande y esta rodeada de altas galerías, que se pierden de vista, cierradas de persianas para se evitar los rayos del sol. Em um destas galerías és donde comemos..

(...) volviendo de um paseo, fui hacer uma visita á mi tía, la condesa viuda de Moltalvo. No conocía su casa, y me dejé conducir por mi calesero. Era de noche, y á medida que nos acercábamos, y á pesar de la oscuridad, mil recuerdos confusos renacían em mi memoria, sin que me fuese posible detenerme em ninguno; paro el caselero, y yo me bajé; pero apenas entré em zaguán, me pareció reconocer aquella casa, y em efecto no me quedo la menos duda. Yo la habia habitado, yo habia atravesado mil veces aquellas puertas, habia jugado em aquellos escalones de mármol, habia subido y bajado, mas de cien veces aquella escalera. No, no me engañaba; era casa de mi padre. Todo estaba em el mismo sitio; allí donde estaba mi cama cuando niña...

(...) em Habana hay muchos amos y esclavos. Los primeros se dividen em dos clases:

(...) la nobleza propietaria y la clase média comerciante: Esta se compone em su mayor parte de catalanes que, llegados sin patrimonio em la isla, acaban por hacer grandes fortunas; comienzan a prosperar sus industrias y economía, y acaban por apoderar-se de los hermosos patrimonios hereditarios, por el alto interes á que prestan su dinero; por muy considerables que son las propiedades, los gastos inmensos que ocasiona la elaboración del azúcar, gastos que suben em un ingenio de trescientos negros á 600 ú 800,000 rs. Al año.

(...) por grande que se ala casa de mi tío, apenas hastará com su familia y sus criados, tiene diez hijos, otros tantos nietos y mas de cien negros para su servicio..."

Outras mansões foram construídas ao redor da praça. Tinham suas frentes ornadas por colunas e portais que caracterizavam o clima senhorial e esses detalhes se harmonizavam com os títulos dos proprietários: marqueses, condes, importantes famílias. De acordo com Hidalgo (2010), estas famílias *adineradas* donas dos luxuosos palacetes, começam a “adornar” suas moradias com a incorporação de portais trabalhados, esculpido e ricos e floridos jardins.

Neste período foram edificadas obras importantes como a do Teatro Principal, cuja construção marca o primeiro passeio intramural construído em Havana: a Alameda de Paula, que ganhou este nome por ser sido edificada na frente da igreja do hospital San Francisco de Paula. O Teatro e a Alameda proclamam o sentido “grandioso” desta área metropolitana. Nos espaços próximos ao porto, foram construídos bancos de mármore à sombra de árvores, um verdadeiro espaço social e cultural.

No final do século XVIII, houve uma “abrupto aumento” da produção açucareira, conseqüentemente, um grande aumento da mão-de-obra escrava. Foram abertas “as portas da muralha” para facilitar o transporte marítimo de carregamentos de cana-de-açúcar, tabaco, frutas e café. Por terra chegavam as verduras, frutas e outros gêneros. Conforme Marquez (2008) a resposta positiva da posição agrícola e a solidez do mercado externo teve grande importância no sistema econômico – um sistema de monocultura e exportador, bem como a emergência de novas terras, trabalho e capital.

Este capital comercial significou no final do século XVIII e início do século XIX, uma função essencial na vida econômica da ilha, controlando o desenvolvimento do transporte marítimo e terrestre, o controle dos portos (exportação), da mesma forma, os comerciantes, mediante o investimento, a “injeção” de grandes capitais, que controlavam os sistemas de armazenagem e embarque dos produtos. Dentro deste Contexto, a função mais importante deste capital comercial foi de servir ou de propiciar a aproximação entre o produtor e o mercado para os negócios com as mercadorias. O setor era formado por dois estamentos: grandes comerciantes – negociadores de açúcar e outros produtos agrícolas e os pequenos comerciantes – estes dependiam dos primeiros para o abastecimento de seus armazéns e casas de comércio.

O século XIX começa dentro da prosperidade, formavam-se os primeiros bairros periféricos, que avançavam até o fosso da muralha, embora ainda existisse nesta área

uma zona militar, onde a urbanização estava proibida. Por este motivo, foi estendida desde a área de *La Punta*, uma explanada com árvores que tornavam agradável o ambiente. Os passeios neste perímetro tornaram-se um acontecimento social cotidiano.

A identificação dos havaneros com sua cidade foi expressada em 1828, quando foi levantado em homenagem à cidade, um pequeno templo neoclássico. O interior do *Templete* foi pintado pelo artista francês Jean Baptiste Vernay que deixou “marcadas” três grandes telas que reproduziam acontecimentos significativos.

Em 1838, foi inaugurado o Teatro Tacón, um dos mais importantes dentro da Hispanoamérica, que recebeu importantes companhias de teatro italianas, francesas e outras de diferentes países europeus. Tais fatos incentivaram aos havaneros à criar suas próprias árias. Estas, eram reproduzidas nas casas pelas “senhoritas” das casas no piano e eram cantadas pelos escravos domésticos, de tanto ouvi-las.

A concluir-se o primeiro quartel do século XIX, Havana continuava em grande desenvolvimento. Foi construído, em 1846, o Aqueduto Fernando VII, aproveitando as águas da Sanga Real. Nesta mesma época foram criados novos e grandes mercados, abriu-se uma área pesqueira e foram instalados na cidade, diversos banhos públicos de luxo (semelhança com as termas romanas).

Ainda por esta época, foi sendo traçada outra via na parte “extramuros”, o passeio extramural foi o eixo do desenvolvimento de instalações culturais e de lazer. A Plaza de Armas foi “coberta” de jardins, foram construídas fontes, também, foi colocada em seu centro, uma estátua de Fernando VII – déspota espanhol que liberou algumas vantagens comerciais à sua colônia. Também, neste período, cai por terra a concepção defensiva e de segurança da muralha de retenção. A alameda arborizada situada atrás da mesma oferecia condições propícias para empreendimentos urbanos modernistas.

Neste contexto, cresciam as zonas comerciais dentro e fora da cidade, proliferavam joalherias, perfumarias francesas, camisarias, marmorarias, lojas de objetos de prata, restaurantes, drogarias...

O número de habitantes aumentou de acordo com o censo realizado na década de 1850, existiam 184.508 indivíduos (intramuros) e 87.519 indivíduos (extramuros), não contabilizados os presidiários e os povoadores das áreas periféricas. Aos poucos, os moradores mais abonados foram abandonando suas antigas casas, transformadas

em lojas comerciais e armazéns, para construírem suas vivendas mais amplas, com jardins e fontes, elementos pertencentes aos novos conceitos urbanísticos e ao estilo neoclássico.

O desenvolvimento econômico e cultural da cidade de Havana trazia consigo, necessariamente, uma força ideológica, um pensamento que era expressado teórica e praticamente através do racionalismo filosófico e nos métodos experimentais nas ciências.

Pioneiro nestas formas de compreender o mundo, o presbítero Félix Varela, nascido na rua Obispo e professor do Seminário de San Carlos e San Ambrósio, “elevou” seu pensamento para resolver problemas cubanos. Como única solução, Varela viu a independência – Ao votar contra a monarquia, foi desterrado.

No ano de 1863 foi solicitado à coroa a permissão para a demolição da muralha que para os “novos tempos”, era um estorvo na vida da cidade. Aceita a solicitação, neste mesmo ano foi demolida. Os fossos foram cobertos e uma nova rua /avenida semicircular rodeou a “velha cidade”.

Lo que legalmente reconocemos como Centro Histórico de la capital, incluye el área fundacional o intramuros, y la faja urbanizada em 1863, a partir da demolição de las muralhas. Los primitivos trazados viales, el valioso sistema de espacios públicos, la heterogeineidad funcional a la que respondió su variada y rica arquitetura durante mais de cuatro séculos, definen la estructura urbana heredada (MENÉNDEZ, 2009, 7).

3.5.3 Arquitetura

Dentro do contexto, trago para o trabalho, apontamentos sobre a arquitetura cubana do século XIX, traçados por Joaquim Weiss, arquiteto e professor da Universidade de Havana.

De acordo com Weiss (1960) a arquitetura cubana referente ao século XIX é Neoclássica. Justifica sua abordagem quando afirma este estilo veio junto com outros “propósitos novos,” relacionados à adequação ao novo, ao moderno. Tal estilo, na Europa, estava focalizado nas obras da Antiguidade Clássica, onde aparecia com maior

frequência a reprodução dos templos e neste o pórtico, com suas colunas, arcos e decorações marcantes que expressavam a força e a imponência do Estado. Em Havana, o estilo marca sua presença nas construções públicas e privadas (edifícios, praças e casas). Nas edificações, os pórticos também eram importantes, mas para a adequação ao clima da ilha e a harmonia das construções existentes nas ruas e nas praças.

O novo estilo, mais prático e funcional, não comportava os detalhes, enfeites “agregados” nas construções dos séculos XVII (estilos hispano – mudejar e barroco) e do século XVIII (estilo barroco, um pouco melhorado). Já nos entornos das construções neoclássicas, os “detalhes”, deram lugar à estátuas, fontes, bancos, jarrões de mármore, luminárias, espelhos e objetos semelhantes. Tais mudanças aconteceram também pela utilização de novos materiais, como o ferro forjado ou fundido, o mármore, as pedras e o vidro (janelas), materiais estes que substituíram a madeira. Mesmo assim, grande parte das edificações *habaneras* aparecem edificadas com a mescla do material antigo com o novo. Ilustrando o pensamento, a área, bairro ou *reparto* onde encontram-se mais exemplares dos estilos arquitetônicos dos séculos XVII, XVIII e XIX. Alguns exemplos:

XVII = Praça das Armas – Casa de Governo, Intendência e moradias, onde está incluída a casa Prat Puig;

XVIII = Obras religiosas – Catedral, Convento de São Francisco;

XIX = Edifícios públicos, teatros, mercados, hospitais, prisões, estações de trem, obras modernas, necessárias à uma nação republicana e obediente às razões econômica e social. Ainda, Weiss (1960) salienta que o “espírito aventureiro” contribuiu para criação de novas populações e na formação de novos bairros ou *repartos*, praças, avenidas e possibilitou também o desenvolvimento da ocupação das áreas suburbanas.

As moradias próximas ao passeio extramural adquiriram grande valor, também, nesta área foram construídos edifícios culturais, hotéis, restaurantes e cafés. Os criollos (indivíduos com origem europeia, mas nascidos em Cuba), que tinham dinheiro, fizeram uma segunda migração nos anos oitenta, para povoar os terrenos próximos à costa na direção contrária ao porto.

Os moradores peninsulares mantiveram-se fixos e foram levantando novas vivendas de acordo com as concepções urbanísticas europeias. Com presteza e elegância, Havana converteu-se em uma cidade cosmopolita, onde conviviam espanhóis, criollos e havaneros, que se desenvolvia cada vez mais. Abrem suas portas hotéis de luxo e comodidades, entre eles, o Santa Isabel, na antiga casa dos condes de Santovenia, na Plaza de Armas.

Ao findar o século XIX, a paisagem urbana de Havana estava bastante modificada. A iluminação à gás foi substituída pela iluminação elétrica. Os navios que vinham da Espanha para “buscar” carregamentos de açúcar e outros produtos, traziam elementos construtivos que viriam embelezar a cidade: mármore de Carrara, utilizados nos pavimentos das habitações “principais”, em escadas, estátuas, fontes artísticas. Para a pavimentação das ruas, chegavam pedras especiais, como o granito, o basalto. Nos tetos das moradias, as telhas criollas foram substituídas pelas telhas tipo marsellés e nas casas mais importantes, os telhados eram convertidos em azoteas, aproveitadas como mirantes e lugares de lazer familiar.

Segundo Garcia (2008) a partir de 1982, Havana Vieja ganhou da UNESCO o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. O Centro Histórico de Havana, ainda em pleno processo de recuperação, é hoje cenário de uma forte e dinâmica funcional, dentro da qual a arquitetura doméstica recebe um duplo impacto: a adequação às novas necessidades de acomodação de sua população e a proteção e salvaguarda do patrimônio histórico e cultural representado pelas construções urbanas ali situadas.

3.5.4 Arquitetura doméstica

Entre as edificações mais antigas conservadas em Havana Vieja, se encontram as chamadas “*casas baixas*”, edificações de um piso. Em sua parte interna, possuem um saguão que serve de acesso a corredores e estes, por sua vez, desembocam em pátios centrais, os *traspátio*, que possuem de 8m à 14m². Estas vivendas estão relacionadas com grupos sociais de maior poder aquisitivo. Em outra parte, as casas possuem frontões de 6m, e pátios laterais sem saguão, e pertencem a pessoas mais

humildes. Nestas últimas construções, a primeira *crujia* (espaço funcional entre colunas de sustentação), se estende por todo comprimento da edificação e funciona como sala principal; este espaço dá acesso à rua. Internamente, da “sala principal” sai um corredor que dá acesso aos dormitórios. Nas construções que possuem dois pátios, um interno e um externo. Neste caso, foi utilizada para haver comunicação entre eles, a *obra travessia* – longos corredores. Nas construções que não possuem longos corredores, a *obra travessia*, foi substituída por paredes em forma de arco como sistema de comunicação. Estas edificações são características do século XVII.

As edificações associadas aos séculos XVIII e XIX, além dos elementos utilizados no século XVII, usavam as *tapias* (“forrações” de paredes feitas com molde). Também nas paredes eram utilizadas *mênsulas* (ladrilhos salientes feitos no formato de pirâmide invertida). Sobre as paredes “descansavam” as *cobertas* (beirais com madeira trabalhada).

No término dos tetos suspensos, eram utilizadas telhas criollas de barro. Em muitas destas casas de um piso, são encontrados o chamado *quarto esquinero*, um quarto único no segundo piso. A partir de uma sobreloja ou de um mesanino, a peça é dividida em dois “ambientes”. Garcia (2008, 46) identifica esta obra como “(...) *la muy antigua tienda esquinera, combinando una loja comercial y una habitación na planta superior, uma habitación historicamente Habanera*”.

(...)sucessivas generaciones contrybueram a inventar la ciudad que hoy vivimos.Ninguna inspiración ni modelo pudieram trasladarse a este rincón del planeta, donde el conjuro del clima y la naturaleza se transforman el hombre y las cosas. (LEAL, 1995, 47).

O destaque das construções é a altura dos tetos, bem como o espaço interior dos cômodos:

(...) ciertamente estos hombres del siglo XIX no eran gigantes de talla, pero pensaban en grande y viviam en grande, y así su sentido del espacio. Con un espíritu patriarcal, mantenían la unidad de la familia, geralmente numerosa, que permanecia largo tiempo en casa y em ella desenvolvía buena parte de suas actividades sociales (...) (WEISS, 1960, p.45-46).

Neste caso, era necessário que a casa fosse ampla, bem como ambientes diversos, espaçosos e agradáveis. A sala principal era reservada para visitas e reuniões sociais, sua decoração e mobiliário eram sóbrios, a saleta, era utilizada no uso diário da família e amigos, era um lugar mais descontraído. O *comedor* (sala de jantar), era uma peça semi-pública onde por vezes, a família tinha convidados. Eram amplas e arejadas. Os quartos, eram grandes e individuais e o pátio, elemento herdado do século anterior, manteve a função da vida familiar e atuava como elemento essencial na distribuição da planta. Nas varandas, predominavam as colunas, arcos e arquivoltas (parte inferior do telhado que possibilitava a comunicação entre as colunas e os arcos). Estes últimos, denominavam-se *arcadas florentinas*.

As moradias maiores “abrigavam” as galerias, o traspátio, o jardim, os lugares de serviço e os cômodos da criadagem.

De acordo com Elósegui (2003, 70), neste século, o XIX, com o incremento da atividade açucareira, os “magnatas” da indústria e do comércio foram os principais clientes das “novas tendências arquitetônicas”, utilizando grande parte de seus lucros na construção “(...) de sus espléndidas mansiones urbanas y quintas campestres”.

3.5.5 Geografia de Havana Vieja

As áreas que integram o conjunto urbano, possuem características particulares. A zona *intramuros*³⁷ é tributária de um retículo semirregular (traçado dos quarteirões que compõe a malha viária da cidade), a malha é definida por ruas estreitas e conjuntos de casas geminadas. Grande parte das construções são baixas, ou seja, são de um piso. Os únicos espaços livres são os pátios externos das edificações. Este espaço mínimo é compensado pela significativa quantidade de praças grandes e pequenas que se desenvolvem no período colonial.

³⁷ Corresponde a parcela mais antiga da cidade, habitada por indivíduos importantes, com ricos palacetes pertencentes aos séculos XVII e XVIII.

Os séculos da modernidade se apropriam do litoral havanero com a construção de “edifícios-torre”. Deixaram vestígios mais ao norte do antigo *intramuros*. Ao passo que os bairros (municípios) do sul, ficaram a margem desse processo, não só por razões geográficas, mas também por sua origem humilde. Na área *extramuros*³⁸, encontram-se duas modalidades de *parcelas*, ou seja, de espaços funcionais. Uma delas faz parte *aparcelsa* tradicional que formou parte do tecido urbano da cidade a partir do século XVIII. A segunda modalidade corresponde a urbanização do *reparto das muralhas*³⁹.

3.5.6 Mulher – século XIX

De acordo com Rueda e Estrada (1997) a história da mulher cubana no século XIX está estritamente ligada à realidade local da época, onde a família era o instrumento de segurança e equilíbrio dentro do sistema econômico e político que se “instalava” neste século, o sistema capitalista. Na conformação da nova burguesia, poderosa economicamente, mas marginalizada pelo poder colonial baseado no trabalho escravo, surgiram vários entraves. Na política, fazendeiros do açúcar e o poder colonial, na economia, proprietários e não proprietários e ainda, homens livres e escravos brancos e negros.

O modelo de família do fazendeiro era a casa sossegada com sua esposa, seus filhos, muitos escravos e frequentemente parentes ou outros “agregados,” que participavam dos negócios familiares. Fleitas (2003) continua a premissa, quando afirma que em toda sociedade, na formação deste grupo, a família, “descansa” a divisão do trabalho. Nela impera a natural subordinação da mulher. A vida doméstica pertence às mulheres guardiãs da moral desde suas condições de mãe – esposa e filha. De acordo com Auguste Comte (1853, 134) coloca que dentre os sentimentos, o afeto cabe

³⁸ Área povoada posteriormente, onde se situavam residências de campo, de descanso e casas comerciais nos séculos XVIII e XIX.

³⁹ Parte despovoada localizada na parte externa da muralha de Havana, por razões defensivas. Nos séculos XIX e XX, iniciaram-se as construções naquele setor.

à mulher e o intelecto ao homem, tendo a “instituição família” como suporte que se manifesta de diferentes maneiras em diferentes culturas.

(...) Junto al intento de explicar la dinámica de la organización de la vida familiar, aparece también explicaciones sobre a dinâmica das relações entre os sexos e dos matrimônios, considerados, estes últimos, como a unidade estrutural de la unidad familiar.

Comte (1853) continua, afirmando que dentro da filosofia e da sociologia positivistas, para o sexo feminino não restava outro lugar, a não ser o espaço doméstico.

Conforme Rueda (1997) o matrimônio em Cuba neste período era um convênio, um pacto que impedia a escolha “livre” da mulher, ou seja, casar por amor. Desta forma, o pai era quem elegia o noivo ou o marido para o enlace, mais um negócio, pois este tinha caráter e apoio judicial. Mesa (2003, 196-197) traz para o contexto, a citação de Engels onde ele relaciona o Direito Romano com a família:

O matrimônio vai mais além da união entre os sexos, que possibilita e legitima o direito dos filhos de levar o sobrenome dos pais, sua herança e outros benefícios patrimoniais e sociais. A família monogâmica patriarcal se baseia no poder do homem. Ele é o pater, o patrício, o proprietário, o que exerce o poder de vida e de morte daqueles de sua convivência, mulher, filhos, escravos.

Em Cuba, relativamente urbanizada, os conceitos geralmente utilizados para descrever a família do século XIX, são os que definem a família patriarcal *criolla*, integrada por uma ampla rede parental de avós, pais, tios, filhos, primos e grande quantidade de escravos (muitos escravos domésticos + status). Barcia (2009, 110) ilustra a premissa ao apresentar uma frase da Condessa de Merlin em sua visita à Havana:“(...) por grande que sea la casa de my tio, apenas bastará para su familia y sus criados, tiene diez hijos, otros tantos nietos y más de cien negros para su serviço (...)”.

No contexto da pesquisa, onde a arqueologia histórica é priorizada, trago algumas considerações de profissionais que trabalham com o tema. São abordagens pertinentes ao estudo, ou seja, o estudo com artefatos arqueológicos oriundos de unidades domésticas situadas dentro de localidades que foram, na época sítios coloniais.

A primeira abordagem refere-se imediatamente ao elemento destacado no último depoimento citado, ou seja, ao escravo, que também tem participação da vida cotidiana destas sociedades. Ferreira (2009, 13-16), afirma que a “aliança” entre a Arqueologia da escravidão e a Arqueologia pública é, de um lado atributo do ativismo dos movimentos sociais negros; de outro, das críticas e engajamento de arqueólogos. O autor faz uso dos pensamentos de Trigger (2008) e Shanks (1984) a este respeito, quando diz que num mundo global, crescentemente complexo e integrado, a única base em que um sistema geral de justiça pode repousar é no indivíduo; mas o indivíduo como pertencente a um grupo, não é entidade absoluta e fechada em si mesma. Está culturalmente e politicamente ligado a redes diversas, desde a família até a comunidade; e é a trilha das trocas multiculturais e multivocais que o indivíduo floresce e pode contestar as pretensões hegemônicas do mundo global, a arqueologia da escravidão em sua aliança com a Arqueologia pública, reconhecendo que sua práxis se contextualiza nas tramas da História e da sociedade.

Dominguez (2004) afirma que a arqueologia histórica permite abordar novas linhas de trabalho na estruturação das diferentes estratégias de classificação de evidências materiais. Grupos de “achados” de origem europeia, como metal, porcelana, cerâmica ou vidro, podem ter procedências diversas. Os objetos podem ter sido adquiridos no mercado por roubo, por troca, ou outro procedimento. Sendo assim, estas situações tornam-se difíceis de qualquer tipo de comprovação, sem testemunhos documentais.

(...) las características particulares de las evidências no deben ser criterios rectores que rijan la investigación arqueológica sino el intercambio con la documentación, si existe o cualquier otro análisis como plantea la Arqueología Histórica, y sobre todo que permita la reconstrucción del evento, objetivo em si de la investigación (DOMINGUEZ, 2004, 6-7).

De acordo com Orser Jr. (2000) a arqueologia histórica utiliza uma série de fontes informativas dentro de suas investigações. As principais são artefatos e estruturas, a arquitetura, os documentos escritos, informações orais e imagens pictóricas. Mesmo assim, cada uma destas fontes informativas tem suas

particularidades. Seu caráter multidisciplinar significa que esta possui uma gama de possibilidades, dependendo do caso estudado.

Rodriguez (2005) faz algumas abordagens referentes à arqueologia da arquitetura dentro do município de Havana Vieja. Beatriz Rodriguez afirma que estes estudos podem ser eficazes para interesses restauradores, tanto para a realização de diagnósticos que “respondem” questões sobre o estado de um edifício, como informações sobre seu passado. Com o estudo arqueológico do material construtivo e as alterações ocorridas com o tempo, o arquiteto pode interpretar melhor a lógica construtiva, bem como suas modificações temporais. Ilustrando a premissa, traz o exemplo da rua San Ignacio situada dentro de Havana Vieja, esta rua é uma das “artérias” mais importantes da cidade de Havana.

Nela, encontram-se casas geminadas que possuem grande valor, não só pela preservação de suas paredes, mas porque atestam, mesmo com passar do tempo, grande quantidade das pinturas murais que hoje são testemunhas da diversidade de tipologias construtivas e decorativas que “reinavam” nos séculos XVIII e XIX, na Havana de então. Os fundamentos teóricos que orientam as investigações, referem-se a que as fachadas das casas, são “marcadores temporais” das formas construtivas empregadas. Estas são testemunhas das mudanças visíveis, transformações que deram lugar à superposições estratigráficas e delimitam as diferentes etapas de “intervenções” correspondentes aos momentos históricos específicos e suas próprias lógicas culturais.

La potencialidad arqueológica que se presenta em la Habana Vieja es incalculable, a tal punto que pensamos que serán varias generaciones las que dispongan de su conocimiento ya que grado de autenticidad de sus edificios y de los espacios urbanos concebidos em diferentes épocas, así como la inalterabilidad de su subsuelo hacen de esta ciudad el sueño de los arqueólogos históricos (DOMINGUES, 1998, 3).

Rodriguez (2005, 7) traz um exemplo deste trabalho, utilizando uma das casas da Rua San Ignacio, a casa nº 602:

(...) la fábrica de la fachada era y es de rajas, argamasa de barro, cal y piedras. Presenta cinco vanos originales por la calle San Ignacio, de los cuales tres corresponden a ventanas y dos a puertas, siendo uno de ellos la entrada principal de la casa, que aún conserva el marco y puerta de clavazón, además de sus goznes (...) El muro de la calle San Ignacio conserva gran parte de la capa de pintura mural, que para el siglo XVIII decoraba la fachada em su

totalidad. En la esquina donde se levanta el cuarto se mantiene una capa de pintura plana color rosado que cubre la fachada por la calle Acosta (...)

Continua ao afirmar que as edificações possuem um potencial histórico representativo de uma arquitetura de código doméstico, de possíveis restaurações, bem como apreciar construções detentoras de tipologias construtivas / decorativas características de diferentes períodos. De acordo com Zevi (1994), a beleza de uma construção não reside nos “perfeccionismos” conseguidos por uma civilização ou sua realização por uma indústria muito desenvolvida, mas o emprego minucioso dos materiais construtivos e os meios utilizados para disposição dos mesmos.

Zarankin (2002, 39) afirma que os prédios são objetos sociais, e como tais estão carregados de valores e sentidos próprios de cada sociedade, no entanto, não são um simples reflexo passivo desta, pelo contrário, são partícipes ativos na formação das pessoas:

A arquitetura denota uma ideologia e possui a particularidade de transformá-la em 'real' (material) para desta forma transmitir seus valores e significados por meio de um discurso material. Assim, se considerarmos que os prédios são formas de comunicação não-verbal, então estes podem ser lidos.

Conforme Eco (1968), o desenho arquitetônico tem inserido uma ideologia global que rege a operação do arquiteto. A mesma expressa-se por meio de normas ou códigos que atuam sobre esta produção. Ainda, por sua natureza, ela “satisfaz” exigências das pessoas, ao mesmo tempo em que “atraí” para que estas vivam de acordo com a mesma.

CONCLUSÃO

No momento, remeto-me à introdução deste trabalho, quando afirmo que meu objetivo é deixar comprovado que através do material arqueológico pode-se interpretar os comportamentos, as simbologias, as leituras feitas pelas sociedades envolvidas no período do século XIX.

No contexto temporal estudado, os territórios brasileiros e cubano pertenciam às metrópoles europeias. Sendo assim, de lá vieram as novas influências, as novas ideologias, os novos modismos e costumes. Tais “modernidades” modificaram radicalmente as bases estruturais destas sociedades e para justificar, tanto historicamente, como arqueologicamente tal cenário, utilizei a teoria pós-processualista. Dentro do quadro apresentado, busquei considerações de pesquisadores como Ian Hodder, Charles Orser Jr., Andrés Zarankin, Maria Ximena Senatree Paulo Funari. Estas considerações encontram-se respectivamente no corpo da pesquisa, no primeiro capítulo. Os argumentos utilizados baseiam-se na afirmação de que esta teoria abre caminhos para análises de processos estruturais e os indivíduos, ações ideológicas, jogos de poder, a pluralidade dentro destas sociedades, a subjetividade dos grupos sociais, bem como o estudo de facções de indivíduos discriminados nos contextos históricos, no caso a mulher e grupos subalternos. Ainda, conta com o benefício de:

– “(...) *trabalhar com áreas já povoadas, vinculadas à memória coletiva e boa parte dos sítios históricos se encontram em áreas que continuam povoadas (...)*” (ALBUQUERQUE, 1992, 35).

– “(...) *o mais importante ganho da arqueologia nos últimos anos, tenha sido o engajamento dos profissionais com o público. O ato de examinar as evidências materiais de grupos subalternos, oferece uma oportunidade de se ter um acesso mais abrangente a grupos que tradicionalmente não são representados*” (FUNARI, 2007, 30).

Enfim, trata-se de uma visão onde estão sempre envolvidos os indivíduos e seus respectivos contextos, tanto espacial, quanto temporal.

Na continuidade, a realidade apresentada nestes contextos, as novas e antigas formas de poder: dono/senhor – escravo, patrão – empregado. Tal sistema não aparecia isolado nas unidades domésticas, nos cotidianos familiares, mas em um

âmbito maior, no espaço entre Metrópole (Europa) e Col nias (América Latina). Dentro de tal realidade, o surgimento das rela es de interesse econ mico / político das coroas, na economia brasileira, em Pelotas, vigorava o charque e em Cuba, em Habana Vieja, os produtos agrícolas eram o açúcar e o tabaco. Junto, vieram a explora o e o subjugo, novos sistemas hierárquicos, as diferenças entre os que mandam e os que obedecem. Mas assim como antes, os novos valores não são estabelecidos isoladamente; estes foram sendo formados tanto na face externa, quanto na face interna da sociedade, ou seja, no cotidiano, no lar dos indivíduos e fora, através do comércio, dos negócios, onde começam ou recomeçam a surgir (inicia-se uma nova versão de sistemas históricos anteriores) grupos isolados, que se caracterizam por ter poder ou não, ter dinheiro ou não, assim, a nova ordem capitalista se instalou.

Nos contextos domésticos, a vida dos indivíduos também se modifica, cresce a influência das novas tendências de fora, da Europa. Famílias com posse podem importar, comprar, ter o privilégio de ter em seus lares, produtos diversificados; ao mesmo tempo, cresce o número de indivíduos que por pertencerem ou terem condi o inferior, subordinavam-se aos primeiros como serviçais, criados e naturalmente, os já pertencentes, os escravos.

Mas, algo difícil de ser mudado, que estava enraizado nestas antigas sociedades, eram as rela es familiares, as hierarquias dentro dos lares era o sistema patriarcal, por onde o poder do chefe de família era a base sustentadora. Em ambas as sociedades estudadas, a realidade feminina era a mesma, a figura que assegurava o bem-estar da família, a dona de casa "obediente", que cuidava dos assuntos relacionados com o lar e assuntos pertinentes a este. Tal situa o se justificava de várias formas, em diferentes ambientes, tanto espaciais como temporais ao longo da história. Mas este quadro, aos poucos, foi sendo modificado no decorrer do século XIX, juntamente com as novas ideias de modernidade que estavam sendo implantadas nas novas terras. Antes, mantidas em seus redutos cotidianos, as mulheres, aos poucos, foram buscando seu merecido lugar dentro das sociedades,   medida que surgiam as mulheres trabalhadoras das fábricas, das lojas de comércio e trabalhadoras das indústrias. Esta nova situa o, deu a oportunidade   mulher de colaborar também com a renda doméstica, passando a ser um personagem ativo dentro do contexto e para

trabalhar, necessitava estudar, mas fora dos ambientes caseiros, onde seu estudo era privado e preparatório para seu destino de submissão, primeiro ao pai e depois ao marido. Nesses novos ambientes, elas ganharam voz e sustentação para o surgimento de um elemento diferenciador dentro dos enredos históricos, antes privilégios garantidos somente do sexo masculino.

Mas as novas ideias, ao mesmo tempo que “assustavam”, davam oportunidades para novas cabeças participarem, é o caso dos governantes, que ao trazer artistas estrangeiros para ensinar e empregar suas experiências nas “novas terras”, oportunizaram que seus discípulos, alunos locais, aprendessem as novas tendências artísticas. Dentre estas, destacou-se a arquitetura, que acabou sendo aqui a uma mescla das novas nuances estrangeiras com “pitadas” locais. É dentro desta realidade que os espaços começaram a ser demarcados, as obras arquitetônicas agora adquiriam significados, continham símbolos especiais, tanto nos espaços públicos, quanto nos espaços privados.

No primeiro capítulo, trago considerações de Zarankin, Orser Jr. e Funari sobre “domesticação” dos espaços e sua relação com a história e a arqueologia, bem como a transformação destes de acordo com as diferentes cosmovisões, tendo como exemplo, o planejamento das cidades no período do surgimento das novas ordens econômica, política e social. As edificações, as estruturas arquitetônicas relacionam-se com as descobertas dos arqueólogos, no sentido em que podem ser lidas da mesma forma que os níveis arqueológicos dos solos, pois as paredes, bem como os espaços de uma edificação podem fazer parte das interpretações do pesquisador, podendo ainda, indicar vestígios do passado de uma sociedade que de outra forma passariam despercebidos. A Arqueologia da Arquitetura tem mostrado que as plantas dos edifícios podem nos dizer, de várias formas, como as pessoas viviam.

Na continuidade da argumentação, no terceiro capítulo da minha tese, trago considerações de Guiddens, Johnson e Zarankin, quando caracterizam a sede doméstica como um espaço de convivência, onde concentram-se as atividades diárias e apresentam diferentes regiões, cada uma com sua importância nos contextos de interação na relação entre o meio físico e as rotinas da vida cotidiana. No momento em que uma casa é dividida em regiões, como pavimentos, aposentos, lugares que são

considerados de diferentes maneiras no tempo e no espaço, onde determinadas peças são utilizadas somente durante o dia, outras, somente à noite, bem como, a existência de lugares permitidos, limites como paredes, portas, janelas ou mesmo limites estipulados através da comunicação verbal, utilizando expressões como “meu”, “teu”. Portas e corredores adquirem as funções de permitir ou negar acesso aos diferentes locais e espaços.

Diante dessas considerações, fica clara a importância do entendimento dos espaços construídos para interpretação das sociedades passadas. Assim, pude comprovar através das análises realizadas com o material arqueológico, a louça colonial das unidades domésticas de Pelotas e Habana Vieja, a diversidade espacial que comportava tais artefatos, os pratos (refeições – sala de jantar), potes e tigelas (armazenamento /conservação de alimentos – cozinha /dispensa), urinóis, bacias e canecas com “aparelhagem” para barba (dormitórios), escarradeiras (sala de estar).

As unidades domésticas “fornecedoras” da louça colonial estudada, embora situadas em espaços geográficos diferentes dentro da América Latina, abrigavam material arqueológico com a tipologia igual.

Diante disso, as considerações de Orser Jr. que integram o segundo capítulo da tese, justificam minha argumentação, quando afirmam que grande parte dos artefatos encontrados nos sítios arqueológicos são mercadorias produzidas em contextos industriais, vendidas e usadas por pessoas que não as produziram. Os compradores destas mercadorias podem viver em culturas completamente diferentes, a milhares de quilômetros dos produtores. Dentro do estudo dos espaços internos das edificações domésticas, estavam delimitadas sua serventia, ou seja, por qual motivo estavam ali. Em Pelotas, na residência Conselheiro Antunes Maciel, os tetos eram ornamentados com figuras em alto relevo que identificavam os cômodos. Em Habana Vieja, na casa Prat Puig, os cômodos eram identificados através de pinturas nas paredes, em algumas partes, também nos tetos. Ainda, em resposta a um dos objetivos da tese, ficou bastante “evidenciada” a distancia não só do convívio, mas da espacialidade física destinada aos serviçais. Em Pelotas, o lugar destes era o porão da casa e em Habana Vieja, no piso superior da casa, no fundo do terreno da casa. Também, as fachadas destas, eram meios de comunicação visual que caracterizavam a riqueza dos

proprietários. Justificando minha abordagem conclusiva, trago a consideração de Zevi, sobre fachadas, que esta na íntegra exposta no terceiro capítulo da tese “(...) *as fachadas são espaços topológicos onde relacionam-se os elementos funcionais e ornamentais, diferentes materiais e diferentes cores. Como pilastras divisórias, brasões identificadores com as iniciais do proprietário, frisos decorativos*”.

Mesmo pertencendo a contextos espaciais diferentes, tendo históricos temporais e econômicos distintos, as casas de onde provinha o material arqueológico estudado estavam localizadas em locais de destaque dentro de uma nova realidade que se instalava nas cidades. Ambas pertenciam inicialmente à famílias de posses, vivendo da economia vigente na época. Em Pelotas, a residência Conselheiro Antunes Maciel, que foi construída em 1878, abrigou a família Maciel que pertencia à elite charqueadora, agora, pertencentes a elite urbana pelotense. Em Habana Vieja, a casa construída na segunda metade do século XVII, considerada uma “residência burguesa” e inicialmente residencial, numa segunda ocupação também um aposento localizado no térreo transformou-se em uma “*tienda*”, passando portanto, a ter as funções de moradia e de casa comercial.

Sendo assim, termino minhas considerações conclusivas com a certeza de ter deixado minha contribuição no sentido do envolvimento da Arqueologia Histórica e do artefato arqueológico com as interpretações sobre as sociedades modernas.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia Histórica e Restauração. In: *Revista CLIO, Recife*. Pernambuco : Universidade Federal de Pernambuco, 1992.

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza & VELOZO, Jango Nery. A faiança Inglesa dos Sítios Arqueológicos Históricos Brasileiros. In: **Revista CLIO, Recife**. Pernambuco : Universidade Federal de Pernambuco, 1993.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. Vida privada e ordem no Império. In: **História do Brasil – Império: a Corte e a modernidade Nacional**. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANJOS, Marcos Hall. Estrangeiros e Modernização: A cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. In: **História e Etnias de Pelotas**. Pelotas, 2000.

AVELLANEDA, Gertrudis Gomes de. Viaje a la Habana. In: **Biografia da Condessa de Merlin**. Revista da Sociedad Literaria e Tipografica. N°11- Madrid, 1844.

BAKOS, Margareth . Escravidão Negra e os Farroupilhas. In: **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

BEAUDRY, Mari. Archaeology and the historical household. In: **Man in the Northeast**. N°28, 1984.

_____ ; COOK, Lauren; MROZONSKI, Stephen. Artefatos e vozes ativas: Cultura material como discurso social. In: **Vestígios – Laboratório de Arqueologia**. Belo Horizonte: FAFICH – UFMG, 2007.

BECK, Ulrich. “Von der Vergänglichkeit der Industriegesellschaft”. In: **Das pfeifende Schwein**. Berlim, 1985

BELO, André. História, Livro e Leitura. In: **Coleção História & Reflexões**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BERNSTEIN, Basil. Theoretical studies towards a sociology of language. In: **Class, codes and control**. Londres: Routledge, 1971.

BINFORD, Lewis. **Organization and Formation Processes**: Looking at Curated Technologies. *Jornal of Antropological Research*, V. 35, nº3. University of New Mexico, 1979 .

BLANTON, Richard. **Houses and Houses Holds**: A Comparative Study. New York: Plenum Press, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **El sentido práctico**. Buenos Aires: Taurus Humanidades, 2007.

_____. **Sociologia**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1983.

BRENNAN, Timothy. **The national longing for form**. Narrating the Nation. Londres: Routledge, 1990.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. México, 1990.

_____. **Las culturas populares em el capitalismo**. México, 1982.

CASTELLS, Manuel. **The rise of the network society**. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. **Arqueologia “salvando” o Patrimônio Cultural Da Cidade de Pelotas/RS: “Salvando” o quê? Pelotas**, 2004.

CERTEAU, Michael. **A Invenção do Cotidiano I**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

_____. **A Invenção do Cotidiano II**. Morar, Cozinhar – Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

_____. **A Cultura no Plural**. São Paulo: Editora Vozes, 2005.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre prática e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **O mundo como representação**. São Paulo: MAE / USP, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 1986.

_____. **Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. In: **História do povo brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2000.

COMISSOLI, Adriano. **A casa da família Pinto Bandeira: estratégias familiares de**

perpetuação do poder no Rio Grande de São Pedro – séculos XVIII e XIX. In: **Cadernos FAPA**. VI Fórum FAPA. Porto Alegre, 2009.

CONNOR, Steven. **Cultura Pós-Moderna**: Introdução às teorias do contemporâneo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

CONSTANTINO, Núncia. A conquista do tempo noturno. In: **Porto Alegre 'moderna'**. Estudos Ibero-americanos. V.XX Porto Alegre: PUCRS, 1994.

COSTA, Eleonora. Sobre o acontecimento discursivo. In: **História no Plural**. Brasília: UNB, 1994.

COMTE, Auguste. **Filosofia Positivista**. Londres: Oxford, 1853.

DALMAZZO, Renato. **As relações de comércio do Rio Grande de São Pedro – Séculos XIX e XX**. Porto Alegre: FEE, 2004.

DARTON, Robert. Primeiros passos para uma história de leitura. In: **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Editora Forence Universitária, 1995.

DEAGAN, Kathleen. Líneas de Investigación Histórica. In: **Vestígios – Laboratório de Arqueologia**. Belo Horizonte: FAFICH – UFMG, 2008.

BRENNNA, Giovana Rosso. Ecletismo no Rio de Janeiro. In: **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo, 1987.

DEETZ, James. **In small things forgotten: the archeology of early American life**. EUA: Anchor, 1977.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DIAS, Maria Odila. **Quotidiano e poder em São Paulo – século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOMINGUEZ, Lourdes S. La ciudad encontrada. In: **Opous Habana**. V.II. Havana, 1998.

_____. Guanabacoa: **“Una experiência india” em nuestra co-lonización**. Gabinete de Arqueologia. N.3. Havana, 2004.

DUBY, George. **Imagens da mulher**. Paris: Plon, 1990.

DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: Editora Nova Dimensão, 1990.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2003.

FANON, Frantz. **Les Dammés de la Terre**. Paris: François Maspero, 1961.

FEITOSA, Lourdes. A questão do gênero na Antiguidade Clássica. In: **Narrar o Passado, repensar a história**. Campinas: ,2000.

FERREIRA, Lucio Menezes. Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública In: **Vestígios – Laboratório de Arqueologia**. Belo Horizonte: FAFICH – UFMG, 2008.

FLEITAS, Reina. El aspecto sociológico sobre la familia, el parentesco y el matrimonio. In: La Familia y las ciencias sociales. Centro de investigación de la Cultura Cubana Juan Marinello. Habana – 2003 pp.123-126

FLORES, Moacyr. História do Rio Grande do Sul. EDIPLAT - Porto Alegre, 2003, pp.22-147

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Editora Forense Universitária - Rio de Janeiro – 1977 – pp.143 – 166

_____. A Hermenêutica do Sujeito. Editora Forense Universitária São Paulo – 2004 pp.209-281

_____. Arqueologia do Saber-Editora Forense Universitária– 2006 p.238

FRAGO, Viño. Currículo, Espaço e Subjetividade: A Arquitetura como programa. Rio de Janeiro – 1988 -p.61

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. In: Casa Grande e Senzala. J. Olímpio Editora Rio de Janeiro – 1977

FREITAS, Décio. Farrapos, uma rebelião federalista. In: Revolução Farroupilha, História e Interpretação – Mercado Aberto -Porto Alegre – 2003 – pp. 110-119.

FREITAS, Luciana. Cultura Material, Prática Arqueológica e Gênero: um estudo de caso. In: Cultura Material e Arqueologia Histórica. IFCH – UNICAMP – Campinas – São Paulo – 1998 – p.287

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. Contexto - São Paulo – 2000.

_____. Arqueologia. Contexto - São Paulo – 2003.

_____. Teoria e a Arqueologia Histórica: a América Latina e o Mundo. In: **VESTÍGIOS** – 2007 – pp.52-55

_____. **Arqueologia e Patrimônio**. Habilis Editora - São Paulo – 2007 pp.84-123

_____. **Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no Contexto Sul-Americano: Cultura Material e Arqueologia Histórica** São Paulo: IFCH – UNICAMP, 1998.

_____. A cultura material e a Construção da Mitologia Bandeirante: Problemas da Identidade Nacional Brasileira. In: **IDEIAS** Campinas: IFCH – UNICAMP, 1995.

_____. **Arqueologia e Patrimônio**. Erechim: Habilis, 2007.

_____; CARVALHO, Aline Vieira. **Palmares, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____; OLIVEIRA, Nanci Vieira. A Arqueologizado conflito no Brasil. In: **Arqueologia da repressão e da resistência**. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2008.

_____; Pelegrini, Sandra. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____; ORSER, Charles & SCHIAVETTO, Solange. **Identidades, Discurso e Poder: estudos da arqueologia contemporânea**. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2005.

GARDINER, Michael. **Critiques of Everyday life**. London/ New York: Routledge 2000.

GAY, Peter. **A experiência burguesa: da rainha Vitória à Freud – a educação dos sentidos**. São Paulo – 1998.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GIBB, James. **The Archaeology of Wealth**. Consumer Behavior in English American. New York: Springer, 1996

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. São Paulo: Autêntica Editora, 2006.

GONZALES, Júlio & CANER, Acela. **Mujeres Cubanas y el camino hacia la Libertad**. Havana, s/d.

GRAHAME, Mark. **The House of Pompeii: Space and Spatial Interaction**. Tese de doutorado. Departamento de Arqueologia da Universidade de Cambridge. Cambridge, 1995.

GUIDDENS, Anthony. **La Constitución del Sociedad**. Buenos Aires: Amorrortu, 1990.

_____. **The Consequences of Modernity**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

GUTIERREZ, Ester. **Negros, charqueadas e olarias:** um estudo sobre o espaço Pelotense. Pelotas:Mundial, 1993.

GUTMAN, Herbert. **Le Phénomène Ivisible:** la composition de la familia et du fayer noir apres la Guerre de Sécession. Anais: Economies, Societes, Civilisations, nº27. Havana: 1992.

HALL, Stuart. Culture and the State.In: **Open University.** Londres, 1992.

_____. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.**Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

HARVEY, David. **The Cotidion of Post-Modernity.** Oxford: Wiley – Blackwell, 1989.

HINGLEY, Richard. Concepções de Roma: uma perspectiva inglesa. In:**Repensando o Mundo Antigo.** São Paulo: IFCH – UNICAMP, 2002.

HIDALGO, Yoao. **Síntesis de la evolución urbanística y arquitectônica de la Habana Vieja.** Havana,2010.

HOBBSAWM, Eric. **A Invenção das Tradições.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

HODDER, Ian. **Interpretación en Arqueologia:** Corrientes Actuales. Barcelona: Critica,1995.

JONES, Siân. Categorias Históricas e a Práxis da Identidade. In:**Identities, Discurso e Poder:** estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2005.

JOHNSON, Mathew. Conception of agency in archaeological interpretatión.In: **Jornal of Anthropological Archaeology.**V. 8, nº 2, 1989.

_____. **An Archaeology of Capitalism.**Oxford: John Wiley & Sons, 1996.

JENKINS, Keith. **A História Repensada.** São Paulo: Contexto, 2005.

LESSA, Barbosa. **Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo:** como surgiu o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: AGE Ltda, 2002.

LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas.**Pelotas,1911.

KING, Anthony. **Building and society:** Essays on the Social Developement of the BuiltEnvironment. Boston: Taylor & Francis, 1980.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LACAN, Jacques. The mirror stage as formative of the function of the I. In: **Écris**. Londres: Routledge, 1977.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

LEAL, Eusébio. La Arquitectura Doméstica de la Habana Vieja. In: **La Casa Habanera. Gabinete de Arqueologia**. Boletim nº7 ano7 – 1995.

LEROI-GOURANH. André. **Fouilles de Pincevent**: Essai d'analyse ethnographique d'un habitat magdalénien. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique. 1972.

LEMOS, Carlos Alberto. **História da casa brasileira**: a casa colonial, casas urbanas e rurais, a habitação burguesa. São Paulo: Nobel Editora, 1989.

_____. **Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, 1993.

_____. **Alvenaria burguesa**. São Paulo: Contexto, 1996.

LEONE, Mark. Interpreting Ideology in Historical Archaeology. In: **Ideology, Power and Prehistory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

LIMA, Tânia Andrade. **A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Dédalo, 1989.

_____. O Papel da Arqueologia Histórica no Mundo Globalizado. In: **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul**. Buenos Aires, 2002.

_____. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, 1995.

_____. Humores e Odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro – século XIX. In: **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**: URJ, 1996.

LORAU, Nicole. Les Enfants d'Athéna. In: **Le féminin et l'homme grec**. Paris, 1989.

LYOTARD, Jean-François. **Economie Libidinale**. Paris: Minuit, 1974.

MACIAS, Rosario Marquez. **La Habana em el siglo XIX**. Una visión a través de la inmigración. Havana: Universidad de Huelva, 2008.

MACIEL, Patrícia. **A educação das meninas em Pelotas**: iniciativas da educação Privada na virada do século XIX para o século XX. Pelotas: UFPEL, 2007.

_____. **O ensino feminino privado em Pelotas**: algumas experiências

de leitoras dos colégios femininos. Pelotas, 2007.

McGUIRE Randall. **The archeology of Inequality**. Cambridge: Blackwell, 1991.

MAESTRI, Mário. **O sobrado e o cativo**. A arquitetura erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho. Passo Fundo: UFP, 2007.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro**: um estudo sobre a história de Pelotas. Pelotas: UFPEL, 1993.

_____. **História aos domingos**. Pelotas: Armazém Literário, 2003.

MENÉNDEZ, Madeline. **Tipologia de la Arquitectura Doméstica em el Centro Histórico**. Havana, 2009.

MILLER, Daniel. **Material Culture and Mass Consumption**. Cambridge: Wiley – Blackwell, 1987. 248p.

MONTICELLI, Gislene. Análise das Informações Obtidas com os Mbyá-Guaranisobre suas antigas vasilhas de cerâmica. In: **Revista do Cepa**. Santa Cruz do Sul, 1999.

MORAIS, Arisnete. **A leitura de romances no século XIX**. Belo Horizonte, 1988.

MORAIS, José Luiz. A arqueologia e o turismo. In: **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2005.

NASCIMENTO, Heloisa. **Nossa Cidade era assim**. Pelotas: Editora Mundial, 1989.

OGNIBENI, Denise. **Charqueadas Pelotenses no século XIX**: Cotidiano, Estabilidade e Movimento. Tese de Doutorado – PUCRS. Porto Alegre, 2004.

OLIVEN, Ruben. **A Antropologia de Grupos Humanos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

OOSTERBECK, Luiz. **Arqueologia, Patrimônio e Gestão do Território**. Erechim: Habilis, 2007.

ORSER JR., Charles. **A Historical Archaeology of the Modern World**. New York: Plenum Press, 1996.

_____. **Introducción a la Arqueología Histórica**. Instituto Nacional De Antropología y Pensamiento Latinoamericano (INAPL) Buenos Aires, 2000.

_____. O Desafio da Raça para a Arqueologia Histórica Americana. In: **Identities, Discourse e Poder**: estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2005.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e Estética da Existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1999.

ORTEGA, Ovídio, LUGERA, Yamilé, ALONSO, César. El comércio em el puerto de La Habana durante el siglo XIX y el naufrágio de la goleta inglesa Arrow. In: **Gabinete de Arqueologia**. N. 6. Havana, 2007.

ORTIZ, Renato. Franz Fanon: Um Itinerário: Político e Intelectual. In: **IDEIAS**. Campinas: IFCH – UNICAMP, 1995.

OSÓRIO, Fernando Luis. **A cidade de Pelotas**. Pelotas: Oficina Tipográfica do Diário Popular, 1922.

OSÓRIO, Helen. **Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, negócios e recrutamento de um grupo mercantil da América portuguesa**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. **Para além das Charqueadas: estudo do padrão de posse dos escravos no Rio Grande – séculos XVIII e XIX**. Pelotas, 2000.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1987.

PATTERSON, Thomas Carl. **Inventing Western Civilization**. New York: Monthlu Review, 2005.

PEIXOTO, Luciana. Catálogo de Faiança Fina da Residência Conselheiro Maciel. Pelotas: UFPEL, 2004.

_____. **A louça e os modos de vida urbanos na Pelotas oitocentista**. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural) UFPEL, 2009.

PEIXOTO, Luciana & CERQUEIRA, Fábio. Salvamento Arqueológico do Centro Urbano de Pelotas/RS. In: **V Encontro do Núcleo Regional da SAB –SABSUL**. São Leopoldo, 2007.

PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio Cultural: Consciência e Preservação**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 2009 .

PEREIRA, Oscar, CELAYA, Miriam, ROBAINA, Jesús. La arqueologia em el discurso sobre identidad cultural em Cuba. In: **CATAURO – Revista Cubana de Antropologia**. s/n. Havana, 2003.

PERES, Eliane Teresinha, GONÇALVES, Renata Braz. Textos destinados ao público leitor feminino, divulgados no jornal diário “correio mercantil” de Pelotas (1875-1900). Pelotas, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **A Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Editora Brasiliense, 1990.

_____. **O espetáculo da rua**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. Farrapos, Liberalismo e Ideologia. In: **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

_____. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**: Rio de Janeiro/Porto Alegre: UFRGS, 1999.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

_____. **Os excluídos da História**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1988.

PICCOLO, Helga Landgraf. A Guerra dos Farrapos e a Construção do Estado Nacional. In: **A Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1977.

PUIG, Francisco Prat. **El Pré-barroco em Cuba: una escuela criolla de arquitetura Morisca**. Havana: La Habana, 1947.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: **Cultura Histórica em Debate**. Florianópolis, 1995.

_____. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra - 1985

_____ & GIMENES, Renato. **Narrar o Passado, Repensar a História**. Campinas: IFCH – UNICAMP, 2000.

_____ ; FUNARI, Pedro Paulo. **Subjetividades antigas e modernas**. São Paulo: Annablume Editora, 2008.

RAPOPORT, Amos. Systems of activities and systems of settings. In: **Domestic Architecture and the use of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro na Arquitetura do Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

REIS, José Alberine dos. Das condições de possibilidade da teoria em arqueologia: do implícito ao explícito na arqueologia brasileira. In: **Identities, discourses and power: Estudos da arqueologia contemporânea**. São Paulo, 2005.

_____. "Não pensa muito que dói": Umpalimpsesto sobre a teoria na Arqueologia Brasileira. Porto Alegre: EDIPUC/RS, 2005.

REY, Estrella. **Algunos aspectos socioeconomicos de la Cuba colonial temprana – (1512 – 1555)**. Revista Cubana de Antropologia.N. 8. Havana, 2003.

RICHARD, Neli. Postmodernism and Periphery.In: **Third Text**.V.1, n. 2.1987.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erica Marion. Arqueologia e Sociedade no Município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações em Arqueologia Pública ligadas ao Projeto de Ampliação da Mina Calcária Limeira. In: **Arqueologia Pública**.Campinas: NNE/UNICAMP, 2006.

RODRÍGUEZ, Beatriz; HERNÁNDEZ, Iosvany. Interpretación y Explicación en Arqueologia. In: **Gabinete de Arqueologia**.N.7. Havana, 2008.

_____. La Arqueologia de el Centro Histórico de la Habana Vieja: un estudio de caso. In: **Gabinete de Arqueologia**. N.5. Havana, 2005.

RUBIN, Gayle. **The Traffic in Women: notes on the political economy**. NovaYork: Monthly Review, 1975.

SAID, Edward.Narrative, Geography and Interpretation.In: **New Left Review**, nº 180. 1990.

_____. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras,2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

SANTANA, Alícia Garcia. **Las primeras villas de Cuba**. Havana, 2008.

SANTOS, B. Turismo, Cultura e Lazer. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**Vol. 43. Coimbra, 1986.

SANTOS, Carlos Alberto. Espelhos, Máscaras, Vitrines: Estudos Iconográficos das Fachadas Arquitetônicas de Pelotas – 1870 -1930. In: **História e Etnias de Pelotas**. Pelotas, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Editora Fundação Perseu Abramo São Paulo – 2004.

SAHLINS, Marshall. A cultura e o meio ambiente: estudo de ecologia cultural. In: **Panorama da Antropologia**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1966 .

SHAMMAS, Carole. The domestic environment in early modern England and American. In: **Journal of Social History**N.14. Londres, 1990.

_____. **The pré-industrial consume in England and América.**Cambridge: Figueroa Press, 1987.

SAMARA, Eni de Mesquita, Mulheres nas Américas: um repasse pela historiografia Latino-Americana recente: In: **Américas** – Revista Brasileira de História, 1990.

SCHIAVETTO, Solange. A Questão Étnica no Discurso Arqueológico: afirmação de uma identidade indígena minoritária ou inserção da identidade nacional? **Identidades, Discurso e Poder:** estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2005.

SCHIFFER, Michael. **Formation Process of the Archaeological Record.**Albuquerque: University of New México, 1987.

SCHILLER, Friedrich. On the Aesthetic Educatios of Man. In: **A series of letters.** Oxford: Nabu Press, 1967.

SCHLEE, Andrey. **O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e40.** Dissertação de Mestrado(Curso de Pós-Graduação em Arquitetura –UFRGS) Porto Alegre: UFRGS, 1994.

SCOTT, Joan. Preface a Gender and Politics of History. In:**Cadernos Pagu.** Campinas: UNICAMP, 2005.

SENATORE, Maria Ximena. Floribanca entre la Modernidad y la Posmodernidad. In: **Vestígios – Laboratório de Arqueologia.** Belo Horizonte: FAFICH – UFMG, 2007.

SHANKS, Michael; HODDER Ian.Processual, postprocessual and interpretivearchaeologies.In: **Interpreting archaeology:** Finding meanig in the past. London: 1995.

_____;THILLEY,Cristopher. **Social theory and archaeology.** Cambridge: PolityPress, 1996.

SILVA, Glaydson. A Antiguidade Romana e a Reconstrução das Identidades Nacionais. In: **Identidades, Discurso e Poder:** estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume-FAPESP ,2005.

SILVEIRA, Flávio Leonel; CANCELA, Cristina. **Paisagem e Cultura:**Dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade. Belém: EDUFPA, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira.** Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1989.

_____. **Panorama do Segundo Império.** Rio de Janeiro: Editora Graphia, 1998.

SORHEGUI, Arturo. Las três primeras Habanas: Contraposición de Interesses Civiles y Militares em la conformación de uma imagen própria de la ciudad. In: **Gabinete de Arqueologia**. N.5. Havana, 2008.

SOUTH, Stanley. Reconhecimento de Padrões na Arqueologia Histórica. In: **Vestígios – Laboratório de Arqueologia**. Belo Horizonte: FAFICH – UFMG, 2007.

SOUZA, Jessé. **A Modernização Seletiva**. Brasília: Universidade de Brasilia, 2000.

SOUZA, José Otávio Catafesto de Souza. O sistema econômico nas sociedades Guarani pré-coloniais. In: **Horizontes Antropológicos**. V. 8. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SOUZA, Marcos André. Uma outra escravidão: a paisagem social no Engenho de São Joaquim, Goiás. In: **Vestígios – Laboratório de Arqueologia**. Belo Horizonte: FAFICH – UFMG, 2007.

SPENCER-WOOD, Suzanne. **Consumer choice in historical archeology papers**. Nova Iorque: Monthly Review, 1987.

STASKI, E. Advances in Urban Archaeology. In: **Advances in archaeological method and teory**. N.9. Nova Iorque, 1996.

SYMANSKI, Luís Claudio. **Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no Século XIX**. Porto Alegre, 1998.

_____. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. In: **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul – Cultura Material, Discursos e Práticas**. Buenos Aires, 2002.

THIESEN, Beatriz Valadão. As paisagens da cidade: Arqueologia da área central de Porto Alegre no século XIX. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1999.

_____. Fábrica, Identidade e Paisagem: arqueologia da Bopp Irmãos. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. Fica dentro ou joga fora? Práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

_____. **A Faiança Fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade**. SMC / Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, 2001.

THOMAS, Julian. **Time, culture y identity**. An interpretative archaeology. Londres, 1996.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura:** Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

VAN POOL, Cristine S.; VAN POOL, Todd L. The scientific nature of postprocessualism. In: **American Antiquity**. N.64. 1999.

VERA ESTRADA, Ana. **Dimensión familiar em Cuba:** pasado y presente. Centro de Investigación y Desarrollo de la cultura cubana Juan Marinello. Havana, 2007.

_____ ; RUEDA, José Miguel. **Cuaderno sobre la familia.** Centro de Investigación y Desarrollo de la cultura cubana Juan Marinello – Havana, 2007.

VIEIRA, Sidney. A evolução urbana de Pelotas: um estudo de caso metodológico. In: **História em Revista.** Núcleo de documentação. Pelotas: UFPEL, 2006.

WEBER, Max. **The theory of social and Economic Organization.** New York, Free Press, 1964.

WATTERS, Daniel. Arqueologia Histórica em las islas caribeñas con culturas Diversas. In: **Gabinete de Arqueologia.** N.5. Havana, 2006.

WEIMER, Gunter. **A Arquitetura.** Porto Alegre: UFRGS, 1992.

WEISS, Francisco. **La Arquitectura Cubana del siglo XIX.** In: **Publicaciones de la Junta Nacional de Arquitectura e Etnología.** Habana, 1960.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

_____. **The Idea of Culture.** Londres: Chatto and Windus, 1976.

YUNES, Gilberto. Cidades reticuladas: a persistência do modelo de formação urbana do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU/USP, 1995.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista. Tese de Doutorado. São Paulo: MAE – USP, 2005.

ZARANKIN, Andrés. **Paredes que Domesticam:** Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista, o caso de Buenos Aires. Campinas: IFCH – UNICAMP, 2002.

_____. El Pensamento Moderno y el Pensamento Pósmoderno en Arqueologia. In: **Narrar o passado, repensar a História.** Campinas: IFCH – UNICAMP, 2000.

_____ ; SENATORE, Maria Ximena. **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul:** Cultura Material, Discursos e Práticas. Buenos Aires, 2002.

_____ ; SALERNO, Melissa. El Sur por el Sur: una revisión sobre la historia en América meridional. In: **Vestígios – Laboratório de Arqueologia**. Belo Horizonte: FAFICH – UFMG, 2007.

ZEQUEIRA, Maria del Carmen B. *La otra familia: parientes, redes y descendência de los esclavos em Cuba*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2009.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WEBER, Max. **The theory of Social and Economic Organization**. Nova Iorque: Free Press, 1964.

WEISS, Francisco. La arquitetura cubana del siglo XIX. In: **Publicaciones de la Junta Nacional de Arqueologia e Etnologia**. Havana, 1960.

ANEXO A – METODOLOGIA 1,2,3

Metodologia

Os procedimentos metodológicos seguiram critérios de análise diferenciados por razão do material arqueológico estar catalogado e armazenado de maneira diferente nas instituições de pesquisa situadas nas cidades de Pelotas e Habana Vieja. Mesmo seguindo procedimentos diferenciados, os resultados dos estudos foram bastante semelhantes. Ressalto ainda, que dentre os conjuntos estudados por mim, estão artefatos pertencentes ao catálogo de faiança fina referente a casa 8 (Pelotas), feito pela pesquisadora Luciana Peixoto. Os artefatos encontram-se hoje expostos no LEPAARQ e boa parte deste conjunto são peças restauradas. Os procedimentos de análise, basearam-se no preenchimento de fichas cadastrais e individuais contendo as características tipológicas das peças. Nesta modalidade, utilizei o modelo exposto por Pedro Paulo Funari no livro Arqueologia.

Nos estudos foram usados somente fragmentos de faiança fina com tamanho suficiente para sua identificação. Ex: uma alça de jarra, uma borda de um prato ou de um pires. Também foram feitos registros fotográficos das coleções de louça doméstica. Mesmo não fazendo parte da problemática da pesquisa, dentro das características tipológicas das peças, foi destacado o tratamento de superfície das peças, incluindo as diferentes decorações. Tal identificação deu-se através de consultas em publicações e manuais de pesquisadores da área: Eldino Brancante, Aristides Pileggi, Daniel Schavelzón, Luis Claudio Schymanski, Paulo Zanettini, Paulo Tadeu Albuquerque, Fernanda Tochetto, Luciana Peixoto, Rafael Souza, entre outros.

Dentro do conjunto material pelotense, haviam alguns fragmentos que foram identificados como sendo de artefatos feitos com a pasta denominada irostone (de acordo com Souza (2010, p.387), estas peças apresentam uma pasta mais refinada, com granulometria menor que a faiança fina. Sua cocção leva mais feldspato, tornando-a mais vítrea e menos porosa. Souza cita Miller (1991, p.10) quando ele afirma que o white granit ou granito branco se assemelha ao irostone, Rafael continua, afirmando que na arqueologia, o irostone se aproxima muito da porcelana, já para Pileggi (1958), a louça granito é um tipo de faiança fina...)

Ficha cadastral/tipológica

Artefato = prato, tigela, pires, escarradeira, urinol, jarra, xícara, tampa, caneca, bacia;
(nas fichas referentes ao catálogo de Luciana Peixoto, os códigos utilizados para reconhecer as peças restauradas foram: rec. = restaurado a partir de ... frag. = fragmentos)

Funcionalidade = forma de utilização do artefato;

Morfologia = artefato com ou sem tampa ou “gargalo” / “boca” fechados ou abertos;

Composição material = matéria-prima da qual é feito o artefato;

Decoração = ornamentação, incisão ou impressão no artefato e alteração da forma em alguma parte do artefato;

Estilo/Período (fabrico/uso) = início da fabricação do artefato até a provável data limite de seu uso efetivo. Neste quesito, utilizei legendas para respectiva identificação: * = 1ª metade do século / 2ª metade do século / ----- = sem decoração / +,++ = um mesmo artefato com decorações diferentes em partes distintas do artefato;

Gênero = utilização do artefato por homens (h) ou por mulheres(m) ou ainda pelos dois sexos (h/m)

ANEXO B – TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE

PADRÕES DECORATIVOS E ESTILOS

- **PINTURA MANUAL** = caracteriza-se pela presença de desenhos com motivos florais na superfície dos artefatos. Este tipo de decoração divide-se em dois estilos, o peasant style, onde motivos florais feitos com largas pinceladas, cobrem quase a totalidade da superfície do artefato e o sprig style, que consiste na pintura de pequenos elementos florais feitas por finas pinceladas. As peças pintadas manualmente eram policromas, variando entre o azul, rosa, amarelo, verde, marrom, vermelho, alaranjado, vinho, preto e dourado.

carimbada - cut sponge = técnica que consiste na aplicação das tintas com o auxílio de um carimbo;

banhada - dipped = técnica que utiliza uma camada fina de argila colorida aplicada na superfície do artefato, criando os relevos que caracterizam as faixas e os frisos que aparecem nas bordas;

desig spatter = técnica decorativa que consiste em um salpicado formado pelo leve balanço do pincel na superfície do artefato. Também podia fazer-se uso do estêncil para dar um traço mais perfeito

esponjada - sponge = técnica que deixa a superfície do artefato com aparência de “manchada”. O efeito é obtido através de uma esponja;

anular = técnica de pintura manual sobre o artefato já esmaltado. Forma faixas e frisos com o uso do pincel e geralmente na cor dourada;

- **TRANSFER PRINTING** = técnica de impressão no artefato por transferência de um molde metálico, onde o desenho era gravado com profundas incisões por onde a tinta se espalhava. O passo seguinte, consistia na cobertura da placa por uma folha de papel de seda umedecido, que por sua vez, transferia o desenho para a superfície do artefato, já pré-cozido. Posteriormente, o papel foi trocado por material mais modernos. Esses artefatos, assim como os decorados de forma manual, também eram policromos, variando entre as cores azul, vermelha, rosa, verde, marrom, preta e vinho;

chinoiserie = gravuras com paisagens de temas chineses, podem ser florais ou de locais como pagodes, embarcações de junco, figuras com vestimentas orientais;

cartuchos = “invólucros” ovais ou oblíquos que envolvem as decorações gravadas na superfície dos artefatos. As gravuras estão associadas à motivos florais ou geométricos;

romântico = gravuras em primeiro plano de pequenas figuras em movimento, em passeio ou em pescaria e ao fundo, lagos e edificações;

clássico = gravuras no formato de flores de acanto, templos, elementos gregos, urnas;

floral = impressão contínua de flores sobre a superfície do artefato. Este tipo de decoração aparece geralmente nas cenas chamadas de exóticas;

exótico = animais “orientais”, camelos, tigres, elefantes, edificações como minaretes, mesquitas ou pessoas em trajes estrangeiros;

borrão = pintura na cor azul caracterizada pela aparência “nebulosa” do desenho. técnica consiste no uso de cloreto de amônia e do óxido de cálcio utilizados durante a queima, que deixa o aspecto borrado no desenho impresso na peça.

- SUPERFÍCIE MODIFICADA (não pintada) = produzidas por pressão de molde com forma geométrica com padrões decorativos variados marcados em alto relevo nas bordas dos artefatos. Estas peças são relacionadas com o padrão gótico, onde se inclui o estilo tragal, caracterizado por ramos de trigo gravados na superfície do artefato.
- SUPERFÍCIE MODIFICADA (pintada) = caracteriza-se pelas linhas curtas e perpendiculares à borda, acompanhadas ou não por incisões e decoração moldada em relevo. Nesta categoria, um dos padrões da pintura na superfície do artefato e que foi encontrada na análise, de acordo com os catálogos utilizados, é o Shell edged, técnica decorativa que apresenta uma série de linhas verticais, distribuídas de forma mais ou menos regular. Os exemplares encontrados tinham as cores “tradicionais”, o verde e o azul.
- MARCAS DE FABRICANTES (selo) = são impressões que possibilitam a obtenção de informações sobre a origem do artefato, bem como o período de fabricação com uma datação mais precisa. Entre os artefatos analisados, foram encontrados somente cinco exemplares desta categoria, sendo dois já de fabricação brasileira, MAUÁ, SÃO CAETANO e três de fabricação inglesa, COPELAND e duas DAVENPORT.

ANEXO C – CAIXA DO MATERIAL DE PELOTAS

CAIXA nº 1

Nº de catálogo/inventário: 1405

Artefato	Funcionalidade	Morfologia	Composição Material	Decoração	Gênero	Estilo/Período (fabrico/uso)
Prato (borda)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura manual Faixa larga Azul ** *
						XVIII – XIX
Pote (borda, corpo)	Acondicionamento de alimentos	aberta	cerâmica	externa/ interna	f	Pintura Manual Faixas/frisos Verde ** *
						XVIII – XIX
Prato (borda, corpo)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura Mecânica transfer-printing chinoiserie azul- 1783/1873
Prato (borda, corpo)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura Mecânica Transfer-printing Chinoiserie Azul – 1783/1873
Prato (borda, corpo)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	-----	f/m	-----
Xícara (corpo, base)	Consumo de bebidas	aberta	cerâmica	externa	f/m	Marcas de Fabricação- inscrições Preto- 1860/1867
Prato (borda)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	-----	f/m	-----
Prato (borda, corpo)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura manual Faixas/frisos Dourado Vermelho 1860/1880 (+)
Prato (borda)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura mecânica Transfer-printing Borrão azul 1890 /1904
Prato (borda)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	externa	f/m	Pintura manual Carimbada Verde/vermelha/ Amarela 1845 / 1900 (+)

Nº de catálogo/inventário: 1406

Artefato	Funcionalidade	Morfologia	Composição Material	Decoração	Gênero	Estilo/Período (fabrico/uso)
Prato (borda)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura Manual Frisos/carimbada Amarelo, roxo , Verde- 1845/1900 (+)
Pote (borda)	Acondicionamento de alimentos	aberta	cerâmica	interna/externa	f	Pintura manual Frisos/motivos florais – verde, Vermelho 1830 /1850
Pratos (borda) 4 fragmentos	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna/externa	f/m	Pintura mecânica Transfer-printing Borrão azul/ Chinoiserie 1783/1873
Pote (borda)	Acondicionamento de alimentos	aberta	cerâmica	externa	f	-----
Tigelas (irostone) (borda/Corpo)	Acondicionamento de alimentos	aberta	cerâmica	interna/externa	f	Pintura manual Frisos dourados 1850 / 1890
Alça de tigela (corpo)	Acessório de artefato	-----	cerâmica	externa	-----	Pintura mecânica Tranfer-printing Floral - rosa 1830 /1880
Prato (borda)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura manual frisos Blue – edged 1760 / 1870
Xícara (borda/Corpo)	Consumo de bebidas	aberta	cerâmica	interna/externa	f/m	Pintura manual Faixas –verde 1860 /1880 +
Pratos fundos (corpo/base) 9 fragmentos	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	-----	f/m	-----
Prato (borda)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura manual floral Rosa/dourado 1860 /1870
Xícara (corpo)	Consumo de líquidos	aberta	cerâmica	externa	f/m	Pintura manual Floral Laranja/rosa 1830 /1850

Prato (borda)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura mecânica Transfer printig Chinoiserie Marrom 1828 / 1850
Pote (corpo)	Higiene pessoal (barba)	aberta	cerâmica	externa	m	Pintura manual <i>Desig spatter</i> Azul, marrom, Amarelo 1830 /1860
Tijela (base)	Acondicionamento de alimentos	aberta	cerâmica	-----	f	Marca de selo Gravado em relevo ...VEMPORT... 1800/1860
Pires(base)	Acessório de artefato	aberta	cerâmica	-----	----	----- 1860...
Xícara (base)	Consumo de bebidas	aberta	cerâmica	-----	f/m	----- 1860...
Prato (borda)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	-----	f/m	----- 1860...
Alça (corpo) (bule)	Acessório de Artefato	aberta	cerâmica	externa	f/m	Pintura mecânica Transfer printing Floral –Vermelho 1828 /1870
Xícara (borda/corpo)	Consumo de bebidas	aberta	cerâmica	externa	f/m	Pintura manual Caribada –floral Verde, amarelo * 1845 – XX
Pratos (borda) 4 fragmentos	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura mecânica Tranfer printing Chinoiserie azul 1783/1873
Xícara (borda)	Consumo de bebidas	aberta	cerâmica	Interna/ externa	f/m	Pintura manual Faixas /frisos dourado 1810 /1847
Pote(corpo)	Acondicionamento De alimentos	aberta	Cerâmica	externa	f	Pintura manual Caribada - geométrica Rosa, verde * 1845 – XX
Prato (borda)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura manual Frisos/carimbada Azul, amarelo, Vinho, verde 1845 / 1860
Jarra (alça)	Recipiente para bebidas	aberta	cerâmica	-----	f/m	-----
Tigela (tampa)	Acessório de artefato	fechada	cerâmica	-----	f	-----

Nº de catálogo/inventário: 1414

Artefato	Funcionalidade	Morfologia	Composição Material	Decoração	Gênero	Estilo/Período (fabrico/uso)
Caneca (borda /corpo)	Consumo de bebidas	aberta	cerâmica	externa/ interna	f/m	Pintura manual Carimbada Marrom, laranja, verde 1810 / 1860
Pires (base) Fabricação Brasileira	Acessório de artefato	aberta	cerâmica	-----	---	Base impressa (selo – São Caetano) preto 1835/ 1860
Prato (borda) 2fragmentos	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura manual Blue edged c/ Superfície modificada 1780 /1850
Tigela (borda)	Acondicionamento de alimentos	aberta	cerâmica	interna/ externa	f	Pintura manual Floral- <i>peasant</i> Style: rosa/ Verde:1810/1860
Prato (borda/ Corpo)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura mecânica Transfer-printing Cartucho/floral/ Geométrico- Azul:1828 / 1867
Jarra (corpo/alça/ base)	Acondicionamento de bebidas	abertura	cerâmica	externa/ interna	f/m	Pintura manual Faixas/frisos Dourado ...1860
Tigela (base)	Acondicionamento de alimentos	abertura	cerâmica	-----	f	-----
Prato (borda, Corpo/base)	Consumo de alimentos	abertura	cerâmica	interna	f/m	Pintura mecânica Transfer-printing Romântico Azul -1793/1870
Prato(borda)	Consumo de alimentos	abertura	cerâmica	interna	f/m	Pintura mecânica Transfer-Printing chinoiserie rosa: 1828/1850
Prato (borda)	Consumo de alimentos	abertura	cerâmica	interna	f/m	Pintura manual Blue-edged c/ superfície modificada 1780 / 1850
Caneca (corpo)	Consumo de bebidas	aberta	cerâmica	externa	f/m	Pintura manual <i>Peasant style</i> Floral – azul, Amarelo 1810 / 1860
Prato (borda)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura manual Faixas/frisos Dourado ...1860

Caixa nº 5

Jarra (alça)	Apêndice de artefato	fechada	cerâmica	externa	f/m	Pintura mecânica Transfer-printing Clássico-marrom 1793 /1847
-----------------	----------------------	---------	----------	---------	-----	--

Caixa nº 9

Artefato	Funcionalidade	Morfologia	Composição Material	Decoração	Gênero	Estilo/Período (fabrico/uso)
Prato (borda)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura manual Faixa larga Azul ** *
Pote (borda, corpo)	Acondicionamento de alimentos	aberta	cerâmica	externa/ interna	f	Pintura Manual Faixas/frisos Verde ** *
Prato (borda, corpo)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura Mecânica transfer-printing chinoiserie azul- 1783/1873
Prato (borda, corpo)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura Mecânica Transfer-printing Chinoiserie Azul – 1783/1873
Prato (borda, corpo)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	-----	f/m	-----
Xícara (corpo, base)	Consumo de bebidas	aberta	cerâmica	externa	f/m	Marcas de Fabricação- inscrições Preto- 1860/1867
Prato (borda)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	-----	f/m	-----
Prato (borda, corpo)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura manual Faixas/frisos Dourado Vermelho 1860/1880 (+)
Prato (borda)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura mecânica Transfer-printing Borrão azul 1890 /1904

Caixa nº 10

Artefato	Funcionalidade	Morfologia	Composição Material	Decoração	Gênero	Estilo/Período (fabrico/uso)
Prato (borda)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura mecânica Transfer-printing Cartucho /floral 1809 / 1889
Tigela (base)	Acondicionamento de alimentos	aberta	cerâmica	-----	f	-----
Xícara (borda)	Consumo de bebidas	aberta	cerâmica	externa	f/m	Pintura manual Banhada Azul 1790 /1840
Urinol (borda)	Higiene pessoal	aberta	cerâmica	externa	f/m	Pintura manual Faixas/frisos Rosa ** * XIX / XX
Prato (corpo)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura manual Carimbada Floral * 1845 / XX
Escarradeira (corpo)	higiene	aberta	cerâmica	externa	m	Pintura manual <i>Peasant style</i> Floral – azul Amarelo 1810 /1860
Prato (corpo)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura manual <i>Peasant style</i> Floral – verde, Marrom 1810 /1860
Tigela (corpo)	Acondicionamento de alimentos	aberta	cerâmica	externa	f	Pintura mecânica Transfer Printing Floral gótico Azul 1780 / 1843
Prato (base) Fabricação brasileira	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	externa	f/m	Base impressa (selo – Mauá) Verde 1830 /1870
Pote + ++ (corpo/base)	Acondicionamento de alimentos	aberta	cerâmica	externa	f	Pintura mecânica + transfer Printing Romântico Azul - ++ floral Azul – 1793 / 1889

Xícara (borda/corpo)	Consumo de bebidas	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura mecânica Transfer printing Floral Verde 1784 / 1850
Prato(borda/ Corpo)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura mecânica Transfer printing Floral – rosa 1784 /1850
Prato (borda/ Corpo)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	interna	f/m	Pintura manual Blue edged c/ Superfície modificada Azul 1780 / 1850
Pote (borda)	Acondicionamento de alimentos	aberta	cerâmica	externa	f/m	Pintura manual <i>Desig spater</i> Vinho 1793 /1847

Caixa nº13

Artefato	Funcionalidade	Morfologia	Composição Material	Decoração	Gênero	Estilo/Período (fabrico/uso)
jarra (alça)	Apêndice de artefato	aberta	cerâmica	externa	f	Pintura mecânica Transfer printing Floral Vermelho 1784 /1850
Prato (corpo/base) 6 fragmentos	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	Interna/ externa	f/m	Pintura mecânica Transfer printing Reprodução Contínua linear Azul 1820 /1891
+ Pires (borda/ ++ Corpo)	Acessório de artefato	aberta	cerâmica	Interna/externa	-----	Pintura mecânica Transfer printing + = chinoiserie ++ = floral azul 1874 /1880
Pote (base)	Acondicionamento de alimentos	aberta	cerâmica	Interna/externa	f	Pintura mecaânica Transfer printing floral Borrão azul 1834 /1887
Prato (borda)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	-----	f/m	Superfície modificada S/decoração "gótico" 1840 /1850

Prato (borda/Corpo)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	Interna	f/m	Pintura mecânica Transfer printing Floral Marrom 1784 / 1850
Pote(borda)	Acondicionamento de alimentos	aberta	cerâmica	-----	f	-----1860...
Xícara (borda)	Consumo de bebidas	aberta	cerâmica	-----	f/m	-----1860...
Prato (base)	Consumo de alimentos	aberta	cerâmica	-----	f/m	----- 1860...
Jarra (corpo)	Acondicionamento de líquidos	aberta	cerâmica	-----	f	Pintura mecânica Trasfer printing Romântico Azul 1793 /1870

ANEXO D – DIAGNÓSTICO DA LOUÇA ANALISADA NA CASA PRAT PUIG EM HABANA VIEJA

Durante o fichamento realizado com o material arqueológico, a louça da unidade doméstica de Habana Vieja, além das semelhanças na decoração com as peças analisadas em Pelotas, os artefatos também compartilhavam de outros quesitos, como funcionalidade, morfologia, composição material, períodos de fabrico e consumo e do principal: do gênero.

Desta forma, não encontrei razão ou necessidade de discriminar individualmente as peças de Habana Vieja. Mesmo assim, constatei durante os dois estudos, a presença de artefatos em uma unidade doméstica que não existiam em outra, como no caso das peças inteiras, ou seja, restauradas na sua totalidade de Habana Vieja, quando tive oportunidade de visualizar no presente utensílios utilizados por sociedades do passado.

ARTEFATOS DA CASA PRAT PUIG

Peças decoradas

pratos - borda/corpo/base – 21 exemplares, 12 peças com pintura manual com motivos florais e bordas moldadas, nove com padrão *Blue Edged*, três com padrão *Green Edged*, uma banhada (faixas e frisos) na cor vermelha, 9 peças com pintura mecânica, todas decoradas com o uso da técnica *transfer printing*, uma na cor marrom, oito, nas cores rosa, verde e dourado e uma peça na cor azul;

vaso - borda/corpo – 1 exemplar decorado através da pintura manual com motivos florais, nas cores azul, vermelho, verde, amarelo e preto;

tijela – borda/corpo – 2 exemplares decorados através da pintura manual com motivos florais, nas cores azul vermelho, verde e marrom;

jarra – borda/corpo/base – 3 exemplares decorados através da pintura manual com motivos florais, nas cores azul, verde, vermelho, preto e marrom;

pote – base – 1 fragmento decorado através do emprego das técnicas da pintura mecânica *transfer printing* e da pintura manual, ambas com motivos florais e com selo impresso nas cores azul, marrom, preto e laranja;

pires – corpo/base – 1 fragmento decorado através da pintura manual com o padrão *dipped* - banhada, nas cores rosa, verde e dourado.

alças de xícara – 2 exemplares, um com a pintura mecânica *transfer printing*, padrão na cor azul e um sem decoração.

Peças sem decoração

pires – borda/base – 4 exemplares, duas peças com bordas modificadas e duas peças lisas

pote – base – 2 exemplares,

jarra – borda/corpo – 1 exemplar

xícara – borda/corpo – 2 exemplares, uma peça com a borda e corpo trabalhados com alto relevo e uma peça lisa.

prato – borda – 12 exemplares com bordas modificadas. As decorações consistem em pequenos painéis moldados ao longo das bordas, nas formas hexagonais e octogonais, relacionadas ao estilo gótico e ao padrão *Shell edged*.

Peças Inteiras

tijela – 6 exemplares, cinco decorados com pintura manual com padrão *Shell edged*, nas cores preto, amarelo, cinza e verde, com selo impresso CLEMERSOM e uma peça sem decoração;

xícara – 3 exemplares, uma peça decorada através da pintura mecânica, *transfer printing*, na cor azul, uma peça decorada através da pintura manual com o padrão esponjado (*sponge*) e uma peça sem decoração.

pote – 2 exemplares, uma peça decorada através da pintura manual, com padrão *anular* (faixas e frisos), nas cores ocre, azul, rosa e marrom e uma peça sem decoração;

caneca – 1 exemplar decorado através da pintura manual, com o padrão *anular* (faixas e frisos), nas cores azul e preto;

bule – 1 exemplar sem decoração;

tampa de bule – 1 exemplar sem decoração;

prato – 2 exemplares decorados através da pintura mecânica *transfer printing*, uma peça na cor vinho e uma peça na cor azul no padrão borrão, ambas com o selo impresso WILLIAM ADAMS.

urinol – 2 exemplares, uma peça decorada através da pintura manual, com padrão floral, nas cores vermelho, azul, verde e amarelo e uma peça sem decoração, mas com selo gravado em alto relevo KING.

ANEXO E – LOUÇAS DA CASA PRAT PUIG



Bordas/corpo de jarro (pintura manual – floral - peasant e spring)



Bordas/corpo de caneca (pintura manual – floral – peasant e spring)



Bordas/corpos de tigela (pintura manual – floral spring)



Bordas/corpos de tigela (pintura manual – floral spring)



Bordas/corpos de pratos (pintura mecânica – transfer printing – floral e romântico)



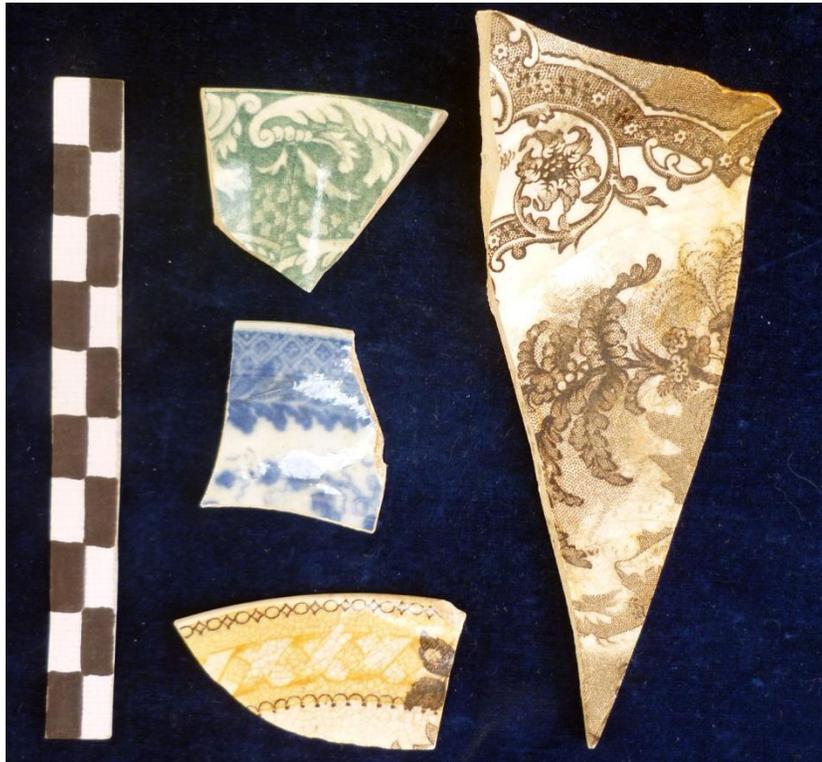
Bordas modificadas/corpos de pratos (pintura manual – shell edged – blue e green edged)



Bordas/corpos de pratos (pintura manual – banhada – faixas e frisos)



Bordas/corpos de pratos (pintura mecânica – transfer printing – floral)



Bordas/corpos de pratos (pintura mecânica – transfer printing – floral, cartucho e romântica)



Bordas/corpos de tigela (pintura manual – spring)



Borda/corpos de pires (pintura manual – spring esmaltado)



Bordas de pratos – louça branca com superfície modificada e base de pote (pintura manual – spring)



Alças de jarro – louça branca, alça de jarro (pintura manual – sprig) e alças de xícara – louça branca com superfícies modificadas)



Bordas/corpos/alça(pintura manual – peasant)



Borda/corpo de jarro – louça branca com superfície modificada



Bordas modificadas/corpo – louça branca



Bordas modificadas – louça crema

ANEXO F – LOUÇAS CASA 8 – PELOTAS



Bases/corpo de potes – louça branca – base selo Devenport



Base com selo Devenport



Borda/corpo de pote – pintura manual (esponjada)



Base/corpo de xícara – pintura manual (spring)



Bordas/corpos – pintura mecânica (transfer printing)



Borda/corpo (face externa) – pintura manual (banhada – faixas e frisos)



Borda/corpo (face interna) – pintura manual (banhada – faixas e frisos)



Bordas/corpo de tigelas – pintura manual (banhada – faixas e frisos; peasant e spring)



Alça de caneca – pintura manual (spring)



Bordas modificadas/corpos de prato – pintura manual (shell edged – blue edged)



Borda de xícara – pintura manual (esponjada)



Corpo de pote – pintura manual (peasant)



Corpos de pote – spring e peasant



Bordas/corpos de pratos – pintura mecânica (borrão floral)



Borda/corpo de xícara – pintura manual (anular com detalhes em dourado)



Borda/corpo de pires – pintura manual (spring)



Borda/corpo de pires – pintura manual (spring esmaltado)



Borda de pires – pintura manual (spring)



Borda de prato – pintura manual (banhada – faixas e frisos)



Bordas/corpos de potes – pintura manual (esponjado; banhado-faixas e frisos; floral e carimbado)



Alça de caneca com superfície modificada – louça branca



Bases de pratos – Ironstone branco



Alça de xícara – pintura manual (spring)



Base/corpo prato com selo Copeland – louça branca



Borda de prato – pintura mecânica (transfer printing, floral e cartucho)



Base de pires com selo Maua – louça branca



Base/corpo de pires – pintura mecânica (transfer printing floral)



Borda modificada e corpo de prato – louça branca



Alça de caneca – louça branca



Base de prato com selo Devenport – louça branca

ANEXO G – CASA PELOTAS



Fachada frontal da casa – detalhes das estátuas ÁSIA (esquerda) e EUROPA (direita)



Fachada lateral esquerda



Decoração interna – estuques



Teto temático – sala de jantar (detalhes do prato e talheres)



Fachada lateral direita



Teto temático – sala de música – detalhes (moça com a arpa)



Teto temático – sala de música



Detalhes externos



Detalhes externos



Detalhes externos



Teto do porão



Parede original



Detalhes externos



Portão frontal



Placa comemorativa/identificatória

ANEXO F – CASA CUBA



Cuarta crujía



Cuarta crujía



Fachada balcón esquinero



Fachada por teniente rey



Fachada por teniente rey



Fachada por teniente rey



Galería en colgadizo al patio central en quinta crujía



Galería en colgadizo al patio central en quinta crujía



Galería principal en 2da crujía



Galería principal en 2da crujía



Patio central



Patio central



Pavimento en Obra traviesa hacia traspatio



Prat Puig 1997



Prat Puig 2002



Prat Puig 2002



Prat Puig 2002